

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

JONATHAN HENRI SEBASTIÃO JAUMONT

**DEPENDÊNCIA E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: APONTAMENTOS
PARA UM DIÁLOGO NECESSÁRIO**

JUIZ DE FORA
2017

JONATHAN HENRI SEBASTIÃO JAUMONT

**DEPENDÊNCIA E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: APONTAMENTOS
PARA UM DIÁLOGO NECESSÁRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Dr. Rodrigo de Souza Filho

JUIZ DE FORA
2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca
Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Jaumont, Jonathan Henri Sebastião.

Dependência e capitalismo contemporâneo : apontamentos para um diálogo necessário / Jonathan Henri Sebastião Jaumont. -- 2017. 122 p.

Orientador: Rodrigo de Souza Filho

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2017.

1. Capitalismo Dependente. 2. Capitalismo Contemporâneo. 3. Imperialismo. 4. Padrão de Reprodução do Capital. 5. América Latina. I. Souza Filho, Rodrigo de, orient. II. Título.

À América, nossa utopia em forma de menina.

À Renata, pela coragem e pelo companheirismo em tempos, violentamente, incertos e solitários

À mamie et vovô qui, définitivement, ferma et ouvrit cette étape

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos, talvez, não seriam tão difíceis se não soubéssemos que esta é, exatamente, a primeira – e, muitas vezes, a única – parte de nosso trabalho que será lida. As gafes, neste momento, podem ser, portanto, decisivas. Brincadeiras à parte, a verdade é que tantas coisas concorreram, decididamente, para que esta dissertação saísse que a possibilidade de não ser exaustivo é, além de injusta, muito provável. Peço, por isso, compreensão. Mais uma vez...

Primeiramente, Fora Temer! e, com a mesma convicção, muito obrigado, gata! Não é possível vislumbrar nem os primeiros passos desta jornada sem você. É provável que estivesse mesmo rumo à repetitivas tarrafadas em meio ao vento Sul, se não fosse seu empolgante chamado. Construir nosso horizonte comum é, sem dúvidas, das tarefas mais instigantes e desafiadoras existentes. Fazê-lo impulsionado por sua coragem e sua generosidade alarga as certezas de novos tempos possíveis! Para América que, ainda, não lê, não poderia faltar o reconhecimento que foi sua chegada que finca, diariamente, meus pés no chão e me torna o homem que, atualmente, sou. Sua alegria genuína e seus passos decididos, entre choros intensos e gargalhadas compartilhadas, imbui nossa jornada de orgulho e esperança.

Este trabalho é, também, dedicado à Mamie e ao Vovô que, com seus desaparecimentos físicos, marcaram, respectivamente, o final e o início desta caminhada. Poucas pessoas me marcaram tão profundamente. Sua dedicação amorosa se combinava a um exemplo de perseverança, provavelmente, forjadas nos anos em que, como judeus em meio à ocupação nazista, lutaram no seio das combativas organizações de resistência na França. A quieta sabedoria de Vovô e a carinhosa intransigência de Mamie formaram, por um longo período, uma aconchegante – ainda que conflituosa – referência sentimental. Eu poderia, com certeza, escrever livros sobre esses dois e o que vivemos juntos. É impressionante como nossa convivência parece ter, contraditoriamente e sem muito esforço consciente, me transmitido ideais tão caros aos meus avós e aqueles que lutam por dignidade em todo mundo. Na falta de tempo fica, por enquanto, este singelo, mas profundo agradecimento.

À Johanna que, certamente, só lerá estas linhas se eu insistir: muito obrigado por aguentar tudo e, ainda assim, valorizar seu irmão. Te admiro por isso e espero estar à altura para o

estreitamento de nossa parceria. À mãe que, desde suas raízes e seus sonhos, permitiu que vislumbrássemos o mundo em sua contraditoriedade. Se não nos acomodamos com transitórios privilégios que usufruíamos foi, também, graças a você. Além disso, não estaria aqui, concluindo esta dissertação, se não fosse o resgate materno providencial das tentações e depressões francesas. Do Sri Lanka para Floripa, este momento tem a marca de seu discreto e atento acompanhamento. Ao pai que, no seu *abrasileiramento*, se humanizou e se aproximou, ainda que a rigidez e a frieza europeia rondem, sempre, suas paragens. Sua insistência no esforço escolar e no sucesso profissional – próprios da mentalidade francesa – permitiram, por caminhos tortuosos, o desenrolar de minha trajetória acadêmica. Por outro lado, ter conseguido discernir no surfe um projeto em comum foi, para ambos, um novo momento familiar fundamental. Obrigado, por fim, à família belo-horizontina que, de braços abertos, sempre, nos acolhe. À Dalma pelas preciosas e, por vezes, cruciais ajudas cotidianas; à Cinthia e ao Gui pela proximidade e solidariedade; à Kal pela erudição etílica e pelas brincadeiras que o fazem, de longe, meu melhor sogro e à Vanda e à Luiza pela cumplicidade. Vocês fazem de nossa Belo Horizonte um lugar mais caloroso. E já que, ainda, estamos nos agradecimentos familiares e na ternura belo-horizontina é preciso terminar agradecendo, profundamente, todas e todos da Quintal da Leste. Este corajoso espaço de auto-organização parental na busca por uma educação libertadora e pela preservação da infância é, de fato, hoje, parte integrante de nossa vivência familiar.

Ao Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) por resistir, bravamente, e conseguir manter esta referência intelectual crítica fundamental nestes tempos conservadores. Por vezes, me pergunto onde eu estaria se o IELA não tivesse permeado meus estudos na graduação. Com efeito, é possível mesmo que tenha me graduado em estudos latino-americanos em plena graduação de Serviço Social. Isto só foi possível pelo incitante convite político e intelectual que o IELA – e, em especial, Nildo Ouriques, Elaine Tavares, Beatriz Paiva e Waldir Rampinelli – emana pelos corredores da UFSC. Minhas bases teóricas, minha capacidade e minha autonomia intelectuais foram gestadas nesse ambiente em que o acadêmico é, absolutamente, secundarizado frente aos desafios de *inventar para não errar* e de *compreender para transformar*. Sou muito grato por compartilhar este horizonte coletivo. Neste barco, um agradecimento às companheiras e aos companheiros de militância teórica, já que é disto que se trata na universidade brasileira. Às manas Mirella Rocha e Dilceane Carraro pela paciência, pela orientação e pela ousadia nas

trincheiras do Serviço Social. Foi com vocês que eu, finalmente, entendi para onde ia. Ao Professor – com P maiúsculo – Jaime Osório por seguir produzindo diante das adversidades vigentes para o pensamento crítico latino-americano. É destes poucos mestres capazes, em plena humildade, de inspirar, criticamente, gerações de estudantes. Sua generosidade e perseverança alentam a consolidação de um novo impulso da Teoria Marxista da Dependência no Brasil e na América Latina.

Às Brigadas Populares, da qual faço parte, por me distanciar, desde logo, de uma formação livresca. Aqui conforma-se a relevância dos projetos empreendidos teoricamente. Com efeito, estes não passam da faceta ideal de um desafio político militante arraigado no trabalho coletivo e cotidiano com as maiorias deste país. Neste sentido, se há uma motivação originária neste trabalho é, precisamente, a necessidade de informar, adequadamente, os rumos de uma transformação societária radical em favor do povo brasileiro. Me alimento, assim, na realidade, de um sonho compartilhado de abundância, soberania e dignidade popular e, por isso, sou, profundamente, grato. Uma menção especial às camaradas e aos camaradas de Juiz de Fora – Luiz, Érica, Lethicia, Lia e Anna – que toparam esta jornada e acalentaram o período que ali moramos e de Belo Horizonte por nos acolher nesse potente turbilhão militante. Aos da antiga – Paty, Dago, Marivone, Diógenes, Luana, Ceará, Arland, Luiz, Carol, Matheus e tantas outras e tantos outros – meu carinho eterno!

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora por permitir que integrasse o corpo discente de seu mestrado e desenvolvesse este trabalho. Me lembro, exatamente, da primeira impressão que tive quando entrei na Aula Inaugural do ano que iniciei este percurso. Na mesa, debatiam, ninguém menos que, Jaime Osório e João Pedro Stedile, enquanto os estudantes do curso de especialização em estudos latino-americanos, em parceria com a Escola Florestan Fernandes, preparavam a mística final. Arrepiante. Foi a primeira vez que América foi a um evento público. Era a véspera de seu aniversário de dois meses e ganhou um livro autografado por Jaime Osório – presente para os pais, é obvio. O rigor meticuloso de Elcemir Paço Cunha, a erudição convidativa de Ronaldo Vielmi Fortes, o Gramsci atual de Cristina Simões Bezerra, a espacialização teórica de Marina Barbosa Pinto, as frutíferas polêmicas com Ana Livia de Souza Coimbra e Elizete Menegat e os debates que levaram a este projeto com Carina Berta Moljo e Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras

conformaram os momentos que, em sala de aula, me levam a agradecer o corpo docente deste Programa. Ao Rodrigo de Souza Filho, meu orientador, por conseguir encontrar tempo, em meio à sua atarefada rotina, para as correções e as orientações desta dissertação. Pela paciência, também, obrigado. À banca de qualificação, nas figuras do Prof. Marcelo Braz e do Prof. Elcemir Paço Cunha. Sua convicção que eu estava errado, tanto histórica, quanto teoricamente, elevou a exigência deste estudo e alargou meus objetivos iniciais. Por isso, sou grato. À banca de defesa, nas figuras da Profa. Cristina Simões Bezerra – que, por coincidência, abriu aquela Aula Inaugural arrepiante e que, desde então, passei a admirar – e do Prof. Claudio Roberto Marques Gurgel que contribuíram, generosamente, no debate das teses defendidas neste trabalho. Às migas e migos do mestrado pela ajuda imprescindível de Ana Paula, pelas emoções com Andressa, Nicole, Victor e Michele e pelos debates com Eunice, Cátia, Danielle, Érica, Felipe, Lorhana, Pricilla, Silmai, Renata, Thássia e Thays. Vocês, também, fizeram de Juiz de Fora um lugar menos difícil.

E, finalmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou, com poucos recursos, esta pesquisa. Uma obrigação, infelizmente, malfeita demais para ser louvada.

**“Primeiramente, Fora Temer!”
Dito popular**

***Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. Este já não é o reino das maravilhas, onde a realidade derrotava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus das conquistas, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os.
(...)***

É a América Latina, a região das veias abertas.

(GALEANO, 1985)

RESUMO

Este trabalho se insere num esforço coletivo de atualização da Teoria Marxista da Dependência, tentando entender a configuração atual da dependência na América Latina em diálogo com autoras e autores que vêm caracterizando o capitalismo contemporâneo. Para tanto, começamos pela contextualização histórica deste marco teórico e pela recuperação de seu núcleo fundamental. Depois, tratamos, a partir das transformações societárias da década de 1970, ligadas, especialmente, à reestruturação produtiva mundial e à *financeirização*, de reconstituir a conformação de um novo padrão mundial de acumulação do capital e de um novo imperialismo, decisivamente, vinculados aos interesses estadunidenses. Por outro lado, analisaremos a configuração de uma nova divisão internacional do trabalho com novas formas de transferência de valor da periferia para o centro, modificações nas modalidades de superexploração do trabalho e um novo subimperialismo na região, implicando uma *dependência contemporânea*. Estudaremos, ainda, a constituição decorrente de um novo padrão de reprodução do capital na América Latina, que tem no seu eixo exportador e na especialização produtiva das economias latino-americanas seus traços particulares. Por fim, passamos, rapidamente, pela reconstituição do ciclo de reprodução da mineração do minério de ferro como exemplo de aplicação do esquema teórico proposto para estudar concretamente os movimentos do capital no seio de uma economia dependente.

Palavras-chave: Capitalismo Dependente. Capitalismo Contemporâneo. Imperialismo. Padrão de Reprodução do Capital. América Latina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO E NÚCLEO TEÓRICO FUNDAMENTAL	15
1.1. Teoria Marxista da Dependência: breve contextualização	15
1.1.1. Ideologia burguesa latino-americana: o papel da CEPAL	15
1.1.2. O debate na esquerda: ascenso e crise da Teoria Marxista da Dependência	19
1.1.3. A polêmica entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini	24
1.2. Teoria Marxista da Dependência: núcleo teórico fundamental.....	31
1.2.1. Reconstrução histórica do fundamento da dependência: divisão internacional do trabalho e superexploração da força de trabalho.....	32
1.2.2. Significado e particularidade da superexploração: violação da lei do valor e contra tendência do capitalismo dependente.....	37
1.2.3. Industrialização e superexploração: naufrágio das ilusões desenvolvimentistas, eixo exportador e esferas diferenciadas de consumo	40
1.2.4. Superexploração e subimperialismo: impasse da industrialização dependente e arranjo expansionista subordinado	44
CAPÍTULO II – O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	50
2.1. Crise estrutural e precisão teórica da fração dominante atual: pano de fundo da situação contemporânea, capital a juros e capital fictício.....	50
2.2. Reordenamento político-econômico mundial: hegemonia estadunidense e financeirização da economia global.....	54
2.2.1. De Bretton Woods ao dólar flexível: a viragem fundamental estadunidense	54
2.2.2. Das crises dos anos 1970 à acumulação flexível: contra-tendências da queda tendencial da taxa de lucro	56
2.2.3. Do capital fictício aos lucros fictícios: o novo pilar da economia mundial	60
2.2.4. Do sistema financeiro mundial às suas crises financeiras: contradições estruturais e agudização dos dilemas societários	63
2.3. Imperialismo e capitalismo contemporâneo	66
2.3.1. A necessária espacialização do imperialismo	68
2.3.2. Traços distintivos do imperialismo contemporâneo.....	72
CAPÍTULO III – DEPENDÊNCIA CONTEMPORÂNEA E PADRÃO ATUAL DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL.....	76
3.1. Dependência Contemporânea: elementos para a caracterização de uma nova fase.....	77
3.2. Padrão atual de reprodução do capital na América Latina	86
3.2.1. Padrão de reprodução do capital: enquadramento teórico-metodológico	86
3.2.2. O novo padrão exportador de especialização produtiva.....	92
3.2.3. O minério de ferro: um esboço para a reconstituição do ciclo de acumulação e reprodução de um eixo prioritário da economia brasileira	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
BIBLIOGRAFIA	113

INTRODUÇÃO

A retomada do debate marxista da dependência, no contexto atual, é um verdadeiro desafio teórico-político. As peculiaridades de sua trajetória impõem que todo esforço nesta direção comece por *limpar o campo*. Com efeito, o longo período em que a Teoria Marxista da Dependência foi, ao menos no Brasil, desconhecida, força um penoso caminho preliminar de recuperação de seu núcleo teórico e de justificação de sua legitimidade e capacidade explicativa.

Para este silenciamento concorreram muitos fatores, como veremos no Capítulo I, mas é de se notar a extensão e a profundidade da hegemonia teórica que o imperialismo e a ditadura civil-militar lograram conformar, em nosso país, em torno de uma dinâmica acadêmica alicerçada na valorização das teorias forjadas nos países centrais. Além disso, o ocultamento interno, conscientemente, construído para que o próprio conceito de dependência fosse vinculado, imediata e principalmente, à figura de Fernando Henrique Cardoso gera confusões vigentes até hoje, como veremos adiante. Por outro lado, a ligação de seus intelectuais e suas concepções às formulações e organizações de uma nova esquerda latino-americana nascida, justamente, do conflito com o reformismo sessentista e seu aniquilamento físico e cultural, nos anos ditatoriais, mas, também, neoliberais, tiveram um impacto substantivo para seu isolamento teórico-político.

As conjunturas recentes na América Latina, no entanto, tornaram este desafio uma necessidade, se entendermos que o notável ressurgimento do debate dependentista não é mera coincidência. Não há dúvidas que isto está, intimamente, ligado ao caráter dos governos progressistas que, naquele momento, ascendiam pelas vias eleitorais¹. Com efeito, a necessidade de entender as razões dos limites e das potencialidades, assim como, as profundas distinções que estas iniciativas vinham apresentando, suscitou uma importante discussão para a caracterização destes governos, suas alianças, seus projetos e sobre a estrutura socioeconômica com as quais

¹ Referimo-nos às sucessivas eleições de Hugo Rafael Chávez Frías, na Venezuela, desde 1998, e de Nicolás Maduro, desde 2013; à vitória, no Brasil, de Luis Inácio Lula da Silva, em 2002, e sua posterior reeleição em 2006 e eleição de sua sucessora Dilma Rousseff, em 2010 e 2014; à chegada de Néstor Kirchner à Casa Rosada em 2003 e à continuidade com Cristina Kirchner a partir de 2007, reeleita em 2011; ao triunfo eleitoral da Frente Amplia representada por Tabaré Vázquez e José Mujica, no Uruguai, desde 2004; à ascensão de Evo Morales à presidência da Bolívia, desde 2006; à eleição de Rafael Correa, no Equador, desde 2006, e de Daniel Ortega, na Nicarágua, também em 2006; ainda nesse mesmo ano, à disputa acirrada no Peru, à evidente fraude eleitoral no México; por fim, à eleição de Fernando Lugo, no Paraguai, em 2008, e à vitória de Ollanta Humala, no Peru, em 2011.

estes se confrontavam. Em suma, era preciso responder à altura aqueles que, do alto de seus postos governamentais, orgulhosamente, declaravam uma verdadeira reversão do padrão histórico de acumulação brasileiro no último período (MERCADANTE; 2010).

Reencontrou-se, assim, no percurso teórico da constituição desta crítica, um acúmulo, de certa forma, esquecido que apresentava elementos para o enfrentamento da situação vigente. Não é, obviamente, que a Teoria Marxista da Dependência tenha sido incorporada, definitivamente, pela teoria social brasileira. Longe disto. Mas, é visível que os aportes deste campo têm tido uma influência crescente no campo crítico. Foram, com efeito, surgindo novas contribuições para o debate cujo marco teórico, apropriado por uma nova geração de pesquisadoras e pesquisadores, tem na Teoria Marxista da Dependência uma referência fundamental. Para muitos, esta parece, apenas, mais uma moda conjuntural – destas que são, periodicamente, importadas dos países centrais e consumidas nos centros universitários brasileiros e latino-americanos. No entanto, ao contrário das tendências eurocêntricas, este é um produto, genuinamente, latino-americano, forjado por uma intelectualidade militante, altamente, comprometida com o destino e a dignidade dos povos deste continente. Talvez, daí se alimente sua potência explicativa, mesmo diante de suas limitações.

Seu núcleo teórico fundamental, no entanto, foi elaborado, ao logo da década de 1970, e sua atualização, ainda, é um esforço coletivo em aberto. As imensas transformações contemporâneas, por exemplo, seguem sendo tratadas e sua atualização tem tido, no impulso desta nova geração, uma extensão temática, um espraiamento de seu escopo profissional e um aprofundamento de temas clássicos². Esta dissertação se insere neste movimento e sofreu, exatamente, das lacunas existentes para encarar, teoricamente, os desafios contemporâneos que assolam as sociedades latino-americanas. Inicialmente, nossa proposta propunha reconstituir o

² São bons exemplos deste movimento, os estudos sobre o espaço e a renda terra nas economias dependentes, desenvolvidas por Pietro Aruto e Evaldo Gomes Junior (2016a, 2016b), as análises sociológicas da produção de conhecimento na América Latina que deram origem às categorias de *Dependência Acadêmica e Intelectual* com Fernanda Beigel (2011, 2013, 2016) e de *Pesquisa Militante* com Renata Versiani (2016), as contribuições no campo do Serviço Social de Beatriz Paiva, Mirela Rocha e Dilceane Carraro (2010), da educação de Allan Kenji Seki (2016) ou da criminologia crítica de Eduardo Granzotto de Mello (2015) e as análises do imperialismo contemporâneo de Marisa Amaral (2013, 2017), do desenvolvimento tecnológico de Diógenes Moura Breda (2015) ou, ainda, do subimperialismo por Mathias Luce (2013) e da questão agrária por Roberta Traspadini (2016). Mesmo se tomarmos a geração anterior a esta, é notável o esforço teórico empreendido por Jaime Osório (2014a, 2014b) no âmbito do Estado e do Padrão de Reprodução do Capital, de Reinaldo Carcanholo (2015) com o tema dos lucros fictícios ou de Adrián Sotelo Valencia (2009, 2012) para a apreensão da reestruturação do mundo do trabalho contemporâneo.

padrão atual de reprodução do capital no Brasil. Era uma tentativa de apreender os processos estruturais que davam suporte às agitações políticas recentes, a partir do esquema formulado por Ruy Mauro Marini (1979a; 1982; 2005a) e Jaime Osório (2012; 2014b).

A hipótese era de que a crise mundial impelia transformações ao arranjo político-econômico vigente que a política cristalizada na Presidência, de alguma maneira, refreava, conformando, de certa forma, uma crise de representação a ser superada pelas frações e setores sociais prejudicados. Este, obviamente, é um projeto de largo fôlego que encontraria seus primeiros passos no presente trabalho. Definíamos, em um recorte preliminar, por nos concentrar no âmbito objetivo do padrão para delimitar seus eixos dinâmicos e ciclos de reprodução e circulação, no entanto, o avanço nesta direção nos deparou com a necessidade de aprofundar os impactos da situação contemporânea sobre a dependência e os padrões de reprodução do capital na América Latina.

Neste sentido, a banca de qualificação foi fundamental para redirecionar a empreitada e impor um tratamento mais cuidadoso nesta necessária articulação entre dependência e capitalismo contemporâneo. As leituras e a escrita subsequentes foram, pela importância dos processos estudados, empurrando àqueles objetivos iniciais para o final do trabalho e, de certa forma, impelindo à reconstrução do objeto em si. Isto pelo distanciamento do referencial teórico trabalhado sobre o tema da contemporaneidade. De fato e como veremos, também, adiante, parece ter havido, num primeiro momento, certo recuo da concepção, inclusive, marxista, do capitalismo como uma totalidade hierarquizada, mundialmente, pelo binômio imperialismo x dependência. Isto acabou por nos levar a um longo momento de revisão bibliográfica em busca de referências condizentes com tal perspectiva e outro de maturação daquelas reflexões clássicas para sua adequada articulação com nosso referencial teórico.

Enfim, estes movimentos se refletiram na reconstrução do objeto e na estrutura da dissertação. No objeto, ao redefinirmos seu recorte no estudo dos impactos das transformações contemporâneas sobre a dependência. Neste esforço de atualização, partíamos do princípio de um diálogo necessário, mas, principalmente, possível entre as análises do capitalismo contemporâneo, do imperialismo e da dependência. Este percurso partiu das formulações clássicas da TMD para indagar as transformações contemporâneas. A pergunta fundamental, então, era: de que se trata tais transformações? O que justifica a caracterização de um *capitalismo*

contemporâneo?

Daí, já convencidos da relevância das análises anteriores, era preciso reconectá-las à dependência e esta articulação foi possível pelo resgate das atualizações teóricas referentes à teoria do imperialismo. O desafio estava, então, ligado à dúvida seguinte: quais as consequências do capitalismo contemporâneo sobre o imperialismo? Descobrimos, em suma, que as transformações contemporâneas haviam forjado um novo imperialismo ou, ao menos, uma nova etapa do mesmo e foi, com isso, que pudemos voltar ao nosso objeto, já que imperialismo e dependência são duas faces da mesma unidade: o desenvolvimento capitalista mundial. Pudemos vislumbrar, assim, uma nova etapa da dependência e nos debruçamos sobre suas características fundamentais. Entendemos, então, que é, precisamente, esta nova fase da dependência que conforma um novo padrão de reprodução do capital na América Latina e orientamos, portanto, nosso impulso final sobre este tema, indagando: que novo padrão de reprodução do capital é esse? E quais as suas particularidades?

Esta jornada se traduziu, como dissemos, na estrutura do texto. No primeiro capítulo, fazemos um esforço para contextualizar a Teoria Marxista da Dependência. Esforço este que nos parece fundamental pela explicitação que permite das ligações teóricas com a realidade latino-americana e seus embates sociopolíticos, então, vigentes. Apesar da polêmica que, em geral, esta parte suscita, optamos por mantê-la no afã de debatê-la, mas, também, como opção metodológica perante a História das Ideias Latino-Americanas. Este capítulo também tenta recuperar o núcleo teórico fundamental de nosso referencial teórico, passando por suas formulações clássicas. Ruy Mauro Marini e seu ensaio *Dialética da Dependência*, neste âmbito, nos servem de suportes centrais. Além do texto expressar a maturidade da Teoria Marxista da Dependência (TMD), seu autor é, sem dúvidas, seu representante mais rigoroso e potente. Isto não nos impede de transitar por outros textos e autores fundamentais para a compreensão da *transferência de valor*, da *superexploração*, do *subimperialismo*, ou seja, da dependência brasileira e latino-americana. Em dado momento, encaramos a crítica que Fernando Henrique Cardoso – em certo momento, em parceria com José Serra – direcionou à TMD, em geral, e à Marini, em especial. Decidimos fazê-lo, seguindo aquela diretriz de *limpar campo*. Com efeito, Cardoso suscita críticas que foram assumidas pela teoria social brasileira e, por isso, conformam, ainda hoje, a concepção hegemônica sobre a dependência. Além disso, tal polêmica se insere no bojo da luta ideológica

própria de um momento decisivo na história nacional que, ao que nos parece, vale a pena elucidar.

O segundo capítulo é a sistematização do acúmulo no campo da caracterização do *Capitalismo Contemporâneo*. Primeiro, busca encarar os clássicos, desta esfera, para entender as transformações que dão substrato ao momento atual. Neste sentido, teve que passar pela explicação da *financeirização*, das frações dominantes do capital e suas raízes estruturais, assim como, pelo debate que cerca a crise atual do sistema capitalista. Mézáros (2011) contribuiu para localizar a *crise estrutural e*, com Reinaldo Carcanholo e Maurício Sabadini (2015), encontramos formulações decisivas para a compreensão do momento atual. Com efeito, as precisões teóricas que Carcanholo oferece para a distinção entre capital a juros e capital fictício, nos parecem, absolutamente, centrais. Por outro lado, Marina Gouvêa (2012) nos permitiu retrair o movimento histórico que conformou as bases cruciais para a contemporaneidade. Por fim, foi preciso tentar articular *Capitalismo Contemporâneo e Imperialismo*. Acessamos, assim, os debates acerca da possibilidade de uma *Nova fase do imperialismo e*, com o fio condutor de Marisa Amaral (2017), pudemos vislumbrar as metamorfoses deste fenômeno que, ao que tudo indica, segue essencial para a compreensão do sistema capitalista mundial. É preciso, por outro lado, fazer justiça à David Harvey (2004, 2013), nesta parte. Sua contribuição para este capítulo é, de fato, fundamental. Não tivemos contato com outro autor que conseguisse articular, tão profundamente, os conceitos aqui estudados. Nossa avaliação é, sem dúvidas, ainda, parcial demais, no entanto, no âmbito deste trabalho, o autor foi de suma importância.

O terceiro capítulo tenta ser o produto da rearticulação dos dois primeiros. Ou seja, uma mediação para o que se constitui no sentido de uma *Dependência Contemporânea*. A primeira parte do capítulo, tenta caracterizar esta nova fase da dependência, retomando os impactos das transformações contemporâneas sobre os pilares fundamentais da mesma. A segunda parte, chega ao padrão atual de reprodução de capital como uma consequência fundamental destas transformações. Trata, assim, de desvendar os elementos-chave para a compreensão deste novo padrão de reprodução do capital na América Latina. Por fim, num último ensaio, tentamos exemplificar a proposta metodológica do padrão de reprodução do capital para um setor dinamizador da economia brasileira atual: a mineração do minério de ferro. Assim, intentamos extrair as consequências decisivas deste movimento para a sociedade brasileira contemporânea.

CAPÍTULO I – TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO E NÚCLEO TEÓRICO FUNDAMENTAL

1.1. Teoria Marxista da Dependência: breve contextualização

Ao se deparar com as análises e referências que embasam nossas afirmações, muitos devem se perguntar de onde surgem. Nada mais justo. O estudo e a divulgação da Teoria Marxista da Dependência (TMD) estão, ainda hoje, muito aquém de seu potencial explicativo. Sua origem no enfrentamento do reformismo dos Partidos Comunistas (PCs) e à ideologia da burguesia industrial sessentistas latino-americanos, bem como e centralmente, por cristalizar um esforço intelectual de uma nova esquerda do continente num contexto de aniquilamento destas organizações pelas ditaduras civis-militares da região, levaram-na a sofrer um silenciamento profundo. Tentaremos, a seguir, retrazar, em linhas gerais, o surgimento, o auge e a crise de nosso referencial teórico, assim como, suas contribuições fundamentais.

1.1.1. Ideologia burguesa latino-americana: o papel da CEPAL

A origem da TMD tem raízes no confronto intelectual entre uma nova esquerda, os PCs e a ideologia da burguesia industrial latino-americana. Para compreender melhor, portanto, este debate, será preciso, primeiro, situar o principal órgão formulador da ideologia da burguesia industrial no continente: a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – a CEPAL.

Após a vitória aliada na segunda guerra mundial e diante da ameaça do avanço comunista, os centros imperialistas empreenderam uma importante ofensiva ideológica para divulgar novas versões de justificação das iniquidades vigentes no mundo. Neste contexto, surge, nos órgãos estatais centrais – logo se espalhando por universidades, institutos de pesquisas e agências internacionais –, a teoria do desenvolvimento (ONU, 1951; Clark, 1951; Frankel, 1952; Rostow,

1953; Lewis, 1955). Nas palavras de Ruy Mauro Marini:

Esa teoría, para ese momento, tenía una función clave: ante el surgimiento en gran escala de nuevas naciones, (...) su finalidad es la de responder a la inquietud que éstas manifiestan al darse cuenta de las enormes desigualdades que caracterizan las relaciones económicas internacionales. En este sentido, los países capitalistas centrales pasan a formular teorías destinadas a explicar y justificar esas disparidades, que los benefician de manera escandalosa, y a ofrecer perspectivas a los nuevos Estados (MARINI, 1993, p. 58).

Emergem, portanto, neste novo bloco em disputa, agências continentais difusoras da teoria do desenvolvimento. Esta se sustentava, basicamente, na ideia de que o desenvolvimento das nações consistia em etapas das quais o subdesenvolvimento era um momento atrasado em relação à posição avançada das nações ditas desenvolvidas. Erigiu-se, assim, um verdadeiro *continuum* do desenvolvimento que instava as nações subdesenvolvidas a empreender o esforço necessário para criar as condições para o desenvolvimento. A capacidade de avançar neste *continuum* estava, com isso, centralmente, ligada a modernização das estruturas econômicas e políticas nacionais para a superação dos traços de seus atrasos internos. A teoria do desenvolvimento está, neste sentido, marcada pelos temas do dualismo estrutural e da modernização.

Como parte desta estratégia, na América Latina, cria-se a CEPAL, que passa a reunir figuras de destaque no cenário político de seus países – Celso Furtado e Raul Prebisch são bons exemplos disto. No entanto, a Comissão latino-americana não se limitou a mera difusão desta teoria gestada em terras estadunidenses e europeias. Apesar de partir destas formulações, a CEPAL insere-se num contexto histórico qualitativamente diferente do encontrado por agências similares em outros continentes. Na América Latina, as independências deram-se, praticamente, um século antes do surgimento da Comissão e o capitalismo já havia consolidado uma estrutura estatal e de classes complexas. Esta encontra, portanto, uma burguesia industrial latino-americana plenamente acomodada no bloco de poder vigente.

Mais, encontra uma situação societária que impele a burguesia industrial a conformar seu próprio projeto nacional para ganhar posições frente às classes burguesas e proprietárias rurais. Interessava-lhe o excedente econômico gerado por estas classes e a hegemonia no Estado de seus países para garantir a estruturação e sustentação de um novo padrão de reprodução do capital que

tivesse na indústria seu polo dinâmico principal. O desenvolvimento da ideologia desta burguesia industrial ascendente, num momento de acirrada disputa, resultou na formulação do que virá a ser chamado desenvolvimentismo. Ao ver de Marini (1993):

(...) ao constituir-se, a Cepal estará vinculada à realidade interna da América Latina e expressará as contradições de classe que a caracterizam, particularmente as contradições interburguesas. Na verdade, ela será instrumentalizada pela burguesia industrial latino-americana, tanto em função das lutas sociais e políticas internas, quanto das relações a serem desenvolvidas com a economia mundial. Isto fará com que a Cepal, partindo da teoria do desenvolvimento, tal como fora formulada nos grandes centros, introduza nela modificações, que representarão sua contribuição teórica própria, original, e que tornarão o desenvolvimentismo latino-americano um produto, mas não uma simples cópia da teoria do desenvolvimento. (MARINI, 1993, p. 74)

A contribuição teórica desenvolvimentista começa, primeira e centralmente, pela superação da teoria clássica do comércio internacional (PREBISH, 1949) que incentivava as economias periféricas a seguirem suas vocações naturais – como o clima, a abundância de terra, etc. – e tirarem o máximo de proveitos das vantagens comparativas decorrentes no mercado mundial. Em suma, indicava o aprofundamento de vocações agrárias às nações subdesenvolvidas sob o pretexto de que a especialização produtiva sob bases naturais favoráveis levaria a maior produtividade e, com isso, a vantagens para todas as partes no momento do intercâmbio mundial.

A CEPAL (1949) ao estudar, detidamente, o comércio externo latino-americano explicita, empiricamente, a permanente sangria de riqueza que sofrem as nações deste continente, desde o final do século XIX, em favor dos países desenvolvidos. Isto se explicava, para a Comissão, pela confrontação, no âmbito do mercado mundial, de economias industrializadas, por um lado, e de economias primário-exportadoras, por outro.

Apesar desta novidade diante da teoria do desenvolvimento, através da qual o desenvolvimentismo criava a ideia de centro-periferia, este não superaria a concepção de *continuum* entre subdesenvolvimento e desenvolvimento. Neste sentido, o subdesenvolvimento segue sendo uma expressão quantitativamente diferenciada do próprio desenvolvimento passível de ser corrigida por medidas adequadas em relação ao comércio internacional e à política econômica interna. Para a CEPAL, estas medidas estão, sistematicamente, ligadas a necessidade da industrialização das economias latino-americanas e da conformação de um projeto de desenvolvimento autônomo capaz de sustentar este processo e superar o subdesenvolvimento.

Aparece, então, outra marca fundante do desenvolvimentismo: o agente que, por excelência, teria o papel de promover as políticas necessárias ao desenvolvimento autônomo latino-americano. O Estado surge, aqui, como o ente supra-classista capaz de garantir a política de industrialização que nos levaria a uma posição superior no *continuum* do desenvolvimento e propiciaria a superação, por si, das desigualdades vigentes em nosso continente.

Nestes termos se assenta, teoricamente, aquilo que ao longo das décadas de 1950 e 1960, na América Latina, se tornou a ideologia dominante e com a qual vai se deparar a teoria social, em geral, e a TMD, em particular, nos anos seguintes.

A crise que se abate na América Latina, já nos princípios dos anos sessenta, é decisiva para a crise do desenvolvimentismo. A industrialização latino-americana, tendo sido levada a cabo sobre as bases da economia exportadora, encontra sua insuficiência diante do peso da superexploração da força do trabalho vigente. A CEPAL – menos por um diagnóstico preciso acerca da economia exportadora e da superexploração do que diante das óbvias impossibilidades da industrialização, por si, desencadear o propalado desenvolvimento autônomo – vê-se obrigada a modificar sua perspectiva desenvolvimentista clássica e clama por reformas estruturais. O faz, no entanto, num contexto em que se radicaliza o quadro político-econômico e que as grandes burguesias latino-americanas se definem pela subordinação ao novo padrão de acumulação imperialista e pelos golpes civis-militares. Neste sentido, Bambirra (1983) é clara:

la crisis del capitalismo dependiente cuestionaba todos estos supuestos que se condensaban en la ilusión de la posibilidad de un desarrollo nacional autónomo. [...] La consecuencia de este proceso en el plano político fue sin duda el abandono realista, por parte de las burguesías nacionales del nacionalismo populista, es decir, de la ideología que preconizaba el desarrollo nacional antimperialista con base en la pretendida alianza con las clases dominadas. (BAMBIRRA, 1983, p. 19)

Por outro lado, surgem, justamente, alternativas teórico-políticas que passam a apontar a insuficiência do próprio capitalismo para a resolução das contradições societárias vigentes. Ligadas às forças políticas revolucionárias, uma nova geração de teóricas e teóricos militantes será responsável por elaborar contribuições, absolutamente, inéditas e constituir o momento mais fértil da teoria social latino-americana até os dias atuais.

1.1.2. O debate na esquerda: ascenso e crise da Teoria Marxista da Dependência

A crise do desenvolvimentismo tem também suas raízes no peso das críticas elaboradas desde uma perspectiva muito mais radical. Diante da crise econômica de inícios dos anos 1960, a industrialização dependente vai demonstrar, cabalmente, seus limites. Incapaz de forjar seu próprio maquinário e dependente de tecnologia estrangeira, as economias latino-americanas terão de importá-los. Seus recursos para tanto, contudo, escasseiam. Por um lado, porque provêm das exportações primárias e, portanto, estão sujeitas àquela deterioração de seus termos de troca, como explicitado pela própria CEPAL. E, por outro, porque procedem de capital estrangeiro, cuja dinâmica leva, intrinsecamente, a uma transferência de riqueza em direção aos centros imperialistas. Isto se agrava se levarmos em conta que a superexploração da força de trabalho impede a realização da produção nacional no mercado interno, completando, com isso, o quadro de escassez crônica de recursos na economia dependente (MARINI, 2012a).

Esta situação crítica e a agudização das lutas sociais que engendra, conforma a base material para o surgimento de uma nova esquerda na América Latina que se confrontará com as teses reformistas. A TMD está, exatamente, ligada a este campo cujas conclusões teóricas e políticas apontavam para a superação do capitalismo dependente e para o socialismo. Gestada já na década de cinquenta, esta nova esquerda³confronta-se às teses reformistas e desenvolvimentistas e, por certas identidades, com as formulações dos PCs. Estas formulações advêm de um quadro mais amplo, no entanto. São fruto da luta teórica no interior da esquerda, num contexto, de ebulição das lutas sociais na América Latina e no mundo.

Para compreender este cenário, é importante ter em mente a transcendência da revolução cubana para a esquerda latino-americana e mundial por recolocar a temática revolucionária como estratégia factível respaldada pela teoria social. Frente ao reformismo da época, emerge um campo francamente revolucionário, amparado pelo exemplo cubano e imerso numa renovação da

³ São expressão deste movimento, o Movimento 26 de Julho cubano, os Movimentos de Esquerda Revolucionária (MIR) venezuelano, peruano e chileno, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) nicaraguense, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP) brasileira, para citar apenas os mais expressivos. Para Marini, a gestação desta nova esquerda, é importante notar, “não é, como se pretende, efeito da Revolução cubana, mas parte do mesmo processo que deu origem a ela – independentemente de que passe a sofrer forte influência sua, nos anos 60”. (MARINI, 2005c, p. 63).

teoria marxista a nível mundial. Acerca deste momento crucial da teoria crítica latino-americana, Pablo Gonzalez Casanova e Régine Rodriguez (1967) nos brindam com este amplo panorama, anunciando:

un changement et une crise au sein des milieux révolutionnaires latino-américains et mondiaux. En Amérique latine surgit le premier pays socialiste qui naquit dans l'histoire sans la direction d'un parti communiste. Dans le monde socialiste la polarisation idéologique qui avait été le fait de Moscou pendant plus de quarante ans, prenait fin. Les dirigeants cubains acquéraient un grand prestige idéologique et théorique dans le mouvement révolutionnaire mondial et à l'intérieur même des partis communistes; les dirigeants chinois adoptaient une position plus radicale que les dirigeants soviétiques, avec une force infiniment supérieure à celle des yougoslaves modérés, les premiers à rompre l'hégémonie parmi les pays socialistes. Ces différents faits aboutirent à une grande diversification et à une crise de la pensée marxiste. Durant ces mêmes années survint la crise et la fin des espoirs mis dans une troisième voie pour le Tiers-Monde. Les grands leaders de l'indépendance nationale mouraient ou tombaient, en même temps que disparaissaient les leaders réformistes de l'Amérique latine: Nehru, Skarno, N'Krumah quittent la scène politique presque en même temps que Goulart, Paz Estensoro, Frondizi, Bosch. De l'esprit de Bandung on passe à l'esprit de la Tricontinentale. La conception marxiste de l'avenir immédiat de l'Amérique latine, avec le changement de génération, change d'idées (p. 40)⁴.

A TMD é expressão deste movimento e é a partir desta conjuntura política e da práxis militante de seus integrantes que contribui para o amplo debate sobre a dependência latino-americana em curso naquele momento. Com efeito, se o *desenvolvimento* havia sido a categoria-chave para as principais análises da década de 1950, ao longo da década de 1960, as discussões em torno da *dependência* vão ganhando campo (PRADO, 2011, p. 68-69). No bojo desta controvérsia foram distintas as vertentes teóricas e políticas que intervieram e contribuíram para conformar este acúmulo crítico acerca do papel da América Latina no sistema capitalista mundial

⁴ “(...) uma mudança e uma crise no seio dos meios revolucionários latino-americanos e mundiais. Na América Latina surge o primeiro país socialista que nasceu na história sem a direção de um partido comunista. No mundo socialista, a polarização ideológica que havia sido o feito de Moscou por mais de quarenta anos, chegava ao fim. Os dirigentes cubanos adquiriam um grande prestígio ideológico e teórico no movimento revolucionário mundial e no interior mesmo dos partidos comunistas; os dirigentes chineses adotavam uma posição mais radical que os dirigentes soviéticos, com uma força infinitamente superior a dos iugoslavos moderados, os primeiros a romper à hegemonia entre os países socialistas. Estes diferentes feitos levaram a uma grande diversificação e a uma crise do pensamento marxista. Durante estes mesmos anos ocorreu a crise e o fim das esperanças postas em uma terceira via para o Terceiro Mundo. Os grandes líderes da independência nacional morriam ou tombavam, ao mesmo tempo, que desapareciam os líderes reformistas da América Latina; Nehru, Skarno, N'Krumah deixam a cena política ao mesmo tempo que Goulart, Paz Estensoro, Frondizi, Bosh. Do espírito de Bandung passamos ao espírito da Tricontinental. La concepção marxista do futuro imediato da América Latina, com a mudança de geração, muda de ares (tradução livre do autor, p. 40)”.

e dos caminhos necessários à superação das contradições vigentes⁵, mas, de fato, já ao final da década, o marxismo ganha um importante protagonismo no debate.

As formulações da TMD são decisivas neste processo e terão grande influência nos debates da esquerda de então, irradiando-se, inclusive, para os centros de pensamentos norte-americanos e europeus, já no início da década seguinte. O momento político, social e intelectual era, de fato, extremamente rico e se traduzia num intenso debate sobre os rumos societários latino-americanos que forjou um dos auges da teoria social latino-americana. Nas palavras de Victoria Darling:

La embestida reflexiva con relación a la revolución, el compromiso intelectual y las tareas emancipatorias que de ambas condiciones se derivan, dio como resultado indefectible uno de los momentos más transcendentales del pensamiento latino-americano y del compromiso con su tiempo (2010, p. 57).

Nestas condições, não era estranho, pelo contrário, era usual que a intelectualidade militante passasse da condição de acadêmico à de dirigente político e, por sua vez e neste caráter, ocupasse algum cargo estratégico no aparato estatal (Raquel Sosa *apud* DARLING, 2010, p. 60).

Entretanto, com os sucessivos golpes civis-militares na América do Sul – em João Goulart, no Brasil, na Argentina de Frondizi, na Bolívia de Paz Estenssoro para citar somente alguns exemplos – grande parte destes intelectuais foram forçados ao exílio e a reconstruir condições propícias para seguir e intensificar seus trabalhos teóricos e militantes⁶. Um dos países para o qual muitos confluíram foi o Chile da Unidade Popular e de Salvador Allende. Vânia Bambirra (1983) esclarece as razões deste fenômeno:

hacia Chile convergieron, a partir de mediados de los años sesenta, militantes e intelectuales revolucionarios de diversos países donde el movimiento revolucionario había sufrido una derrota momentánea o en donde éste acumulaba fuerzas para una nueva ofensiva. Chile se transformó, en aquella época, en uno de los más importantes

⁵ Este debate foi, com efeito, bastante diverso. Basta atentar para a distância, por exemplo, entre as formulações weberianas de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, publicado em 1969, e as de Ruy Mauro Marini em *Dialética da Dependência*, publicado no mesmo ano ou, ainda, no seio do marxismo, com as vertentes mais ortodoxas como, por exemplo, de Agustín Cueva em sua obra *Desenvolvimento do capitalismo na América Latina* de 1977.

⁶ Ruy Mauro Marini, por exemplo, exilou-se, primeiro, no México, entre 1964 e 1969, onde redige e publica, aliás, os ensaios que explicitavam sua visão do golpe civil-militar brasileiro e que, fundamentalmente, compõem o livro *Subdesenvolvimento e Revolução* (2012a).

centros de la resistencia latinoamericana en contra de las dictaduras. [...] Chile era un país muy afectado por la crisis económica y la dominación imperialista se acentuaba bajo el gobierno de Frei; pero el movimiento popular [...] mantenía su personalidad propia, su peso específico y amenazador en la sociedad chilena. Había pues una amplia apertura y el estímulo para el desarrollo de la ciencia social revolucionaria. (BAMBIRRA, 1983, p. 21-22)

Foi, assim, nestas condições, que, contraditoriamente, a TMD pôde se consolidar. Neste período, os principais representantes desta vertente estiveram reunidos em um importante centro de investigação chileno: o Centro de Estudios Sócio-Econômicos (CESO) da Universidade do Chile. Para Marini (2005c),

O CESO foi, em seu momento, um dos principais centros intelectuais da América Latina. A maioria da intelectualidade latino-americana, européia e norte-americana, principalmente de esquerda, passou por ali, dele participando mediante palestras, conferências, mesas-redondas e seminários. (MARINI, 2005c, p. 88).

Gestados neste instigante caldo intelectual e no intenso debate no seio da esquerda, surgem, então, diversos trabalhos fundantes da Teoria Marxista da Dependência. É desta época, por exemplo, o próprio *Dialéctica de la dependencia*, de Ruy Mauro Marini, mas, também, *El nuevo caracter de la dependencia* e *Dependencia y cambio social*, de Theotônio dos Santos; *El capitalismo dependiente latinoamericano* e *Diez años de insurrección en América Latina*, respectivamente, de autoria e coordenação de Vania Bambirra; *Dependencia y relaciones económicas internacionales*, de Orlando Caputo e Roberto Pizarro; e os escritos de André Gunder Frank que deram origem aos livros *Acumulação mundial: 1492-1789* e *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*. Para se ter ideia, além de Vania Bambirra, Theotonio dos Santos, André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Roberto Pizarro e Orlando Caputo, em dado momento, chegaram a estar reunidos no CESO, os brasileiros Emir Sader, Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Jorge Mattoso e Teodoro Lamounier; os argentinos Tomás Vasconi e Inés Recca; os cubanos Germán Sanchez e José Bell Lara; o francês Régis Debray; e os chilenos Marta Harnecker, Pedro Vuscovick, Alberto Martínez, Pio Garcia, Cristobal Kay, Sergio Ramos, Jaime Osório, Cristian Sepúlveda, Álvaro Briones e Silvia Hernandez, dentre muitos outros (MARTINS, 2006).

Frente ao novo golpe, agora, em Salvador Allende no Chile, muitos encontraram, agora,

no México – e no Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Autônoma do México (UNAM), em particular – seu novo espaço de acolhimento e um centro de intensos debates acerca da realidade latino-americana. Sobre o instigante cenário intelectual vigente naqueles tempos, Marini (1993) anota:

A comparação desse extraordinário florescimento intelectual com a pobreza teórica e o formalismo acadêmico que marcam hoje a reflexão científica sobre nossa realidade provoca perplexidade. Como perplexos ficamos também quando confrontamos a originalidade e liberdade de criação próprias daquela época com a subordinação atual do nosso pensamento aos padrões norte-americanos e europeus. (MARINI, 1993, p. 68)

Como perdemos tanto? E como a TMD, praticamente, some do cenário intelectual brasileiro e latino-americano? O golpe no Chile e o novo exílio forçado para o México, para muitos, foi significativo neste movimento. Impactou negativamente grande parte da intelectualidade de esquerda da época e colocou em xeque a ideologia de esquerda, em geral. Dado o protagonismo da Teoria da Dependência, naquela altura, o fracasso da experiência chilena engendrou lhos duros questionamentos.

No que tange à vertente marxista destes debates, parece haver um duplo desdobramento aí que determina seu isolamento. Por um lado, frente à crise teórica vigente desde o golpe chileno, reganha posições o marxismo histórico ligado aos partidos comunistas. Esta corrente endogenista – por seu apelo a considerar os processos capitalistas latino-americanos, em si, deixando o imperialismo para um segundo momento – surge na crítica às teses dependentistas. Outro traço marcante do endogenismo é sua dificuldade em reconhecer as particularidades da formação social propriamente latino-americana e recorrer a dogmatismos para explicar nosso modo de produção *à la* Marx. Por outro lado, a acomodação burguesa, pós-crise dos sessenta, permite à burguesia latino-americana almejar a afirmação completa de sua hegemonia no plano nacional e a melhora de sua posição no plano internacional. Isto requer, obviamente, a formulação de uma nova ideologia adequada ao tempo histórico e capaz de esmagar definitivamente o radicalismo dependentista. Entram neste barco, aqueles setores mais ecléticos da teoria da dependência que apresentavam suas divergências com as novas concepções marxianas da TMD, como atesta Marini (1993):

Essa nova atitude da burguesia latino-americana no plano internacional acompanha-se do esforço de criação de uma nova ideologia, capaz de justificá-la, para o quê ela recorre ao recrutamento de antigos desenvolvimentistas, como Prebisch, Furtado, Anibal Pinto, Aldo Ferrer, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, e dependentistas, como Fernando Henrique Cardoso, entre outros, além de novos quadros que emergem para a vida acadêmica. Assim como, na década de cinquenta, havia correspondência entre as teses dos partidos comunistas e a Cepal, também agora se registrará notável margem de acordo entre o endogenismo e a nova corrente, que podemos chamar de neo-desenvolvimentista. (MARINI, 1993, p. 96-97)

Esta nova ideologia só veio a ser suplantada momentaneamente pelo neoliberalismo, nas décadas de oitenta, noventa e inícios de dois mil e não há dúvidas que este processo foi decisivo para o escanteamento da TMD dos círculos intelectuais e acadêmicos latino-americanos. No entanto, é importante sublinhar a centralidade que a paciente política cultural imperialista destinada à erradicação da capacidade criativa dos meios intelectuais latino-americanos teve neste processo. Para Agustín Cueva (1988), esta foi vítima, como toda a teoria social radical, de uma das contrarrevoluções culturais – e, portanto, políticas – mais violentas da história latino-americana. Foi, desde estas bases e patrocinado por generosos recursos imperialistas, que o debate intelectual, ao fim da década de 80 e inícios da década de 90, havia completado sua migração dos temas articuladores da dependência e da revolução para o ingênuo e interessado binômio autoritarismo ou democracia.

1.1.3. A polêmica entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini

O debate entre Cardoso (CARDOSO, 1974 e 1982; CARDOSO e SERRA, 1979) e Marini (2005b, 2008, 2012) merece ser tratado por ser emblemático. Com efeito, não aparece tanto pelos aprofundamentos teóricos que permite. Na realidade, se temos que, sistematicamente, demonstrar a superficialidade dos questionamentos apresentados por Cardoso é por terem sido, amplamente, assumidos pela teoria social brasileira. Em artigo recente, o brasileiro Fernando Prado (2011) ao explicitar, detalhadamente, a repetição das teses de Cardoso sobre a TMD por autores e autoras centrais do pensamento social brasileiro adianta a tese da conformação de um *pensamento único* (p. 74-82) acerca da dependência e de sua vertente marxista no Brasil. Assim, Prado evidencia a

reprodução das teses de Cardoso por nomes tão conhecidos quanto os de Maria da Conceição Tavares (1975), João Manuel Cardoso de Mello (1982), Guido Mantega (1984), Horácio González (1985), Luis Carlos Bresser-Pereira (1982) e José Luis Fiori (1999). A lista, obviamente, não é exaustiva, mas permite contemplar a amplitude teórico-política que as teses de Cardoso lograram atingir.

Este processo se compreende, fundamentalmente, pelas condições próprias em que se deram o debate entre Cardoso e Marini. De fato, Fernando Prado, ao recorrer a bibliografia que abrangeu a polemica, conclui que, ao fim e ao cabo, o que ocorreu, no Brasil, foi, na realidade, um *não-debate* (p. 70-74). Percebe-se, realmente, um desequilíbrio flagrante entre as condições de produção e divulgação de ambos os autores. Enquanto Ruy Mauro Marini se via, compulsória e sucessivamente, exilado e, sistematicamente, censurado pelas ditaduras civis-militares latino-americanas, Fernando Henrique Cardoso, após seu *auto-exílio* chileno e parisiense, volta ao Brasil, em pleno endurecimento do golpe, em 1968, para prestar concurso na Universidade de São Paulo (USP) e assumir uma cadeira de professor nesta universidade. Após ser aposentado pelo Ato Institucional nº 5, funda, com financiamento da Fundação Ford, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), de onde suas ideias ganham ampla repercussão sem maiores atritos com o regime civil-militar. O grande trânsito intelectual que goza Cardoso, no Brasil, contrasta, portanto, radicalmente, com a dificuldade com que, até hoje, os trabalhos de Marini se publicam. Prado ilustra bem este processo no seguinte trecho:

Para dar apenas alguns exemplos, após Marini ter publicado no México *Subdesarrollo y revolución*, em 1969, *Dialéctica de la dependencia*, em 1973, e *El reformismo y la contrrevolución. Estudios sobre Chile*, em 1976, além de ter organizado antologias fundamentais, escrito artigos para as revistas críticas mais importantes de seu tempo – *Pensamiento crítico*, *Monthly review*, *Les temps modernes*, entre outras – e também contribuído em vários jornais pelo mundo, o primeiro livro dele publicado legalmente no Brasil foi *América Latina: dependência e integração*, de 1992. Enquanto isso, os textos de Cardoso circulavam facilmente através dos órgãos de difusão do CEBRAP e seus livros eram publicados com ampla divulgação: *Dependência e desenvolvimento em América Latina*, publicado em espanhol em 1969 – escrito originalmente em 1967 –, saiu no Brasil já em 1970 pela Editora Difusão Européia do Livro; *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*, publicado em 1971 pela Zahar; *O modelo político e outros ensaios*, publicado originalmente em 1972 pela Bertrand Brasil em sua coleção “Corpo e Alma”, dirigida pelo próprio Cardoso; e, para ficar apenas na década de 1970, em 1975 é publicado *Autoritarismo e democratização*, lançado por Paz e Terra, numa coleção da qual o próprio Cardoso também fazia parte do conselho editorial (PRADO, 2011, p. 71, grifo do autor).

Em suma, diante desta situação, Cardoso ataca, na realidade, as teses de um autor desconhecido no Brasil. É este quadro particular que permite a Cardoso manipular como quer os escritos de Marini, dando lugar à distorção argumentativa como instrumento privilegiado da crítica do primeiro. Isto se agrava, se levarmos em conta que as respostas de Marini, só foram publicadas, no Brasil, no século que sucede o debate. Daí a ideia de um *não-debate*, no país. Ao passo que só circularam, naquele contexto, os escritos de uma das partes – os de Cardoso – não se pode falar em um debate brasileiro entre Cardoso e Marini. Ao menos, não naquela época. Os textos de Marini que compõem a polêmica, em verdade, tiveram que aguardar as recentes publicações de seus escritos para estarem acessíveis ao público brasileiro⁷.

Tomando, agora, resumidamente, as considerações de Cardoso, é difícil não assinalar, em primeiro, a má-fé reinante em seus escritos. Estes combinam, sistematicamente, confusões históricas e conceituais com deturpações do argumento criticado e recortes interessados do texto

⁷ Com efeito, a polêmica é iniciada por Cardoso (1982), em 1972, num trabalho apresentado em Dakar na ocasião do *Seminário sobre Estratégias de Desenvolvimento na África e América Latina* promovido pelo Instituto Africano de Desenvolvimento e Planejamento, órgão ligado à Comissão Econômica para a África – Comissão análoga à CEPAL no continente africano – intitulado *Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência*. O pequeno artigo teve vários títulos ao longo de sua larga jornada de divulgação e republicações. Em setembro de 1972, portanto, foi apresentado no Senegal; em dezembro do mesmo ano, foi publicado na *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales* da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) e, no ano seguinte, além de uma publicação nos Estados Unidos sob o título “Dependence revisited”, o mesmo texto fez parte do Caderno CEBRAP n° 11. Este, ainda, contou com aparições em coletâneas fora do Brasil, foi publicado, em 1976, no livro *América Latina: ensaios de interpretação econômica*, coordenado por José Serra; e, em 1980, fez parte também da coletânea *As ideias em seu lugar. Ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento* organizada pelo próprio Cardoso, tendo sido publicado com o título de sua versão em inglês: *A dependência revisitada*. Uma resposta parcial de Marini encontrava-se no posfácio à *Dialética da Dependência* (2005b), desde 1973, mas que só foi publicado, no Brasil, na primeira coletânea com seus escritos, organizada por Emir Sader, em 2000. O prefácio da quinta edição de *Subdesarrollo y Revolución* (2012b), de 1974, segundo Marini (2005c), também continha elementos para uma resposta às críticas de Cardoso, no entanto, só foi publicado no Brasil em 2012. O segundo texto de Cardoso (1974) é apresentado na Conferência Internacional sobre “Sociología del desarrollo y desarrollo: dependencia y estructuras de poder”, organizado pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, realizado em Berlim, já em novembro de 1973 sob o título *As contradições do desenvolvimento dependente associado*. A versão publicada no Brasil, em 1974, pela revista *Estudos CEBRAP* recebeu, no entanto, outro título: *As contradições do desenvolvimento-associado*. E, ainda, com outro título – *As novas teses equivocadas* – o público brasileiro o encontra, também, em 1975, republicado no livro *Autoritarismo e democratização*. Por fim, o ápice da crítica de Cardoso (1979) foi escrito em parceria com José Serra, quando estavam na Universidade de Princeton, em Nova Jérsei, nos Estados Unidos e publicou-se como *As desventuras da teoria da dependência*, em 1978, em espanhol, na *Revista Mexicana de Sociología*. Neste número incluiu-se, também, a resposta de Marini (2008), *Las razones del neo-desarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra)*. No Brasil, o artigo de Cardoso e Serra foi publicado na revista *Estudos do CEBRAP*, em 1979, porém sem a resposta de Marini. Esta só chegaria ao público brasileiro naquela antologia citada acima, 21 anos depois.

de Marini com falsificações dos mesmos⁸. O fato é que uma leitura, mesmo superficial, dos textos de Marini, poderia contornar as distorções de Cardoso, no entanto, este não era um recurso alcançável para a maioria dos brasileiros. Para os outros, talvez a cumplicidade teórica seja uma explicação plausível.

As *teses equivocadas* da TMD são, em síntese, bastante conhecidas. Com efeito, como se vê, até pouco tempo, era através de Cardoso que se apresentava o debate da dependência, no Brasil, e, portanto, as desqualificações à TMD eram bibliografia básica sobre o tema. Há quatro eixos fundamentais que, supostamente, atacam as bases da TMD⁹. O primeiro equívoco seria a defesa da *inviabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia* (CARDOSO, 1982, p. 112-113; CARDOSO, 1974, p. 44-47; CARDOSO, SERRA, 1979, p. 38-42). A ideia de que, para a TMD, o desenvolvimento encontrava, nas economias dependentes, entraves intransponíveis na superexploração, na concentração de terras, entre outros fatores. As consequências políticas desta postura teórica, para Cardoso, seria, justamente, a defesa da luta armada necessária para reabrir caminho para o desenvolvimento. Esta crítica valeu à TMD a pecha de *estagnacionistas* e, de quebra, de agitadores da luta armada. Importa pouco para estes críticos da TMD que Marini, desde cedo, já em artigo de 1966 que comporia o livro *Subdesenvolvimento e Revolução* citado, reiteradamente, por Serra e Cardoso – tanto coletiva, quanto individualmente –, afirme, textualmente, que “O capitalismo brasileiro se orientou, assim, rumo a um desenvolvimento monstruoso”. (MARINI, 2012a, p. 157).

Basta rever a concepção que embasaria o dito estagnacionismo de Gunder Frank sobre o *desenvolvimento do subdesenvolvimento* (GUNDER FRANK, 1969; MARINI, 2005a, p. 141) para notar, de pronto, que não se trata de estagnacionismo – corrente, aliás, ligada ao próprio desenvolvimentismo, em sua fase decadente (FURTADO, 1966) –, mas, exatamente, do contrário. Ou seja, de um movimento para a caracterização desta possibilidade de reprodução do

⁸ Marini – autor, normalmente, polido frente a polêmica – chega ao ponto de abrir o ensaio em resposta a Cardoso e Serra, descrevendo o texto e a ampla gama de artifícios desonestos da seguinte maneira: “En su conyunto, constituye un texto desaliñado y truculento, que deforma casi siempre mis planteamientos para poder criticarlos, manipula los datos que utiliza (o no utiliza) y que brilla por la falta de rigor, la torpeza e incluso el descuido en el manejo de hechos y conceptos”. (MARINI, 2008, p. 150). E, ainda, conclui em suas memórias: “É, sem dúvida, a coisa mais grosseira que já se escreveu contra mim”. (MARINI, 2005c, p. 119).

⁹ Estes eixos principais justificam outras críticas. Por exemplo, a suposta diminuição do papel ativo histórico das burguesias locais se articula com seu estrangulamento estrutural sofrido pelas mesmas (CARDOSO, 1974, p. 50-51); ou, ainda, a dita encruzilhada entre *socialismo ou fascismo* decorre, basicamente, dos mesmos argumentos *estagnacionistas* (CARDOSO, 1974, p. 53-72).

desenvolvimento em sociedades subdesenvolvidas, ou melhor, de sua necessária qualificação: em situações de subdesenvolvimento e dependência, o desenvolvimento só pode significar reprodução do subdesenvolvimento e da dependência e, nunca, sua superação, como veremos, mais detidamente, nos apartados que seguem neste capítulo.

O segundo erro atribuído à TMD (CARDOSO, 1982, p. 112-116; CARDOSO, 1974, p. 47-50; CARDOSO, SERRA, 1979, p. 67-76), também, bastante conhecido, teria sido o de basear o desenvolvimento capitalista dependente na exploração extensiva da mão-de-obra e prendê-lo à necessidade de sub-remunerar o trabalho. Neste sentido, ao identificar superexploração com extração de mais-valor absoluto, a TMD excluiria a possibilidade de o desenvolvimento capitalista latino-americano sustentar-se no aumento da produtividade do trabalho. As análises de Marini para explicar, cuidadosamente, a combinação das formas de extração de mais-valor na constituição de mecanismos de superexploração da força de trabalho, ao que tudo indica, não são suficientes para os críticos aqui citados. Nem mesmo, quando dito autor afirma, explicitamente, em 1973, em resposta às primeiras críticas de Cardoso: “o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta (...) O problema está, portanto, em determinar o caráter que assume na economia dependente a produção de mais-valia relativa e o aumento da produtividade do trabalho”. (MARINI, 2005b, p. 188-193).

Um terceiro eixo importante apela para um suposto economicismo da TMD (CARDOSO, SERRA, 1979, p. 48-52). Suas teses estariam, unilateralmente, vinculadas à economia e não levariam em conta aquilo que, em última instância, para Cardoso, deve definir a análise social: a luta de classes. Este é um argumento bastante comum e, nos tempos atuais, acabou por se generalizar para o ataque do marxismo. Os sujeitos, neste contexto, acabam por aparecer desvinculados de seus nexos materiais e totalizantes para determinar a realidade social. Para Marini, o entendimento da luta de classes como motor da História, “esto no quiere decir que la lucha de clases se explique *por sí misma*” (2008, p. 162, *grifo do autor*), mas que “es precisamente porque (...) la lucha de clases se rige por leyes específicas que se hace necesario construir un instrumental teórico que nos permita explicar su desarrollo”. (2008, p.163)¹⁰

Há, ainda, um quarto eixo da crítica que está ligado ao papel do imperialismo nas

¹⁰ Marini continua: “Según el nivel de análisis, más abstracto o más concreto, el énfasis se desplaza hacia la manera cómo *las leyes generales se realizan a través de la lucha de clases* o hacia la manera cómo *la lucha de clases actúa sobre la realización de esas leyes*”. (2008, p. 163, *grifo do autor*).

sociedades latino-americanas (CARDOSO, 1982, p. 116; CARDOSO, 1974, p. 51-53; CARDOSO, SERRA, 1979, p. 54-67). Para Cardoso, a TMD, erroneamente, toma o fenômeno como novo agente de estrangulamento estrutural e, por isso, conforma uma teoria do subimperialismo. Ou seja, seria a penetração das empresas multinacionais, para a TMD de Cardoso, que levaria os Estados locais às políticas expansionistas diante das impossibilidades estruturais colocadas pela dependência. No que se refere ao subimperialismo como extensão estagnacionista, Cardoso segue distorcendo os argumentos de Marini. No entanto, aqui, parece haver uma discordância de fundo importante.

Sem querer entrar nos meandros do embate, a tese de Cardoso, neste campo, é, de fato, particularmente, ilustrativa da posição geral que o mesmo toma em relação à dependência. Para o autor, a estrutura socioeconômica reinante nas sociedades dependentes – em especial, a superexploração – não dão motivos suficientes para sustentar um problema de realização para o capital nacional. O capital nacional, aliás, para Cardoso, traça um caminho evidente para certa pujança, apoiado, decisivamente, no mercado interno – sem, obviamente, distingui-lo, como o faremos mais adiante. Isto se concretiza, por outro lado, através de uma associação dinâmica com o capital estrangeiro. Estes são os elementos de fundo que sustentam o horizonte político-estratégico, defendido por Cardoso, em particular, e pelo CEBRAP, em geral. A proposta de um desenvolvimento nacional associado com o capital estrangeiro em cujo marco a grande burguesia nacional *internacionalizada* é protagonista através do Estado é marcante nas teses de Cardoso, desde este período¹¹.

Daí a caracterização *neo-desenvolvimentista* que, dos escritos de Marini, pesa sobre o pensamento de Cardoso. Esta definição guarda relação, primeiramente, com as formulações de Cardoso com Faletto (1977) que, diante das elaborações daquela nova esquerda de que tratamos anteriormente, conferiram

un carácter académico a un debate que, en sus orígenes, era propiamente político, limitando con ello la radicalidad de la crítica (...), no sólo por los compromisos

¹¹ Mesmo se, para justificá-las, ainda, utilizasse, ninguém menos que Lenin: “El punto de vista defendido por Lenin, por ejemplo, para explicar los efectos de la penetración del capitalismo en Rusia, fue el oposto a éste [defendido por Marini]. El supuesto de que partía era que el capitalismo empeña un papel “progressista”, provocando el desarrollo de las fuerzas productivas y dinamizando las relaciones de producción”. (CARDOSO, 1982, p. 116).

conceptuales y de lenguaje que mantiene con el desarrollismo (...) sino sobre todo por la absoluta ausencia de una teoría del imperialismo, que se observa en dicho texto. (MARINI, 2008, p. 154).

Para Marini, no entanto, se considerarmos com atenção o texto de Cardoso e Serra, é possível localizar uma grave regressão, mesmo em relação àqueles escritos de Cardoso com Faletto, que justifica a ideia de um pensamento *neo-desenvolvimentista*. Trata-se do abandono da própria distinção entre capitalismo avançado e dependente. Em outras palavras, significa um afastamento do conceito de dependência e uma recuperação das coordenadas cepalinas – *centro-periferia* – segundo as quais o desenvolvimento do capitalismo no centro e na periferia fazem parte de um mesmo processo – de um mesmo *continuum*, como veremos mais adiante¹². Com efeito, as frequentes reivindicações à CEPAL e suas contribuições teórico-políticas, ao longo do texto estudado, para Marini, indicam o requecimento do recurso desenvolvimentista por parte dos *novos ideólogos da burguesia brasileira*, ávidos por apontar a viabilidade de um desenvolvimento capitalista, no Brasil, ao estilo estadunidense ou europeu (MARINI, 2008, p. 205).

Por outro lado, as reiteradas tentativas de Cardoso de incompatibilizar superexploração com desenvolvimento capitalista, em geral (CARDOSO, 1982), e com desenvolvimento das forças produtivas, em particular (CARDOSO, 1974; CARDOSO, SERRA, 1979), estão ligados, para Marini, a uma visão idílica e apologética do capitalismo, segundo a qual “o capitalismo, à medida que se aproxima de seu modelo puro, converte-se em um sistema cada vez menos explorador e logra reunir as condições para solucionar indefinidamente suas contradições internas”. (MARINI, 2005b, p. 192).

Levar em conta, portanto, que o texto de Cardoso, escrito em conjunto com Serra, já encontra o primeiro como senador suplente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), facilita a visualização de sua posição como expressão da defesa dos interesses daquele projeto da oposição burguesa à ditadura. Projeto, fundamentalmente, de subordinação das classes trabalhadoras – particularmente, de seus setores organizados – às grandes frações burguesas

¹² “El lector podrá buscar con lupa en el texto un indicio, por pequeño que sea, de que la discusión que se está haciendo va referida al capitalismo *dependiente* brasileño: encontrará sólo la idea de que hay problemas y contradicciones en el capitalismo brasileño, que no tiene otra particularidad que la de darse en un país de la “periferia””. (MARINI, 2008, p. 205, *grifo do autor*).

internacionalizadas, como querem Cardoso e Serra, na busca pela hegemonização do aparato estatal brasileiro, no marco de uma democracia restringida.

São, portanto, ideólogos, neste sentido clássico em que as ideias são falseamentos burgueses da realidade, visto que o *capitalismo de Estado nacional e democrático* cebrapiano tem tão pouca viabilidade histórica, quanto o *capitalismo autônomo nacional* de outrora. A falsa bandeira, no entanto, não deixa de ser útil como ilusão política e plataforma partidária num momento de acirramento do cenário político nacional. Com isso, pode cumprir a tarefa de impedir as classes trabalhadoras de conformar seus próprios projetos políticos revolucionários. Às portas da Anistia, em 1978, afastar marcos teóricos que, no passado, demonstraram sua utilidade neste esforço faz, portanto, parte desta necessidade teórico-política. Só assim, compreende-se a prioridade dada para a deslegitimação da TMD por representantes da oposição burguesa ao regime civil-militar. Ou, nas palavras de Marini,

Es eso lo que confiere interés a las *Desventuras* [de la dialéctica de la dependencia (Cardoso; Serra, 1978)]: su carácter de texto inserto en un proceso de lucha ideológica, que el ascenso de las luchas de clase en Brasil, así como en Latinoamérica, tiende a hacer más candente”. (MARINI, 2008, p. 201).

1.2. Teoria Marxista da Dependência: núcleo teórico fundamental

Neste tópico buscaremos reconstruir o percurso teórico de Ruy Mauro Marini, principalmente, a partir de sua obra fundamental *Dialética da dependência* (2005a), para esclarecer a particularidade da dialética capitalista na América Latina. Ao seguir os passos da investigação do pensamento crítico latino-americano, em geral, e da Teoria Marxista da Dependência (TMD), em particular, a respeito da realidade deste continente, tratamos de baixar um nível no processo de abstração em relação à análise marxiana. Longe, portanto, de refutar as teses de Marx, estamos a historicizar e espacializar as mesmas a partir do processo de vinculação da América Latina à divisão internacional do trabalho. É nesta concretização que desvendamos uma estrutura e uma dinâmica econômica e social particular.

Esta necessidade se assenta no pressuposto que o desenvolvimento histórico e geográfico

do capitalismo criou um sistema mundial cuja unidade sustenta-se na acumulação de capital que, para ser assegurada, conforma formas particulares de reprodução do capital. Jaime Osorio define este processo da maneira seguinte:

El universal capitalismo, en su despliegue *histórico*, reclama ser pensado en la realidad efectiva de los particulares que han tomado forma en su despliegue, como la conformación del capitalismo en un *sistema mundial* y con diversos capitalismos *operando de manera diversa en la acumulación mundial*, economías centrales o imperialistas, economías periféricas o dependientes. El capitalismo se constituye así en universalidad *diferenciada*, lo que exige de *nuevos conceptos y categorías* para ser aprehendido, en la medida que en dicho hacerse se integran procesos y relaciones que redefinen el universal, y porque los particulares generan diversidad real, novedad efectiva de lo distinto, haciendo del capitalismo *unidad de lo diverso* (*grifo nosso*. OSORIO, 2013, p. 20).

Aumentar o nível de concretude da análise permitirá, portanto, centrar nossas observações na originalidade da reprodução capitalista dependente, na América Latina, na pista das considerações mais ambiciosas e acabadas sobre o tema em *Dialética da dependência* de Ruy Mauro Marini (2005a).

1.2.1. Reconstrução histórica do fundamento da dependência: divisão internacional do trabalho e superexploração da força de trabalho

O caráter *sui generis* do capitalismo em nossas terras está ligado às raízes da inserção econômica do continente latino-americano ao mercado mundial. Desde os tempos coloniais, no século XVI, estas sociedades estruturaram-se a partir e em função da expansão mercantil europeia e de suas necessidades. Como indica Sergio Bagú (1992):

Cuando castellanos y portugueses tocan las costas americanas, la existencia de un activo mercado internacional europeo es un hecho desde hace mucho tiempo. Un hecho que está recondicionando toda la economía continental, en particular la de las zonas occidentales. [...] el descubrimiento y colonización de América, son episodios en medio de esa formidable revolución comercial que está conmoviendo toda Europa. Hay en el Viejo Mundo un mercado internacional que absorbe con avidez una variedad de productos de otros continentes; en menor escala hay también ciertas regiones, sobre todo

los Países Bajos, que se encuentran en condiciones de colocar sus productos manufacturados en mercados lejanos.

Castellanos y portugueses, al ponerse en contacto con esta nueva realidad americana [...] estuvieron movidos por una misma necesidad, por un igual propósito: hallar algo que pudiera ser vendido en el mercado europeo con el mayor provecho posible. Lustros después de iniciada una colonización sólida y permanente, América es aun para las metrópolis ibéricas mucho más importante como proveedora que como consumidora. (p. 60.)

Neste contexto, fornecíamos metais preciosos e gêneros exóticos e contribuíamos para o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamentos, fortalecendo, por um lado, o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa e sustentando, por outro, o sistema manufatureiro europeu. Este movimento foi, sem sombra de dúvidas, decisivo para o surgimento da grande indústria no centro do capitalismo mundial (MARINI, 2005a).

A Revolução Industrial europeia, aliás, coincide, no século XIX, com o processo de independência política dos países latino-americanos. A partir daí, o eixo de gravitação destas economias passa a ser a Inglaterra, transformando, essencialmente, seu papel. As necessidades colocadas pela nascente indústria e pelos resultantes societários que a mesma imbricou nos países centrais reconfiguram a demanda posta à periferia, no caso, à América Latina. Este movimento tem rebatimentos profundos sobre a formação socioeconômica destas sociedades, já que a forma como a América Latina se integra no mercado mundial define as estruturas internas necessárias para atender a estas demandas¹³. Se anteriormente o fundamental podia se definir em termos coloniais, ou seja, formalmente, subordinado à metrópole ultramarina, a Independência transforma esta relação.

Doravante, as nações latino-americanas se relacionam sob estatutos nacionais independentes. A subordinação decorre, de agora em diante, da forma como estas nações inserem-se na nascente divisão internacional do trabalho. Desta nova dinâmica consolida-se a dependência das nações latino-americanas em relação aos centros capitalistas. Nas palavras de Marini (2005a):

¹³ Bambirra (2012) em sua obra clássica *O capitalismo dependente latino-americano* procura, justamente: “definir o caráter *condicionante concreto* que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes. (*grifo do autor*, p. 38)”. E ressalva, à frente, “Não existe um condicionamento absoluto – como uma interpretação mecanicista poderia deduzir –, mas sim um condicionamento dos parâmetros dentro dos quais atuam uma série de contradições cujas interações, choques e lutas dão as alternativas ou possibilidades históricas de ação e funcionamento aos setores e classes sociais que se formam dentro desses parâmetros gerais (p. 41)”.

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (p. 141)

Como vimos, o novo papel da América Latina baseia-se nas necessidades colocadas pela revolução industrial. Para possibilitar a especialização da sociedade central na atividade industrial e sustentar a concentração populacional urbana decorrente era preciso garantir o fornecimento dos produtos agropecuários necessários à subsistência da população central. Além disso, o surgimento da grande indústria demandava quantidades cada vez maiores de matérias-primas para a produção. A América Latina incorpora estas tarefas e contribui para o movimento que nos parece essencial.

Se a pauta de exportação não muda em sua composição – continuamos exportando bens primários –, o que muda é a função que o fornecimento destes componentes cumpre na estrutura capitalista mundial. Ao fornecer e baratear as mercadorias que incidem sobre o valor do capital constante e dos bens-salário da classe trabalhadora europeia, a América Latina passa a contribuir para que o eixo da acumulação capitalista no centro se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa.

Nos termos de Marx (2011):

A produção de mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção de mais-valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. (p. 579.)

Historicamente, um dos mecanismos mais potentes para rebaixar o valor dos bens-salários

foi, justamente, destinar a produção de parte destes bens às sociedades periféricas. Isto não se dá, no entanto, sem contradições. Vejamos, com Marini (2005a), o que engendra este deslocamento na dinâmica de acumulação no centro do sistema capitalista:

[...] o aumento na capacidade produtiva do trabalho acarreta um consumo mais que proporcional de matérias-primas. Na medida em que essa maior produtividade é acompanhada efetivamente de uma maior mais-valia relativa, isso significa que cai o valor do capital variável em relação ao do capital constante (que inclui as matérias-primas), ou seja, que aumenta a composição-valor do capital. (p. 147)

Os países centrais tentam resolver esta contradição tratando de rebaixar o valor do capital constante, fundamentalmente, das matérias-primas que adquirem no mercado mundial e que a América Latina é das principais fornecedoras.

De fato, desde o século XIX, a América Latina, nos marcos da divisão internacional do trabalho, fornece matérias-primas em quantidades cada vez maiores e a preços cada vez menores ao velho continente, contrabalanceando a tendência apresentada anteriormente. Se analisados com atenção (CEPAL, 1949), os termos de troca no mercado exterior desfavorecem, sistematicamente, os países produtores de bens primários em relação aos países exportadores de produtos manufaturados. Enquanto os preços dos primeiros tendem a diminuir com o tempo, os segundos mantêm-se relativamente estáveis.

O que se observa, no plano do mercado internacional, são, na realidade, mecanismos de transferência de valor, baseados na capacidade produtiva dos países envolvidos. Dois destes mecanismos devem ser salientados. O primeiro diz respeito à troca de mercadorias da mesma esfera de produção – mercadorias manufaturadas, por exemplo. Neste âmbito, as nações que apresentam maior produtividade do trabalho e, portanto, produzem mercadorias com menor valor unitário, ao trocá-las, não precisam necessariamente diminuir seu valor-de-troca, obtendo, assim, um lucro extraordinário. O segundo mecanismo utilizado para burlar as leis de troca no mercado internacional é possível quando duas nações trocam mercadorias de diferentes esferas de produção – manufaturados e bens primários, por exemplo. Aí opera, simplesmente, a lei do monopólio: o fato de estarem trocando mercadorias que a nação desfavorecida não tem a mesma possibilidade de produzir permite elevar seu preço acima do valor real da mercadoria. Ao fim, a maior produtividade vigente nas economias centrais e a condição de monopólio que exerce sobre

suas mercadorias duplica, portanto, a transferência de valor: adiciona-se àquele lucro extraordinário da maior produtividade, a ilusão permitida pelo monopólio. Para Marini, o monopólio

implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda a mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla (MARINI, 2005a, p. 152).

O curioso é notar que, mesmo nestas condições, a América Latina segue reproduzindo seu papel na economia internacional, produzindo, inclusive, volumes cada vez maiores de bens primários destinados à exportação. Para tanto é necessário aumentar a exploração do trabalhador, no âmbito produtivo – seja intensificando o trabalho, seja aumentando simplesmente a jornada de trabalho. Chegamos, assim, a essência contraditória da inserção da América Latina no mercado mundial nos termos propostos por Marini (2005a):

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. [...] Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna. (MARINI, 2005a, p. 153)

Neste ponto está a chave da peculiaridade da formação social latino-americana. Tendo no mercado mundial o eixo central de sua economia, mas, principalmente, encontrando-se em posição subalterna nesta estrutura, a busca pelo valor transferido às nações centrais exacerba a necessidade pela extração de mais-valia. A particularidade das burguesias latino-americanas é que estas baseiam tal extração, prioritariamente, no aumento da exploração do trabalhador e não precisam recorrer ao desenvolvimento das suas forças produtivas. Fazem-no recorrendo àquilo

que Marini denominou superexploração do trabalho¹⁴.

1.2.2. Significado e particularidade da superexploração: violação da lei do valor e contra-tendência do capitalismo dependente

A superexploração é, para Marini (2005a), o recurso generalizado pelas burguesias latino-americanas diante de sua subordinação na divisão internacional do trabalho. Permite, assim – através da intensificação do trabalho; da prolongação da jornada de trabalho; e da redução da capacidade de consumo do trabalhador –, conformar taxas de extração de mais-valia que suportem a evasão posterior. O autor a define nos seguintes termos:

[...] a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos [a intensificação do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho do trabalhador], porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último [redução da capacidade de consumo do trabalhador], porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2005a, p. 156)

Neste sentido, a superexploração, é, na realidade, uma *forma particular de exploração* que se assenta na seguinte característica fundamental: a violação do valor da força de trabalho. Nas palavras de Jaime Osorio:

A superexploração dá conta das formas assumidas pela violação do conjunto de condições necessárias para a produção e reprodução da força de trabalho, nos processos de produção e circulação. Dá conta, então, das formas de violação do valor da força de trabalho. Quando a exploração capitalista adquire características que implicam a

¹⁴ A rigor, é preciso anotá-lo, trata-se de superexploração da *força de trabalho*. Como sustenta Jaime Osorio, referindo-se a *Dialética da dependência* (2005a), “la lectura del conjunto del libro no deja dudas que se refiere a *la violación del valor de la fuerza de trabajo* (grifo do autor: 2013, p. 11). Ainda sobre o tema, ver, de Marini, “Sobre a Dialética da Dependência” (2005b) ou “Las razones del desarrollismo” (2008).

desconformidade do valor de troca da força de trabalho, estamos falando de uma exploração capitalista que assume um caráter superexplorador (OSORIO, 1975 apud LUCE, 2012, p. 121).

Ao contrário do que se poderia indagar, esta não é uma ideia estranha ao universo marxiano. De fato, mesmo localizando sua *análise geral do capital* em um plano mais abstrato, Marx sinaliza, por diversas vezes, que a tendência de generalização da lei do valor apresenta contradições importantes¹⁵. No entanto, a superexploração em *O Capital*¹⁶ não ganha tratamento mais detido pelos pressupostos básicos impostos por seu nível de abstração. É o que nos diz Marx em retomada da explicação sobre a composição da jornada de trabalho e da necessidade de o capital reduzir o tempo de trabalho necessário para diminuir o valor da força de trabalho, em seção dedicada à análise da produção do mais-valor relativo. Admitindo sua existência em níveis mais concretos de análise, justifica a impossibilidade da violação do valor neste nível da seguinte maneira:

[...] o mais-trabalho só seria prolongado se ultrapassasse seus limites normais, seus domínios só seriam expandidos mediante a invasão usurpatória do domínio do tempo de trabalho necessário [se houvesse, portanto, superexploração]. Apesar do importante papel que desempenha no movimento real do salário, esse método é aqui excluído pelo **pressuposto** de que as mercadorias, portanto também a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu valor integral (2013, p. 388-389).

¹⁵ Ao tratar, por exemplo, no terceiro livro, da lei da baixa tendencial da taxa de lucros, Marx indica causas que contrabalanceiam esta tendência para justificar sua contenção e aparece, então, justamente, a redução do salário abaixo de seu valor como “una de las causas más importantes de contención de la tendencia a la baja de la tasa de ganancia (MARX, 2009b, p. 301)”.

¹⁶ Marx a denomina *exploração redobrada* em, pelo menos, três oportunidades assinaladas por Osorio (2013, p. 25). No entanto, se tomarmos diferentes traduções da obra, o termo não aparece necessariamente. A primeira oportunidade – e a segunda obedece à mesma lógica – que Jaime Osorio assinala está em *O Capital*, traduzido ao espanhol por Wenceslao Roces à editora mexicana Fondo de Cultura Económica, em 1959, da seguinte maneira: “mediante la *explotación redoblada del obrero*. (grifo no original. MARX, 1973, Tomo I; p. 505).” Já na tradução de Pedro Scaron, também ao espanhol, à editora mexicana Siglo XXI, de 1975, que, aliás, Osorio também utiliza no mesmo artigo, está como “mediante la *mayor explotación del obrero*. (grifo no original. MARX, 2009b, Tomo I, vol.2, p. 740).” Em português, o tradutor Rubens Enderle à editora Boitempo utiliza “derivada do aumento da exploração do trabalhador (MARX, 2013, Livro 1, p. 675)”. Na tradução francesa de Joseph Roy, revisada pelo próprio Marx e conhecida por suas dificuldades, aparece como “dépend en premier lieu du *degré d’exploitation de la force ouvrière*. (grifo no original. MARX, 1985, Livre I, sections V à VIII, p. 73).” Por fim, a nova tradução ao francês, de 1983, sob a responsabilidade de Jean-Pierre Lefebvre retoma a nomenclatura utilizada pela maioria das traduções verificadas acima com “par augmentation de l’exploitation du travailleur. (MARX, 1993, Livre Premier, p. 671).” Na terceira menção de Osorio, as traduções em espanhol e português citadas acima, realmente, coincidem com o termo *explotación redobrada*, enquanto as traduções para o francês utilizam “surcroît d’exploitation (MARX, 1985, p. 105).” e “exploitation accentuée du travailleur (MARX, 1993, p. 715).”

Se encararmos situações concretas, pois, o capital avança sobre o trabalho necessário e “transforma, dentro de certos limites, o fundo necessário de consumo do trabalhador num fundo de acumulação de capital (MARX, 2013, p. 675)”. Para apreender este processo, nem sempre explícito, algumas considerações são importantes.

Primeiramente, é central encarar o fundo de consumo do trabalhador como dimensão determinada historicamente e, por isso, não pode ser calculado, simplesmente, pela soma dos produtos mais baratos disponíveis e necessários à sobrevivência do trabalhador. Deve, assim, incluir as condições culturalmente vigentes em dado momento societário para a reprodução do mesmo. Isto está em constante transformação devido, por um lado, à capacidade do aumento da produtividade do trabalho levar bens suntuários a sua popularização e, por outro, à possíveis conquistas que o trabalhador possa garantir para o aumento de seu fundo de consumo. A remuneração abaixo destas condições históricas e culturais configura modalidades de superexploração.

Um segundo elemento central, ao considerar a superexploração, diz respeito ao fato de que o valor da força de trabalho deva contemplar sua dupla dimensão enquanto valor diário e valor total. Diário no sentido estrito do valor daquilo que necessita o trabalhador para retornar cotidianamente ao seu local de trabalho, mas que, na realidade, está determinado pelo e acrescido do valor necessário para sobreviver após o esgotamento de sua capacidade laboral. Ou seja, o valor da força de trabalho deve garantir a reprodução do trabalhador para além de sua vida ativa, cuja duração está também determinada pelas conquistas e derrotas das classes trabalhadoras no campo da luta de classes (OSORIO, 2013, p. 22-23). É preciso notar, no entanto, que há níveis de desgaste do trabalhador que, por sua brutalidade, absorvem jornadas de trabalho futuras – impossíveis de serem cumpridas diante de tal desgaste. O capital paga, com isso, uma jornada de trabalho recebendo, no entanto, jornadas futuras – mais de uma jornada, consequentemente. Estamos falando de condições que encurtam, portanto, a vida útil ou mesmo total do trabalhador e que aumento salarial algum consegue acompanhar e que, claramente, violam o valor da força de trabalho empregada.

Dito isto, a generalização de modalidades de exploração assentadas sobre a violação do valor da força de trabalho, nos países dependentes, impôs a criação desta nova categoria que desse conta da realidade imperante. Marini o faz, portanto, para caracterizar um vazio teórico

que, como vimos, só foi indicado, como possibilidade teórica, por Marx devido ao seu pressuposto estar relacionado ao funcionamento “puro” ou “pleno” do modo de produção capitalista.

A importância deste vazio e, portanto, a necessidade de tratá-lo devidamente está determinada pelo fato da superexploração corresponder, exatamente, ao traço fundamental das formações latino-americanas. A superexploração é, neste sentido, o próprio fundamento da forma particular de reprodução do capital na América Latina – a dependência – e representa a contra tendência própria do capitalismo dependente à transferência de valor a qual está submetida na divisão internacional do trabalho (LUCE, 2012, p. 122).

1.2.3. Industrialização e superexploração: naufrágio das ilusões desenvolvimentistas, eixo exportador e esferas diferenciadas de consumo

A industrialização das economias dependentes funcionou, por muito tempo, como o horizonte utópico do reformismo na América Latina. Este campo alimentava a esperança que a conformação de economias industrializadas pudesse superar o problema da transferência de recursos para as economias centrais, já que, à primeira vista, equipararia suas condições no mercado mundial. As particularidades impostas pela dependência a este processo, no entanto, acabam por escancarar os limites do reformismo latino-americano e, mais importante, explicitam o caráter revolucionário da superação desta condição das sociedades latino-americanas.

Inicialmente, é preciso esclarecer que a superexploração da força de trabalho na América Latina assenta-se na busca desenfreada de lucros em situações econômicas que geram, de maneira particular, superpopulação relativa (MARINI, 2005a). Isto constitui, no entanto, eixos econômicos, prioritariamente, exportadores. Com efeito, o ciclo capitalista realiza-se aqui por meio do comércio exterior. Enquanto nas economias centrais, a formação do mercado interno se configurou como o eixo privilegiado de realização do ciclo do capital, nas economias dependentes o consumo do trabalhador, cuja massa está excluída do mercado de trabalho, não interfere no mesmo, determinando, apenas, a taxa de trabalho excedente extraído. A esfera de

circulação das mercadorias está “garantida” pela demanda externa e permite, por isso, a depreciação do consumo da massa trabalhadora.

Se o desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países centrais, como vimos, está assentado no incremento da produtividade social do trabalho, esta dinâmica não corresponde à realidade latino-americana. Não estamos diante de um modo de produção que precise assentar seu desenvolvimento numa maior produtividade do trabalhador. Não se trata de baratear mercadorias e incrementar salários, mantendo taxas de lucro estáveis, para consumo popular nas economias dependentes. Pelo contrário, as condições periféricas colocam o trabalhador numa posição, exclusivamente, produtora, pois não depende de seu consumo a realização da mercadoria que o obreiro produz. O produtor, portanto, não consome o que produz na periferia e a acumulação capitalista nestas terras pode desgastar a força de trabalho disponível a níveis inimagináveis. A composição orgânica do capital, na América Latina, é, com isso, muito menor, visto que o peso relativo de seu componente morto não aumenta – ou aumenta muito menos – com o tempo.

Os três mecanismos [da superexploração] identificados [...] configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana (MARINI, 2005a, p. 156)

Isto não quer dizer que o modo de produção capitalista, na América Latina, não recorre à produtividade do trabalho no seu desenvolvimento capitalista. Significa, apenas, que este não é o motor predominante da acumulação, como o é nos países centrais. É preciso dizer, assim, que a manifestação da lei geral da acumulação capitalista na periferia do sistema capitalista difere da estudada por Marx nos países centrais do século XIX. Isto não invalida sua análise, apenas, impõe sua contextualização e o eixo de compreensão estrutural recai, com isso, sobre a superexploração.

[...] o fato de que as condições criadas pela superexploração do trabalho na economia dependente tendem a obstaculizar seu trânsito desde a produção de mais-valia absoluta à mais-valia relativa, enquanto forma dominante nas relações entre capital e trabalho. [...] Mais que meros acidentes no curso do desenvolvimento dependente, ou elementos de ordem transicional, esses fenômenos são manifestações da maneira como incide na

economia dependente a lei geral da acumulação de capital. Em última instância, é de novo à superexploração do trabalho que temos de nos referir para analisá-los. (MARINI, 2005a, p. 194)

Este movimento tem, ainda, outras repercussões basilares. Como vimos, separa, decisivamente, a produção, baseada na superexploração do trabalho, da circulação que tem, no mercado internacional, seu eixo principal. A acumulação brasileira, ao deprimir, sistemática e sem limites, a capacidade de consumo do trabalhador, define o mercado externo como saída predominante para a produção, enquanto os consideráveis lucros gestados neste processo geram uma capacidade de consumo, das classes dominantes, que não pode encontrar na produção interna sua satisfação. Cria-se, com isso, uma cisão entre a esfera de consumo do trabalhador e uma alta esfera de consumo – suntuosa ou de luxo – que só encontra satisfação pela importação de produtos estrangeiros.

A separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá origem, portanto, a uma estratificação do mercado interno, que também é uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera “baixa”, onde se encontram os trabalhadores – que o sistema se esforça por restringir –, se baseia na produção interna, a esfera “alta” de circulação, própria dos não-trabalhadores – que é aquela que o sistema tende a ampliar –, se relaciona com a produção externa, por meio do comércio de importação. (MARINI, 2005a, p. 165)

É sintomático que o início do processo de industrialização corresponda, exatamente, a um período – este compreendido entre as duas guerras mundiais – em que a crise do capitalismo internacional restringe a acumulação baseada na produção para o mercado externo e reorienta aquela demanda da esfera alta de consumo para dentro. Neste contexto, desloca-se o eixo da acumulação para a indústria, justamente, para atender este mercado interno preexistente – para atender, portanto, a demanda luxuosa das classes dominantes.

Esta situação difere, radicalmente, do processo de industrialização dos países centrais. Como é sabido, a separação do trabalhador dos meios necessários para produzir sua vida foi responsável por assentar as bases para o assalariamento, mas a contrapartida imediata deste processo foi a criação do consumidor. Nestas condições, o trabalhador passa a consumir com seu salário aquilo que produzia de maneira independente no período anterior. Existe certa identidade, portanto, entre produtor e consumidor nas economias centrais e há uma estreita relação entre

acumulação de capital e expansão do mercado interno.

A partir do fornecimento barateado – desde as economias dependentes – dos produtos de subsistência do trabalhador da economia central, aumenta a parcela do salário que pode se destinar ao consumo de produtos manufaturados. A indústria produz, portanto, bens de consumo popular e tem interesse em barateá-los, já que passam a influenciar o valor da força de trabalho. Estas são as raízes da necessidade de se aumentar a produtividade do trabalho nas economias centrais.

Neste processo, cresce a extração de mais-valia e, com isso, sua parcela não acumulada que gera uma demanda distinta daquela das classes populares. De fato, como nos países dependentes, existem, nos países centrais, esferas distintas de consumo, no entanto, esta “alta” esfera decorre do aumento da produtividade do trabalho. Marini esclarece melhor este processo:

A expansão da esfera superior é uma consequência da transformação das condições de produção e se torna possível à medida que, aumentando a produtividade do trabalho, a parte do consumo individual total que corresponde ao operário diminui em termos reais. A ligação existente entre as duas esferas de consumo é distendida, mas não se rompe. (MARINI, 2005a, p. 168-169)

Neste mesmo sentido, o limite da demanda externa por bens supérfluos determina que a única saída, na economia central, para a expansão dos mesmos é sua popularização. É, assim, que, no interior das economias centrais, bens de luxo se transformam, rapidamente, em bens de consumo popular.

Isto posto, a industrialização, nos países dependentes, se estrutura, assim, como vimos, desde a incapacidade de a economia internacional suprir a demanda da alta esfera de consumo, neste período de desarticulação e crise que vai, aproximadamente, de 1910 a 1950. Está vinculada, pois, a esta demanda preexistente, não necessitando, portanto, criar mercado e, com isso, não modificando aquela compressão dos níveis de consumo que explicitamos anteriormente. Pelo contrário, no período em que a oferta, finalmente, alcança a demanda preexistente – isto já se nota, no Brasil, no final da década de 1940 – e pressiona para a diminuição dos preços destas mercadorias, o capitalista industrial se valerá, primeiro, de sua condição monopólica para impor seus preços e, segundo, das condições criadas pela economia exportadora e sua crise – centralmente, o excesso de mão-de-obra – para manter intacto o baixo nível tecnológico vigente e

rebaixar os salários dos trabalhadores para conseguir a diminuição dos preços almejada. Um pouco mais tarde, já no início da década de 1950, recorrer-se-á ao aumento da produtividade do trabalho, mas não para garantir a popularização daquelas mercadorias, já que não se encontram as condições para seu consumo nas classes populares, apenas para seu barateamento e consumo pelas camadas médias – que, para consumir, se apropriam de mais-valia oriunda do rebaixamento do salário dos trabalhadores.

É assim que a industrialização, na América Latina, muda a morfologia do modo de circulação da economia dependente – já que, agora, a satisfação da alta esfera de consumo se dá desde uma produção interna – sem superar a cisão radical entre as duas esferas existentes. Seguimos diante de uma economia cuja produção – agora, também, industrial – não depende do salário e do consumo das classes trabalhadoras. Primeiro, porque a mercadoria industrial não integra os meios necessários para a reprodução do trabalhador individual; esta mercadoria não incide, portanto, sobre o valor de sua força de trabalho; e, com isso, não obriga o capitalista industrial a aumentar a produtividade do trabalho para baixar o valor unitário daquela mercadoria e reduzir o valor da força de trabalho. Pelo contrário, como vimos, é pelo acréscimo da exploração sobre o trabalhador que o capitalista assegura o aumento da extração de mais-valia. Deriva disto que o aumento da oferta de mercadorias industriais se dá através de uma exploração redobrada. Exploração esta que não encontra limites na necessidade de um mercado interno sustentado pelo consumo popular e que pode, portanto, existir em níveis inimagináveis se comparados aos centros do capitalismo mundial. É assim que “a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador.” (MARINI, 2005a, p. 171) e, longe, portanto, de superar as mazelas estruturais da dependência, atualiza a premência de uma saída revolucionária para esta condição (OSORIO, 2009).

1.2.4. Superexploração e subimperialismo: impasse da industrialização dependente e arranjo expansionista subordinado

A equiparação da produção àquela demanda preexistente que configurou o mercado interno latino-americano e a necessidade de introduzir meios para se aumentar a produtividade do trabalho na jovem indústria dependente se dá num momento muito particular da economia internacional. Por volta de 1950, de fato, supera-se aquela situação que marcou a industrialização latino-americana e, desde a nova égide estadunidense, estão dadas as condições para um novo impulso de capitais estrangeiros no continente.

Este movimento do capital estrangeiro distingue-se dos anteriores, pois vai ter nas indústrias periféricas seu espaço de valorização privilegiado. Isto acontece, centralmente, pelo avanço da indústria de bens de capitais nos países centrais que encontrou naquela necessidade de aumento da produtividade da indústria dependente uma importante demanda para a expansão de sua produção. Mas, também, pela aceleração do ritmo do progresso técnico, nos países centrais, que impôs prazos muito mais curtos a renovação do maquinário industrial e impeliu a exportação, para a indústria periférica, deste maquinário, ainda não amortizado, mas já obsoleto. Marini desvela o significado deste novo processo da acumulação mundial:

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (observa-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como o Brasil já exportam aço), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente. Indo mais longe, pode-se distinguir na economia internacional, escalões, nos quais vão sendo recolocados não só os novos países industriais, mas também os mais antigos. (...) O que temos aqui é uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho ocorrida nos últimos 50 anos. (MARINI, 2005a, p. 174-175)

É assim que coincidem o anseio por tecnologia capaz de aumentar a produtividade do trabalho nos países dependentes com uma nova divisão internacional do trabalho que supria a necessidade das economias centrais de exportar tal tecnologia. Isto se traduz em importantes fluxos de capitais provenientes dos centros imperialistas para as economias periféricas.

As repercussões desta introdução de novas técnicas produtivas na indústria dependente estão determinadas pelo caráter supérfluo das mercadorias produzidas. Como vimos, não são

bens-salários, portanto, não incidem sobre a parcela do valor necessário a reprodução da força de trabalho. Com isso, o aumento da produtividade, na periferia, difere deste processo nos países centrais. Aqui, este influi sobre a extensão – ou o volume – da mais-valia produzida, pois não faz regredir o trabalho necessário em relação ao trabalho total. A acumulação segue, nos países latino-americanos, mesmo quando recorre ao incremento da produtividade do trabalho, apoiando-se numa maior superexploração da força de trabalho. Por outro lado, esta concentração tecnológica na indústria de bens suntuários e o recurso sistemático à compressão do padrão de vida dos trabalhadores para sua expansão, na economia dependente, reforça aquela tendência que cinde as esferas de consumo e relega a indústria de bens de consumo popular à estagnação e, mesmo, regressão.

Diante deste quadro de impossibilidade de popularização dos bens supérfluos, de estreiteza do mercado interno e de forte concentração de renda, estruturalmente, impostas pela superexploração, a indústria latino-americana encontra graves problemas de realização para os bens que produz. Isto, nos inícios da década 1960, toma contornos dramáticos para este padrão de reprodução industrial. É, então, novamente, como na economia exportadora, no comércio exterior que a economia dependente vai operar sua saída. O ciclo do capital dependente, agora sobre bases industriais, cinde, mais uma vez, portanto, sua dimensão produtiva de seu momento de consumo. Incapaz de realizar massas cada vez maiores de valor através do mercado interno, a economia dependente recorre à exportação de seus produtos industriais e volta, com isso, a partir de meados da década de 1960, a produzir para mercados alheios às necessidades nacionais.

O subimperialismo, termo cunhado por Ruy Mauro Marini para denominar este novo arranjo, lançou mão de uma ditadura civil-militar para se realizar plenamente. Seu caráter é aqui definido pelo autor:

la élite militar que encabeza el golpe no sólo interviene en la lucha de clases, sino que presenta todo un esquema económico-político, el cual consagraba definitivamente la fusión de intereses entre ella y el gran capital. Ese esquema fue el subimperialismo, la forma que asume el capitalismo dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y del capital financiero. (MARINI, 1971, p. 1, grifo do autor)

O subimperialismo, sob o terreno da superexploração da força de trabalho e da transferência de valor aos centros imperialistas, vai expressar uma das facetas produzidas pela

nova divisão internacional do trabalho, estudada acima. Temos, por um lado, a possibilidade engendrada pela criação de polos industriais periféricos capazes de assumir antigas tarefas da indústria central, mas, por outro, a impossibilidade de seus mercados internos, restringidos pela generalização da superexploração do trabalho, de absorver a nova produção de bens suntuários em expansão. Este panorama, no Brasil, pressionou para uma política regional político-econômico expansionista. Marini elucida o fenômeno da seguinte maneira:

O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapõe ao esquema simples da divisão do trabalho (...) um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital (...) dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados a dinâmica global imposta pelos grandes centros. (MARINI, 1992 *apud* LUCE, 2011, p. 1)

Neste cenário, o capital estrangeiro desempenha papel central e empenha-se, como sócio majoritário desta iniciativa, em garantir as condições da expansão comercial. Esta associação tem como base as possibilidades extremamente lucrativas que o país oferece na exploração estrangeira de mão-de-obra nacional superexplorada, assim como, na abertura irrestrita ao capital estrangeiro – o que lhe destina parte importante da remuneração do sucesso da expansão comercial. Esta aliança irrestrita, desde o Brasil, cobra altos custos em termos de monopolização estrangeira da economia nacional, principalmente, nos setores industriais e na exploração de matérias-primas. Por outro lado, na ótica imperialista, esta progride dentro de óbvios limites e nunca se aceitou desenvolver setores avançados estratégicos aos interesses centrais.

A presença do capital estrangeiro, desde esta nova divisão internacional do trabalho, implica graves agudizações do padrão dependente de reprodução capitalista. Num primeiro momento, há que se assinalar que este capital que dinamiza a economia nacional pelo seu imenso afluxo, não se movimenta, unicamente, para dentro desta economia, mas que, pelo contrário, é, sistematicamente, redirecionado para os centros imperialistas, após sua valorização na economia dependente, o que implica em importante sangria dos recursos disponíveis. Considerado deste ponto de vista, o investimento estrangeiro tão central para a reprodução da economia brasileira, por exemplo, só corresponde a uma reposição parcial desta transferência de valor que opera nas

economias dependentes¹⁷. Este cenário é, ainda, agravado pelo fato da economia dependente não assegurar os bens de capital necessários para sua produção, reprodução e expansão. Este capital é, como vimos, estrangeiro e implica novas transferências para a remuneração deste maquinário, mas, também, uma profunda dependência tecnológica. Chegamos, portanto, à seguinte situação:

así como dicho ciclo depende del flujo circulatorio externo de capital dinero, depende tambien (...) de medios de produccion proporcionados por el exterior. (...) por tanto, el ciclo de capital de esa economia se encuentra doblemente articulado y es doblemente dependiente respecto al exterior. Esa circulacion se encuentra parcialmente centrada en el exterior, tanto en lo que se refiere al capital dinero, como en lo que respecta al capital mercancias. (MARINI, 1979a, p. 6)

Do ponto de vista do trabalho, à dependência tecnológica corresponde uma agudização da superexploração do trabalho. Isto é gerado pelo fato das empresas estrangeiras, pelo exposto acima, acederem facilidades no emprego de tecnologia produtiva em território nacional. Esta posição monopólica em relação à tecnologia relega a empresa nacional óbvias desvantagens e destina, sistematicamente, ao capital estrangeiro mais-valia extraordinária. A tendência é, portanto, uma exacerbação da concentração, centralização e monopólio do capital na economia dependente. Neste contexto, a saída das pequenas e médias empresas que atuam nas condições produtivas médias – não dispendo das facilidades do grande capital estrangeiro – recai sobre o trabalho e sua superexploração. Longe, no entanto, de desfavorecer o capital estrangeiro, este processo superexploratório, incorporado pelas multinacionais, engendra uma generalização da superexploração do trabalho nas economias dependentes.

Há, ainda, outro elemento decisivo para a conformação deste novo arranjo. Trata-se da retomada de um protagonismo econômico do Estado nacional. De fato, este passa a atuar ativamente como comprador, inclusive e principalmente, de bens estrangeiros, investidor nas áreas de infraestrutura e no fortalecimento de grandes *trustes* nacionais competitivos no mercado internacional, assim como, fomentador das exportações através de subvenções para os produtos estratégicos. Configura-se, com isso, este tripé subimperialista, no que concerne a realização: mercados externos, consumo suntuário e Estado.

¹⁷ É importante notar que esta drenagem dos recursos para os centros capitalistas determina, também, em grande medida, as possibilidades do gasto social na América Latina. De fato, a envergadura e as potencialidades das políticas sociais latino-americanas não pode ser medido sem considerar o excedente disponível para sua conformação. Sobre o tema ver PAIVA e OURIQUES (2006) e SOUZA FILHO (2014).

La importancia del papel del Estado en el ciclo propiamente dicho (y no en terminos más generales en la creacion de condiciones para la valorizacion, donde esse papel es aún más amplio) es considerable, dada la capacidad que tiene de transferir hacia si parte de la plusvalia generada por el capital privado, la de producir él mismo plusvalia y, finalmente la de captar parte del capital variable em los salarios pagados a la fuerza de trabajo. Esto explica, em cierto modo, el peso que tiene la inversion pública em la economia dependiente. En el caso de Brasil, por ejemplo, el Estado participa em la formacion de capital fijo, es decir, instalaciones y maquinarias, com un 60% del total anual, quedando solo un 40% para el capital privado. (MARINI, 1979a, p. 4)

É assim que o subimperialismo não rompe com os traços fundamentais da formação socioeconômica dependente. Pelo contrário, permite sua expansão comercial de bens inacessíveis às massas populares, justamente, sobre uma superexploração agudizada. Embasa, na realidade, toda a transferência de valor aos centros imperialistas – que, aliás, limita, ainda mais, a capacidade de realização da economia dependente – nesta compressão do nível de vida dos trabalhadores, agudizando as contradições presentes no arranjo anterior. Para tanto, não tem outra saída a não ser impor às classes trabalhadoras estes patamares de superexploração e dismantelar qualquer possibilidade de reação por parte do trabalho. No Brasil, esta necessidade das classes dominantes só pôde ser cumprida baixo um arranjo político duramente repressivo, relegando à história do país 21 anos de ditadura civil-militar.

A ditadura civil-militar brasileira, em seu sentido histórico, teve, portanto, seu papel definido pela consolidação de uma nova etapa subimperialista da economia dependente diante da nova divisão internacional do trabalho dos monopólios financeirizados. Um arranjo assentado na subordinação imperialista, na transferência de valor para as economias centrais, na produção industrial e na superexploração, que, para viabilizar seu ciclo reprodutivo, apoia-se no consumo suntuário, na expansão comercial externa e no protagonismo estatal. Eis, fundamentalmente, as bases subimperialistas sobre as quais o Brasil entra em seu período democrático, nos anos 1980, e desde as quais vai viver o processo de *financeirização* de que trataremos capítulo a seguir.

CAPÍTULO II – O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Parece haver um consenso, atualmente, entre aqueles que estudam, rigorosamente, o capitalismo. As transformações ocorridas ao longo dos anos 1970 redefiniram o sistema a nível mundial. O período, imediatamente, posterior ao *glorioso* ciclo pós-guerras mundiais está, com efeito, marcado por importantes distinções em relação ao momento anterior. A ideia de um capitalismo *contemporâneo* provém, justamente, das tentativas de caracterizar as particularidades desta nova fase e, de alguma forma, da necessidade de se contrapor uma visão adequada às visões liberais e conservadoras.

2.1. Crise estrutural e precisão teórica da fração dominante atual: pano de fundo da situação contemporânea, capital a juros e capital fictício

A profunda crise pela qual estamos passando não é nova. Na realidade, para o húngaro István Mészáros (2011) este é um traço, inédito, característico da fase atual do capitalismo desde o final dos anos 1960. Parece-lhe que, superada a *era dos ciclos*, a fase atual se apresenta como crise estrutural sistêmica e depressão econômica permanente, na qual eclodem, cada vez mais frequente e continuamente, crises cumulativas (ANTUNES, 2011, p. 10). Neste sentido, as rebeliões de 1968 e o início da reestruturação produtiva do capital de 1973, para o autor, já são expressões do período em que estamos imersos, assim como, as crises financeiras contemporâneas de 1987 em Nova York, de 1991 no Japão, de 1994 no México, do sudeste asiático em 1997, da Rússia em 1998, de Nasdaq em 2001 e de 2008 nos Estados Unidos.

Este estado manifesta, para o autor, as dificuldades encontradas no âmbito produtivo por parte do capital para se valorizar. Mesmo contando com extraordinários subsídios estatais, os sérios problemas dos setores produtivos indicam, claramente, sua incapacidade de recompor suas taxas de lucros e ampliar sua capacidade de realização no cenário atual. Esta é, assim, a contradição fundamental a ser encarada. O âmbito financeiro da crise contemporânea mundial, neste sentido, está, intimamente, ligado ao problema da valorização do capital nos setores produtivos. Por isso, “A imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro –

sobretudo nas últimas três ou quatro décadas – é naturalmente inseparável do *aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria*”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 25, grifo do autor).

É em relação a estas dificuldades encontradas nos ramos produtivos que se explicam os gigantescos afluxos de capitais rumando, em busca de espaços de valorização atrativos, para as esferas financeiras. Assim, “Não é um acidente que a moeda tenha inundado de modo tão aventureiro o setor financeiro. A acumulação de capital não poderia funcionar adequadamente no âmbito da economia produtiva”. (MÉSZÁRIOS, 2011, p. 130). Este movimento, na realidade, tenta evitar o problema central, sem, no entanto, conseguir resolvê-lo, definitivamente. Para o francês François Chesnais, também:

A reconstituição de uma massa de capitais procurando se valorizar fora da produção, como capital de empréstimo e de aplicação financeira, tem por origem o esgotamento progressivo das normas de consumo e a baixa rentabilidade dos investimentos industriais (fato visível nas estatísticas). (CHESNAIS, 2005, p. 38).

A caracterização do professor Reinaldo Carcanholo, de sua parte, parece coincidir com a de Mézáros e divergir com Chesnais em sua definição da fração do capital dominante, como veremos mais adiante. De qualquer forma, como o húngaro, o brasileiro afirma com todas as mesmas letras: “La sociedad capitalista vive actualmente una crisis estructural”. (CARCANHOLO, 2009, p. 19). No entanto, Carcanholo parece estar mais próximo do entendimento deste fenômeno como uma tendência estrutural cíclica, distanciando-se da concepção de Mézáros. Tendo isto claro, o mesmo insiste na indispensável diferenciação entre a crise estrutural e suas manifestações. Ou seja, é, por exemplo, necessário compreender a distinção entre a (*manifestação*) crise de 2008 dos créditos *subprime* e a crise estrutural do sistema capitalista contemporâneo. Estas manifestações, aliás, não se expressam, somente, no âmbito financeiro, nem mesmo econômico, mas estão presentes e, plenamente, visíveis em inúmeras outras esferas como a alimentar, a ambiental, a energética, entre tantas outras crises que se manifestam, é certo, desde um atrelamento essencial à crise estrutural, mas que não se confundem com a mesma.

Esta crise, mais geral, está, para o autor, vinculada à notória manifestação da tendência à baixa da taxa de lucros dos anos 1970 que se prolongou até o início dos anos 1980, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. A decorrente baixa remuneração dos investimentos alocados no capital industrial levou largos fluxos de capitais a se orientar para esferas financeiras. Com efeito, para Carcanholo, “la característica principal de esa etapa capitalista es la *financeirización*, es decir, un cierto predominio de las finanzas sobre las

actividades realmente sustantivas del capital, sobre las que realmente producen riqueza”. (CARCANHOLO, 2009, p.25, *grifo do autor*). Por isso, é que o mesmo chega a cunhar esta nova etapa de *capitalismo especulativo*.

François Chesnais (2005) concorda, neste campo, que o capitalismo contemporâneo apresenta uma configuração particular de acumulação. Para o autor, esta está assentada no protagonismo do capital portador de juros e sua preponderância sobre as outras frações do capital. Reinaldo Carcanholo (2015), no entanto, precisa melhor este protagonismo ao afirmar, neste momento da acumulação mundial, que “o capital fictício transformou-se em dominante”. (CARCANHOLO, 2015, p. 126). Com efeito, apesar de o capital fictício surgir como consequência da existência do capital portador de juros, estes não podem ser confundidos e, por isso, a importância da intervenção de Carcanholo.

O autor explica que o capital portador de juros, ao generalizar-se, cria uma ilusão social que está ligada à idealização de que todo volume importante de dinheiro gera uma remuneração. Da ilusão inversa surge o capital ilusório. Ou seja, de que toda remuneração regular deve ter, por trás, a presença de um capital. Quando o direito a esta remuneração se materializa em títulos comercializáveis, nasce o capital fictício. O desenvolvimento do sistema de crédito permite, com isso, que se multiplique, de maneira fictícia, o capital e que o mesmo capital apareça “em diferentes mãos, sob diferentes formas”. (MARX, 1985, p. 14 *apud* CARCANHOLO, 2015, p. 129). O capital fictício aparece, portanto, primeiro, como duplicação aparente do capital real – quando um título representa um capital existente. Dessa forma, a riqueza existente é contada duas vezes: por um lado, conta-se o valor do patrimônio empresarial, por exemplo, e, por outro, o valor das ações decorrentes do mesmo. A outra forma, como veremos adiante, está ligada à valorização especulativa daquele capital fictício que, aparentemente, duplicou o capital real. Ao se descolar daquele valor inicial, o capital fictício valorizado pela especulação aumenta o valor total do capital fictício existente, sem, contudo, corresponder a qualquer riqueza real existente. Com isso,

o capital fictício tem como origem três fontes: a) a transformação em títulos negociáveis do capital ilusório, b) a duplicação aparente do valor do capital a juros (...) e c) a valorização especulativa dos diferentes ativos. Esse capital fictício de três diferentes origens tem em comum o fato de que, ao mesmo tempo que é fictício, é real. É real do ponto de vista do ato individual e isolado, no dia a dia do mercado, quer dizer, do ponto de vista da aparência (CARCANHOLO, 2015, p. 131-132).

Nestes termos, entende-se a distinção do capital fictício com o capital portador de juros que, de sua parte, financia a produção ou a circulação. Em suma:

(...) o capital fictício nasce como consequência da existência generalizada do capital a juros, porém é o resultado de uma ilusão social. E por que devemos chama-lo de capital fictício? A razão está no fato de que por detrás dele não existe nenhuma substancia real e porque não contribui em nada para a produção ou para a circulação da riqueza, pelo menos no sentido em que não financia nem a produção nem o capital produtivo, nem o comercial. (CARCANHOLO, 2015, p. 128).

Assim, o capital fictício permite que a lógica financeira se descole e se desmaterialize num patamar, qualitativamente, superior ao capital portador de juros. De fato, este último, está, necessariamente, ligado ao capital produtivo por sua tarefa primordial e permite, apropriando-se de uma parte do mais-valor produzido, o aumento da eficiência na produção deste excedente e da velocidade da reprodução do ciclo capitalista. Há, em certa medida e de maneira contraditória, uma intervenção positiva possível desta fração do capital sobre o conjunto do sistema capitalista. O inglês David Harvey parece coincidir nesta direção ao afirmar que “o sistema de crédito pode ser encarado como uma espécie de sistema nervoso central por meio do qual a circulação total do capital é coordenada”. (HARVEY, 2013, p. 374).

Para este autor, a centralização e a organização de um sistema de crédito integrado é uma potente ferramenta de coordenação das definições estratégicas de investimento na acumulação e reprodução capitalista. Neste sentido é que este capital pode operar como capitalista coletivo sobre os capitalistas individuais. Isto, obviamente, não passou despercebido e o aperfeiçoamento do sistema de créditos foi o resultado da resolução das sucessivas crises capitalistas, já desde o final do século XIX. Este processo, ao que tudo indica, é, na realidade, uma questão de sobrevivência para o capitalismo e a especialização que o mesmo requer acaba por criar, por sua importância e suas possibilidades, novas frações burguesas responsáveis de sua gestão.

Esta fração encarregada das decisões particulares do sistema de crédito adquire, por sua vez e sob a pressão competitiva capitalista, interesses próprios – sejam estes individuais ou coletivos de sua fração. Daí surgem as contradições imanentes da constituição de uma *oligarquia financeira* que tem na exploração do sistema de crédito a base de sua forma de remuneração na repartição burguesa do mais-valor apropriado. O decisivo para a conformação do capitalismo contemporâneo é que, ao concentrar volumes extraordinários de dinheiro – que representem renda não-consumida ou capital não-investido – de uma base social, portanto, extraordinariamente, ampla, transforma-o, primeiro, em capital portador de juros, mas, ao fim e ao cabo, não há nada que contenha sua conversão em capital fictício. Ou seja, o uso deste

capital não tem limites *a priori* em esferas produtivas, mas, pelo contrário, a própria dinâmica da competição capitalista leva este excedente aos âmbitos mais lucrativos possíveis – sejam estes produtivos ou não. A especulação torna-se, num cenário de dificuldades produtivas, rapidamente, a forma dominante de apropriação do mais-valor produzido e o capital fictício, como quer Carcanholo, a fração dominante do capital. David Harvey, parafraseando Marx, conclui da seguinte maneira:

O que começou aparecendo como um dispositivo saudável para expressar os interesses coletivos da classe capitalista, como um meio para superar “os grilhões e barreiras iminentes à produção”, elevando assim as “bases materiais” do capitalismo a novos níveis de perfeição, “torna-se a principal alavanca para a superprodução e a superespeculação”. As “formas insanas” do capital fictício vêm à tona e permitem que um alto “nível de distorção” ocorra no interior do sistema de crédito. O que a princípio parecia uma solução perfeita para as contradições do capitalismo tornou-se, em vez disso, o centro de um problema a ser superado. (HARVEY, 2013, p. 379).

2.2. Reordenamento político-econômico mundial: hegemonia estadunidense e financeirização da economia global

2.2.1. De Bretton Woods ao *dólar flexível*: a viragem fundamental estadunidense

A situação atual, no entanto, é fruto da ação decidida e decisiva dos Estados centrais para a conformação das condições necessárias para a acumulação financeira própria deste período. Com efeito, a liberalização do movimento dos capitais, a desregulamentação e o desbloqueio de seus sistemas financeiros, assim como, a centralização dos fundos líquidos não reinvestidos das empresas e das poupanças das famílias foram assegurados por um esforço estatal coordenado fundamental.

Este processo teve início, nos Estados Unidos, nos anos 1950 e, na Europa, em meados da década de 1960 e teve como base a centralização em instituições especializadas – tais como os fundos de pensão, os fundos coletivos de aplicação, as sociedades de seguros, os bancos que administram sociedades de investimento – de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas. A acumulação financeira passa, então, a transformar estes grandes volumes de recursos em capital portador de juros, ou seja, “a valorizá-los sob a forma de

aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços.” (CHESNAIS, 2005, p. 37).

O movimento do capital para as esferas financeiras teve como base de operação inicial a *City* de Londres – mercado interbancário internacional, criado em 1958 – para onde afluíram grandes volumes de capitais à medida que o alento econômico do pós-guerra começava a dar sinais de esgotamento, mas estes movimentos são, fundamentalmente, fruto do reordenamento econômico mundial executado sob o comando hegemônico estadunidense no período que se inicia com o fim da segunda guerra mundial. Estas transformações da ordem mundial têm, justamente, como pano de fundo a nova repartição geoeconômica e geopolítica do pós-guerra e o embate que a existência de um Campo Socialista implicava para a hegemonia estadunidense. Se pensarmos nas vitórias militares soviéticas e na eclosão das revoluções coreanas e chinesas nos anos subsequentes ao final da segunda guerra mundial é possível mensurar o drama hegemônico que representava para os Estados Unidos a consolidação de uma alternativa concreta ao capitalismo naquele período.

Os acordos de Bretton Woods de 1944 são, portanto, expressão da ofensiva estadunidense e cristalizam as imposições que os Estados Unidos, exclusivamente, eram capazes de impor aos demais países capitalistas. As condições sobre as quais se assenta tal capacidade estão, fundamentalmente, ligadas à sua posição de credor mundial, mas, também, no consenso cultural que foi capaz de forjar e na coerção de seu potencial militar vigente naquele momento. Assim, as vantagens do padrão dólar-ouro “denotam o exercício *de facto* da hegemonia dos EUA”. (GOUVÊA, 2012, p. 12). Com efeito, a dolarização da economia mundial subsequente nos remete à afirmação de David Harvey segundo a qual “o dinheiro representa um poder social geral”. (HARVEY, 2013, p. 374).

Ao longo dos anos 1950 e durante a década de 1960, no entanto, a abundância de dólares necessária para a manutenção da posição hegemônica estadunidense frente ao paradigma da paridade com o ouro trazia problemas insustentáveis. Com isso, no decorrer do processo de internacionalização do capital financeiro, de transnacionalização dos monopólios produtivos, de modificação da divisão internacional do trabalho e diante da diminuição das reservas de petróleo estadunidense e da sobreposição do papel de banqueiro e xerife internacional, a economia estadunidense “deixa sua associação histórica à situação de credor mundial e passa a associar-se à situação de *devedor mundial*, em uma *viragem fundamental*”. (GOUVÊA, 2012, p. 13, *grifo da autora*). O abandono unilateral dos acordos de Bretton Woods por parte dos Estados Unidos, em 1971, insere-se, portanto, no bojo destes movimentos e representa a cristalização das bases de uma arquitetura financeira mundial, já,

profundamente, estabelecida e, amplamente, fundada nas necessidades econômico-financeiras da principal economia capitalista mundial.

O novo padrão monetário *dólar-flexível* decorrente, como primeiro padrão monetário, plenamente, fiduciário¹⁸, permite, por sua vez, uma emissão de dólar limitada, apenas, pelos interesses político-econômicos estadunidenses. Isto leva, obviamente, a uma elevação brutal dos riscos cambiais que não são mais garantidos pelo Estado – ou seja, uma privatização dos mesmos. O resultado foi uma série de importantes inovações financeiras que, se estavam destinadas, primeiramente, ao aumento da segurança das aplicações e investimentos em relação às variações cambiais, acabaram por criar novas e potentes alavancas de especulação¹⁹. Marina Machado Gouvêa nos dá a dimensão do processo em curso:

(...) ao passo em que a principal inovação financeira do período surge como maneira de resguardar o capital produtivo dos riscos cambiais não mais garantidos pelo Estado, o “pulo do gato” em direção à especulação – e, portanto, ao aumento da participação do capital fictício – se dá quando instituições financeiras passam a “gerenciar seus passivos” e a transformar ativos não negociáveis, como os empréstimos (...) em títulos negociáveis no mercado secundário, transformando grupos de ativos individuais relativamente ilíquidos em títulos mobiliários líquidos e transferindo os riscos associados a esses ativos para os investidores que compreendem os títulos, que, em última instância, sequer sabem detalhes sobre os ativos aos quais os mesmos estão associados (GOUVÊA, 2012, p. 15)²⁰

2.2.2. Das crises dos anos 1970 à *acumulação flexível*: contra tendências da queda tendencial da taxa de lucro

As crises da década 1970 foram decisivas para impulsionar, novamente, a *financeirização* da economia global. Já, desde 1969, a economia estadunidense passara a ver

¹⁸ Ou seja, cujo valor depende, exclusivamente, da confiança a ele dispensado – em outras palavras do poderio militar, econômico e ideológico dos Estados Unidos.

¹⁹ É deste momento a criação dos *securities* aos quais, ironicamente, Méstzáros se refere, ao comentar a crise financeira de 1987 na bolsa de Nova York, da seguinte maneira: “Num mundo de enorme *insegurança* financeira, nada se ajusta melhor à prática de apostar quantias astronômicas e criminosamente sem garantias nas bolsas de valores do mundo (...) do que dar o nome de “gerência de valores” (*securities*) às empresas que se aplicam a esse jogo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 44).

²⁰ Gouvêa, ainda, continua: “Cria-se capital fictício lastreado em capital fictício, criando “*valor mobiliário*” através de títulos que sequer *são* os empréstimos lastreados em depósitos inexistentes, mas *têm como lastro* tais empréstimos, muitas vezes “escondendo” ativos com baixa margem de segurança em um grupo indiscriminado de ativos, securitizados. A financeirização pela securitização, portanto, tem como “efeito colateral” o aumento no nível de alavancagem do sistema como um todo, a maquiagem de carteiras de ativos podres, a facilitação da falsificação de balanços e a privatização dos riscos e socialização das perdas em uma escala jamais vista”. (GOUVÊA, 2012, p. 15, *grifo da autora*).

sua taxa de inflação crescer, enormemente, enquanto o mundo experimentava, após os choques do petróleo, uma freada generalizada de suas taxas de crescimento. De fato, a recessão de 1974-75 é um bom exemplo da queda do patamar da taxa de lucro associada ao capital produtivo e da necessidade de novas bases para a reprodução do capital. Segundo Gouvêa, “a financeirização talvez pudesse se apresentar como contra tendência à tendência [histórica à queda da taxa de lucro, verificada por Marx (2017)] anteriormente mencionada, sem ser capaz de superá-la”. (GOUVÊA, 2012, p. 15).

Neste contexto, é desencadeado, como veremos abaixo, o processo de reestruturação produtiva – justamente, para dar conta da desvalorização do dólar e do aumento do preço do petróleo – assim como, o passo financeiro seguinte. A partir de 1976, este se alicerçou nas vultosas aplicações provenientes dos potentados do golfo Pérsico que haviam lucrado com o “choque do petróleo” e conformou um mecanismo central e permanente de transferência de recursos para o mercado financeiro. Os “petrodólares”, ao se reciclarem como crédito e empréstimos para os governos dos países periféricos, principalmente, da América Latina, impulsionaram dívidas públicas que, ao atingirem certa proporção, passaram a se reproduzir *ad infinitum*. Para Chesnais:

É isso que se chama de efeito “bola-de-neve da dívida”. Os juros devidos sobre o principal da dívida (o serviço da dívida) absorvem uma fração sempre maior do orçamento do Estado, das receitas das exportações e das reservas do país, de sorte que a única maneira de fazer face aos compromissos do serviço da dívida é tomar um novo empréstimo. (CHESNAIS, 2005, p. 39).

Este mecanismo ficou, amplamente, conhecido, dadas suas consequências desastrosas, na América Latina, e a crise da dívida dos países periféricos. No entanto, na perspectiva da acumulação financeira, foram as dívidas públicas dos países centrais que asseguraram um patamar qualitativa e quantitativamente superior ao regime de acumulação vigente a partir do início da década de 1980. Este poderoso mecanismo de sucção da mais-valia e do excedente socialmente produzido passa, portanto, a alimentar, permanentemente, o capital financeiro internacional e conforma o patamar sobre o qual a acumulação financeira dá novos saltos ou volta em caso de refúgio necessário.

Em 1979, então, a política monetária estadunidense é, outra vez, unilateral e radicalmente, modificada no intento de reverter a recessão econômica vigente. As medidas, desta vez, estiveram, fundamentalmente, ligadas a uma alta brusca da taxa de juros do Banco Central estadunidense. A *Effective Fed Funds Rate* chegou próxima dos 20% no que significou, praticamente, uma triplicação da taxa. No entanto, é importante notar que

aumentos tão significativos da taxa de juros têm, necessariamente, que se explicar por um aumento da capacidade dos meios de pagamento do capital produtivo e, numa situação ampliada destas, como uma capacidade sustentada de extração ou, pelo menos, concentração de mais-valor.

Isto se deve ao fato que a taxa de juros determina o preço do capital a juros e condiciona, com isso, os limites do lucro que tem de arcar com os juros e as possibilidades de contração de empréstimos e financiamentos por parte do capital produtivo. Como vimos, esta é uma necessidade, absolutamente, intransponível da reprodução capitalista contemporânea. Em outras palavras, mesmo o aumento da taxa de juros sendo interesse imediato daquela *oligarquia financeira* responsável pelo sistema de créditos, em última instância, esta não pode interromper, pela fixação de uma taxa de juros alta demais, o fluxo de crédito necessário à reprodução da acumulação capitalista. Nas palavras de David Harvey:

(...) a guerra de guerrilha constante entre industriais e financistas desempenha um tipo de papel similar ao da luta entre o capital e o trabalho sobre a taxa salarial: na análise final, isso é apenas uma parte de todo um complexo de processos sociais que devem servir para manter a taxa de juros próxima a uma posição de equilíbrio definida em relação à acumulação sustentada. Um desequilíbrio na relação de poder entre a indústria e as finanças obrigará sair do equilíbrio e, desse modo, ameaçará a acumulação. Daí se conclui que a sobrevivência do capitalismo depende de se conseguir algum equilíbrio de poder apropriado entre os interesses industriais e financeiros. Esta é uma conclusão importante, porque sugere que o poder do capital financeiro (...) é necessariamente um poder limitado, e jamais poderá ser ilimitado ou totalmente hegemônico. (HARVEY, 2013, p. 392).

Uma triplicação da taxa de juros básica do Banco Central estadunidense tem, portanto, que estar sustentada, para não prejudicar o setor produtivo, num aumento de sua capacidade de pagamento. No entanto, como viemos demonstrando, um dos traços característicos do período abordado são, justamente, as dificuldades enfrentadas pela acumulação em seu âmbito produtivo. A chave está na compreensão de que a diminuição do ritmo de acumulação no que tange o capital produtivo, não precisa significar, *necessariamente*, baixas na remuneração de tal capital – como, de fato, não passou a significar, já no final dos anos 1970 e começos da década de 1980. Para Carcanholo (2009), “La explicación de eso, para ser coherente con la teoría dialéctica del valor, sólo puede ser encontrada, como fator principal, en el aumento de la explotación del trabajo”. (CARCANHOLO, 2009, p. 27).

A retomada da capacidade de extração de mais-valor, assim como, a mudança de sua proporção apropriada pelo capital industrial, desde os anos 1970, está, assim, assentada, fundamentalmente, num aumento, sem precedentes, da exploração sobre o trabalho. Na raiz

deste processo se encontra a reestruturação produtiva, em curso desde o início da década de 1970, e, portanto, o impacto da *acumulação flexível* sobre as taxas de extração de mais-valor. Nas palavras de Ricardo Antunes (2007), tal modalidade não passa, na realidade, de “um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*”. (ANTUNES, 2007, p. 53, *grifo do autor*).

Diante das dificuldades estruturais encontradas pela acumulação de capital, ao longo do período, imediatamente anterior, o capital lança mão de uma importante ofensiva no âmbito do próprio processo produtivo. São deflagradas, com isso, transformações que constituíram as bases da dita *acumulação flexível*. Sua capacidade de incidir, diretamente, sobre a reorganização do trabalho produtivo, recobrando níveis de extração de mais-valor inéditos, no período, esteve motivada, centralmente, pela própria concorrência intercapitalista, mas, também, pela necessidade de controlar as lutas operárias decorrentes do modelo fordista anterior. Suas características centrais foram descritas por Antunes (2007)²¹, da seguinte maneira:

Tentando reter seus traços constitutivos mais gerais, é possível dizer que o padrão de *acumulação flexível* articula um conjunto de elementos de *continuidade* e de *descontinuidade* que acabam por conformar algo *relativamente* distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semi-autônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. (ANTUNES, 2007, p. 52, *grifo do autor*).

De outro lado, a significativa inserção tecnológica que os avanços informáticos, comunicacionais e robóticos permitiram levaram a um importante aumento da velocidade de rotação do capital, ou seja, numa diminuição do tempo de realização do ciclo de reprodução capitalista. Este é, sem dúvidas, outro elemento central para o crescimento dos meios de pagamento do capital industrial. No entanto, esta reorganização produtiva que as economias centrais passam a apresentar, já em meados da década de 1970, não é capaz de

²¹ Para uma análise do fenômeno inserido nos marcos da dependência e da superexploração do trabalho, ver *A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho* de Adrián Sotelo Valencia (SOTELO VALENCIA, 2009).

contrabalancear a consolidação da lógica financeira dominante mundial. Na realidade, os excedentes não reinvestidos dos setores produtivos serão a fonte permanente de tal dinâmica especulativa. O próprio aumento da taxa básica de juros dos Estados Unidos, como vimos, no fundo, representa uma dificuldade para o financiamento produtivo e, ao representar um aumento da remuneração do capital financeiro, torna-se, na realidade, uma motivação extra para a multiplicação de capitais fictícios, em detrimento do capital portador de juros.

2.2.3. Do capital fictício aos lucros fictícios: o novo pilar da economia mundial

Com efeito, o decisivo para a incapacidade que os setores produtivos têm de reter o excedente em sua esfera e seu crônico direcionamento para as esferas especulativas do capital fictício está ligado ao surgimento de um elemento novo. Novo, pelo menos, no que se trata de sua magnitude e persistência na forma particular de acumulação capitalista vigente. Para Carcanholo (2009), “Lo nuevo en el capitalismo actual es la magnitud que las *ganancias ficticias* adquieren en el total de la remuneración del capital”. (CARCANHOLO, 2009, p. 28). Portanto, a compreensão adequada da natureza destes lucros fictícios torna-se tarefa fundamental.

Lucros fictícios são, essencialmente, fruto de valorização especulativa e, numa perspectiva individual atomizada ou na visão do mercado, são, absolutamente, reais. Ou seja, uma empresa comercial cujo objetivo seja vender imóveis, proprietária de uma casa que valia X, valorizada por um movimento, puramente, especulativo para X+1, ao vender a casa por X+1, detém um lucro fictício de 1. Com a quantidade correspondente ao lucro em dinheiro – 1 – a empresa pode, obviamente, comprar qualquer coisa, atestando o que mencionamos acima: o lucro fictício, deste ponto de vista atomizado, é real. Isto acontece, da mesma maneira, com ativos reais ou financeiros – que não são, portanto, destinados ao consumo – que se incorporam ao patrimônio empresarial ou pessoal. Se durante sua posse, apresentarem valorização especulativa, pode-se contabilizá-la como lucros fictícios e, se forem vendidos enquanto estiverem sobrevalorizados, tais lucros se efetivam em dinheiro. Enquanto não houver desvalorização, o novo proprietário sentir-se-á, aliás, possuidor da mesma riqueza que detinha antes da compra, pois os lucros fictícios existem enquanto se mantiver a valorização especulativa, mas desaparecem no caso da valorização desaparecer.

Agora, do ponto da totalidade societária, estes lucros não têm realidade substantiva, pois não se alicerçam em mais-valor produzido. Ao surgirem das oscilações especulativas dos valores dos ativos, também, desaparecem pelas mesmas oscilações. Isto, no entanto, não impede que a destruição do capital fictício, em caso de desvalorização especulativa, apareça como destruição de riqueza real. Ou seja, destruição daquela possibilidade atomizada de realizar lucros fictícios no mercado. Por isso, é que Reinaldo Carcanholo (2015) recorda que:

(...) o ponto de vista do ato individual e isolado corresponde à aparência e o ponto de vista da reprodução e da totalidade corresponde à essência. Ademais, não é dispensável reafirmar que a aparência é uma das duas dimensões da realidade; ela não é falsa, e não se trata de um engano do observador; ela é tão real quanto a essência. (CARCANHOLO, 2015, p. 141).

O tema aqui, essencialmente, é que o excedente está condicionado às destinações dadas ao mais-valor. Neste sentido, a depender da decisão acerca da forma real que o mais-valor tomará, o excedente capitalista seguirá tais determinações. Por isso, à totalidade do mais-valor existente corresponde um excedente substantivo e os investimentos, neste âmbito, estão limitados pelo volume real do excedente existente. No caso do capital fictício, no entanto, a situação é, totalmente, distinta, já que sua existência não depende, somente, do destino do mais-valor. Como afirma Reinaldo Carcanholo (2015), “Ele pode crescer acima dos limites permitidos pela produção de riqueza e de excedente, por meio dos lucros fictícios. Enquanto o capital a juros está limitado pelo volume disponível do excedente, o capital fictício não possui esse limite”. (CARCANHOLO, 2015, p. 144).

Apesar disto, capital fictício e lucro fictício não podem ser reinvestidos, diretamente, na acumulação real, assim como lucros reais não podem financiar, diretamente, o capital fictício. Só o fazem, de um ponto de vista individual, através da troca. Estes, ao se realizarem no mercado, são trocados uns pelos outros – lucros reais e capital fictício –, no entanto, tal troca só representa a passagem de capital fictício e de lucro real das mãos do vendedor para as mãos do comprador. Ou seja, a transformação de capital fictício em lucro real nas mãos do vendedor, só é possível porque o comprador fez, exatamente, o oposto: transformou, do ponto de vista individual, lucros reais em capital fictício. Se voltarmos ao exemplo da casa sobrevalorizada, é fácil notar que, se o comprador tiver obtido seu meio de pagamento através de lucros industriais, por exemplo, o lucro real será trocado por valor real (X) e capital fictício (+1), enquanto o vendedor obterá de seu patrimônio sobrevalorizado pela especulação (X+1), lucro real obtido da exploração do trabalho.

Esta troca, obviamente, não criou valor, apenas, permitiu que, de um ponto de vista

individual, o vendedor da casa sobrevalorizada se apropriasse de mais-valor produzido anteriormente. Do ponto de vista da totalidade, por outro lado, capital fictício segue sendo capital fictício e mais-valor segue sendo mais-valor, ou seja, não há mudança no montante global existente em ambos os lados²². Nas palavras de Carcanholo (2015):

(...) a afirmação de que a mais-valia apropriada, o lucro real, possa ser destinada à acumulação fictícia somente tem sentido do ponto de vista individual. Assim, se o indivíduo B obteve seu lucro real e comprou capital fictício, (...) de fato transformou seu lucro real em lucro fictício, pelo menos em parte. Porém isso somente é a contraface do fenômeno inverso. Alguém na economia, que obteve lucro fictício, converteu-o em lucro real, substantivo, e na mesma magnitude. Por outro lado, desde o ponto de vista global, a mais-valia apropriada como lucro e não consumida, aumenta o capital real; os lucros fictícios apropriados, não reduzidos por uma eventual desvalorização de ativos, incrementam na mesma magnitude o capital fictício. O consumo total de bens de luxo e a acumulação real somente podem ter como origem a mais-valia, fruto real da exploração do trabalho produtivo. (CARCANHOLO, 2015, p. 145).

Em suma, como vemos, as categorias de capital fictício e lucros fictícios ganham toda sua pertinência na dialética entre real/imaginário que lhes é própria e, exatamente, por isso, são de tão difícil assimilação e aceitação teóricas. Se, ainda, levarmos em conta que os lucros fictícios não foram conceituados por Marx, podemos vislumbrar a seara na qual seus elaboradores estão, efetivamente, metidos. Sua importância, no entanto, se justifica ao encarmos o agigantamento do capital fictício contemporâneo. De fato, escasseiam-se as saídas coerentes com a teoria do valor para explicar o surgimento dos capitais fictícios que não são oriundos da criação de títulos do capital ilusório e da duplicação aparente do capital a juros. Na velocidade e na magnitude em que estes capitais fictícios estão irrompendo na economia contemporânea, o conceito de lucros fictícios acaba por configurar uma chave fundamental para a compreensão da reprodução capitalista atual. Pode-se compreender que, em seu tempo, os lucros fictícios, para Marx, aparentassem um verdadeiro contrassenso, mas se tomarmos a situação vigente, impossível naquele momento, em que o capital fictício é, absolutamente, dominante em relação ao capital substantivo, sua apreensão torna-se decisiva.

Isto, obviamente, não significa que o capitalismo contemporâneo esteja sustentado nos lucros fictícios. Isto, sim, seria um absurdo. Sua sobrevivência, pelo menos, nos últimos 30 anos, está relacionada aos mesmos, mas tem como sustentáculo fundamental e contribuição central para a recomposição da taxa geral de lucro, a intensificação das transferências de valor

²² Seguimos com o exemplo do imóvel sobrevalorizado por sua simplicidade, no entanto, a lógica é a mesma para todo conjunto do capital fictício, seja este fruto de títulos do capital ilusório, de duplicação aparente do valor do capital a juros ou dos lucros fictícios. O capital fictício sempre se transforma para chegar à acumulação real ou, para ser rigoroso, nunca chega à acumulação real, mas deve ser trocado por capital apto à tal tarefa.

dos países dependentes para os centrais e o incremento da exploração do trabalho (CARCANHOLO, 2009, p. 152).

2.2.4. Do sistema financeiro mundial às suas crises financeiras: contradições estruturais e agudização dos dilemas societários

Com efeito, as sucessivas tentativas para a superação das crises e recessões por parte dos Estados Unidos, como vimos acima, do pós-guerra à década de 1980, e a retomada de sua economia, a partir da década 1980 até, pelo menos, os anos 2000, indicam, claramente, neste sentido, a orientação consciente das medidas que gestaram e consolidaram este novo padrão mundial de acumulação de capital.

A *financeirização* da economia mundial, portanto, está, na realidade, assentada nas imposições estadunidenses benéficas às frações de classes mundialmente hegemônicas, enquanto o próprio desmonte do pacto keynesiano, o remanejamento do fundo público e a desregulamentação trabalhista que, a partir da década de 1980, empreendeu-se, denota a imperiosa necessidade de aumento da extração de mais-valor. As taxas de crescimento da economia estadunidense, aliás, estão conectadas, intimamente, com uma sustentada retomada de seu setor produtivo, a partir dos primeiros anos da década de 1980. Por outro lado, a desvalorização do dólar por parte dos Estados Unidos, de 1985, em nova inversão unilateral de sua política monetária, vai explicitar um salto qualitativo em relação à política de dominação mundial estadunidense. A depreciação de sua moeda para intentar um novo impulso ao seu setor produtivo, de fato, acaba com as concessões que sustentava aliados lucrando com as altas taxas de câmbio e indica uma nova posição hegemônica, praticamente, unívoca diante do enfraquecimento do Campo Socialista.

O atual sistema financeiro mundial, inicialmente, é, neste bojo, o produto das medidas de liberalização e de desregulamentação monetária e financeira de 1979-81. O fim do controle do movimento de capitais com o estrangeiro resultou, de fato, na articulação de um espaço financeiro mundial, interconectado em tempo real, pela integração dos sistemas financeiros nacionais existentes previamente. Para a emergência deste espaço, no entanto, foi necessário garantir a *descompartmentalização* destes mercados financeiros nacionais e a *desintermediação* das operações financeiras, ou seja, o acesso destas operações, antes

reservadas aos bancos, a todo tipo de grande investidor financeiro. Estas medidas, na prática, só foram possíveis sob a pressão política dos grandes organismos financeiros internacionais – tais como o FMI e o Banco Mundial – com a tutela estadunidense. Estes processos, intimamente, ligados estruturaram um sistema, finalmente, fortemente hierarquizado pela dominação estadunidense e marcado pela completa ausência de instâncias de supervisão e controle.

Chega-se, assim, aos anos 1990-2000, com um padrão de acumulação do capital, firmemente, assentado sobre lucros fictícios, exploração brutal do trabalho, elevada rotação do capital e crescimento das transferências da periferia para o centro. Suas próprias contradições, no entanto, e, em especial, a impossibilidade, para o conjunto do capital, de converter capital fictício em investimento real, precipitam, sucessivas crises financeiras neste período. Para se ter dimensão da instabilidade real deste sistema, basta lembrar que, em 20 anos, destacam-se, pelo menos, seis crises significativas e interligadas pela financeirização de suas raízes estruturais: Japão em 1991, México em 1994, Sudeste Asiático em 1997, Rússia em 1998, Nasdaq em 2001 e *subprime* em 2008. Ou seja, uma crise, quase, a cada 3 anos.

Na interpretação de Chesnais (2004), se observarmos atentamente os níveis de crescimento mundiais no período da mundialização financeira, seria preciso constatar que, no geral, estamos diante do prosseguimento de uma redução tendencial destas taxas. Via de regra, se trataria, sem dúvidas, muito mais de um processo brutal de concentração da riqueza do que de uma suposta reversão da atual tendência econômica mundial. Diante deste cenário, a “insaciabilidade” da finança, segundo Chesnais, esbarraria numa realidade econômica incapaz de lhe entregar aquilo que não vem produzindo.

Nestes termos se explicaria a principal contradição colocada pela acumulação financeira atual:

contradição entre valorização financeira exigida e valorização econômica possível, com o supercrescimento financeiro cobrindo a diferença entre rentabilidade demandada pelo capital acionário e capacidade objetiva de lucratividade dos ativos econômicos subjacentes. (LORDON, 2000, p. 80 *apud* CHESNAIS, 2005, p. 61)

Não se trataria, obviamente, de apagar as contradições capitalistas clássicas, mas de perceber, para Chesnais, por um lado, sua contenção por estratégias industriais oligopolistas para evitar capacidades produtivas desproporcionais e por políticas estatais anticíclicas e, por outro, sua combinação com as contradições e antagonismos próprios da acumulação financeira. Neste sentido, as crises econômicas contemporâneas só poderiam ser explicadas a

partir do insaciável movimento financeiro que tenta, a todo custo, *forçar o ritmo da apropriação da riqueza suscetível de ser drenada para os centros financeiros* (op. cit., p. 62). No cenário atual, o baixo crescimento econômico não condiria, portanto, com as expectativas financeiras vigentes e seu comportamento altamente arriscado. O resultado seriam as graves crises provocadas por sua possibilidade de retirada abrupta das economias às quais se precipitaram num primeiro momento favorável. O espraiamento destas crises, para o autor, na realidade, só atestaria a artificialidade, degradação e fragilidade da estrutura financeira atual e seu descolamento relativo do sistema produtivo em nítida dificuldade. Nestes momentos, os Estados não poupariam esforços – com recursos públicos é preciso acentuá-lo – para garantir a liquidez necessária à fuga de capitais e ao salvamento das instituições financeiras. Assim mesmo, o tema central para o sistema capitalista atual seguiria sendo, fundamentalmente, sua incapacidade de recuperação econômica, subordinada, em geral, a situação estadunidense.

Com efeito, o recorrente tema da *liquidez* das instituições financeiras, neste quadro, nos leva, necessariamente, a encarar sua crônica *insolvência*. Há que, neste sentido, remeter-se à viabilidade do padrão diante de um cenário crítico em que a reprodução da arriscada lógica do capital financeiro depende, fundamental e estruturalmente, de permanentes e volumosos recursos estatais. A periódica cobrança por parte do capital financeiro de montantes estatais, sempre maiores, para o salvamento de suas crises, irresponsavelmente, contraídas, só atesta a condição supramencionada. Os astronômicos 10 trilhões de dólares da dívida atual estadunidense, indicados por István Mészáros, explicitam, claramente, assim, que “o papel direto do Estado capitalista no mundo parasitário das finanças é não só fundamentalmente importante (...), mas também potencialmente catastrófico”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 26).

De fato, a catástrofe, irremediavelmente, se anuncia se considerarmos a possibilidade que, concretamente, se aproxima, dos Estados Unidos não honrarem estes compromissos, contraídos mundialmente. O calote da dívida estadunidense, para Mészáros, é somente uma questão de tempo. Isto se deve à dinâmica própria do imperialismo estadunidense contemporâneo. O endividamento sendo premissa da modalidade financeira da acumulação capitalista atual, o imperialismo estadunidense lança mão de mecanismos mundiais de extração e sucção de excedente para sustentá-lo. Tais mecanismos penetram, obvia e brutalmente, os países periféricos do sistema mundial, mas não excluem os países centrais europeus e o Japão e vão da imposição unilateral de tratados comerciais ao favorecimento sistemático dos grupos econômicos estadunidenses mundo afora. A penetração econômica imperialista não se furta, portanto, do uso de sua hegemonia política e sua supremacia militar

atual.

Esta dinâmica, no entanto, efetua-se, também, por sua vez, apoiada sobre “novo” endividamento para viabilizar-se. A dívida estadunidense, neste sentido, para ser *socializada mundialmente* depende de endividamento. É este endividamento maciço que se transformou, com isso, numa das contradições centrais do imperialismo estadunidense contemporâneo. O calote, de sua parte, decorre da insustentável possibilidade do resto do mundo seguir viabilizando, indefinidamente, o pagamento da dívida estadunidense. Esta capacidade, aliás, já vem demonstrando, segundo o autor, fortes sinais de esgotamento.

Os limites estruturais que Mézáros apresenta, entretanto, estão longe de implicar um colapso automático e inelutável do capital num futuro próximo. Tampouco lhe parece que são sinais do declínio da hegemonia estadunidense. Mas indicam, sem dúvidas, a profundidade e a extensão da crise atual, assim como, as implicações desastrosas que o padrão de acumulação e reprodução estadunidense contemporâneo, por sua posição dominante e caráter profundamente interdependente, parece levar ao conjunto da economia global. Por isso, é que o autor é categórico em suas conclusões:

a crise estrutural do sistema do capital como um todo – a qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar à certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural. (MÉSZÁROS, 2011, p. 17)

A nova geopolítica inaugurada pela Doutrina Bush, após o ataque às torres gêmeas, a capacidade da política de contenção de danos e socialização das perdas, após a crise de 2008, e a retomada do crescimento econômico dos países centrais, na última década, são, incisivas, ao demonstrar, neste sentido, que, sem dúvidas, estamos longe de uma *crise final* do capitalismo contemporâneo. Pelo contrário, nos dias atuais, parece mais vigente do que nunca a assertiva de que *nenhuma ordem social se suicida*. Ou seja, na ausência de alternativas societárias à altura do desafio de superar o modo de produção atual, este vai se reproduzindo e se regenerando, agudizando suas contradições e generalizando a barbárie para cada poro da vida social humana.

2.3. Imperialismo e capitalismo contemporâneo

Há um fato curioso acerca do debate que permeou, desde a mesma década de 1970, as análises das transformações capitalistas contemporâneas. Trata-se do desaparecimento do tema do imperialismo, inclusive, em certa medida, dos meios marxistas. A drástica diminuição das discussões embasadas na categoria vem, aliás, acompanhada na América Latina pelo silenciamento da controvérsia acerca da dependência no continente. Nas palavras do argentino Atilio Borón, justamente, “Um dos grandes paradoxos da história recente da América Latina havia sido a desaparecimento de uma discussão séria sobre o imperialismo e sobre a dependência”. (BORÓN, 2007, p. 459). Sua retomada recente, já no século XXI, implicou num lapso de quase 30 anos.

A perplexidade é maior se notarmos que, como coloca o indiano Prabhat Patnaik, “this is not because any one has theorized against the concept. The silence over imperialism is not the aftermath of some intense debate where the scales tilted decisively in favor of one side; it is not a theoretically self-conscious silence”²³. (PATNAIK, 1990, p. 73). Ou seja, a ausência da categoria nos debates contemporâneos não denota uma superação da mesma – ou sua derrota teórica, mas, apenas, um abandono injustificado da mesma. Nestas condições, o injustificado torna-se injustificável ao passo que observamos, nas últimas décadas, ao que tudo indica, a permanência, em larga medida, do sistema de relações que abarca o conceito ou, se quisermos seguir com Borón, na América Latina, “um agravamento sem precedentes da dependência externa, a impressionante erosão da soberania nacional dos estados e uma submissão sem precedentes aos ditames do imperialismo”. (BORÓN, 2007, p. 459).

A importância da ofensiva política e econômica do imperialismo, neste período, esteve, na realidade, conectada com a construção de uma nova roupagem teórico-ideológica do fenômeno. Neste sentido, a desaparecimento da categoria é expressão de sua revitalização hegemônica e, portanto, da vitória imperialista que significou a generalização do discurso da globalização. (AMARAL, 2017, p.156). Mesmo em sua retomada recente, o termo imperialismo ou império reaparece com uma denotação atualizada e positiva. Nas palavras de Borón:

Nessa inédita conjuntura, o imperialismo assoma com um novo rosto, envelhecido e rejuvenescido: se antes a expressão era considerada como ofensiva, os novos desenvolvimentos históricos teriam de ressignificá-la, dotando-a de uma carga fortemente positiva. (...) O império deixa de ser uma condição censurável a partir de

²³ “(...) isto não se dá porque alguém tenha teorizado contra o conceito. O silêncio sobre o imperialismo não é o resultado de um debate intenso a partir do qual a balança tenha se inclinado decisivamente em favor de um lado; não é um silêncio teoricamente auto-consciente.” (PATNAIK, 1990, tradução livre).

raciocínios éticos e políticos para transformar-se em uma obrigação humanitária. (...) um tipo de império benévolo que nem oprime nem explora, mas sim corta os sete mares para libertar os povos das correntes do atraso e da opressão e para semear o livre comércio e a democracia. (BORÓN, 2007, p. 461).

Se a detecção deste movimento teórico-político indica a necessidade de recuperarmos, definitiva e decisivamente, tal categoria para a análise das transformações contemporâneas, este processo não passa por uma reapropriação acrítica dos clássicos. O reexame do imperialismo à luz das contribuições recentes parece, pelo contrário, levar a atualizações importantes daqueles elementos que fundaram este debate²⁴. Com efeito, Lenin (1979), ao denominar o imperialismo como uma etapa particular do capitalismo – em que se consolidam os monopólios, a exportação de capitais e a dominação do capital financeiro –, esteve, acima de tudo, apontando para um momento novo da história mundial em que a concentração de riqueza e de poder político-econômico atingem níveis absolutamente inéditos. Seguimos, portanto, Marisa Amaral (2017) quando assume a seguinte postura:

No entendemos como una contradicción ni un equívoco tratar al imperialismo, en el sentido de Lenin, como una etapa del capitalismo, ni tampoco considerar que el propio imperialismo puede, él mismo, atravesar diferentes fases. En estos términos, no parece absurdo que estemos ante una nueva fase del imperialismo. (AMARAL, 2017, p. 172).

Neste sentido, *capitalismo contemporâneo* e *nova fase do imperialismo* são caracterizações complementares que têm raízes nas transformações do sistema capitalista mundial, dos últimos 50 anos. Veremos adiante como estas se relacionam e que bases comuns podem alicerçá-las.

2.3.1. A necessária espacialização do imperialismo

²⁴ Em síntese, tomamos, como base do debate clássico, o imperialismo em sua acepção leninista (LENIN, 1979). Ou seja, como uma etapa do capitalismo, qualitativamente, superior em que predominam os monopólios e o capital financeiro e na qual a repartição político-econômica e territorial do mundo se torna uma perigosa realidade, inclusive, em termos bélicos. Infelizmente, não seremos capazes, pelos limites deste capítulo, de recuperar a clássica controvérsia sobre o imperialismo. Este teria, necessariamente, que passar, pelo menos, por John Hobson (1902), Rudolf Hilferding (1910), Rosa Luxemburgo (1913), Karl Kautsky (1914), Vladimir Lenin (1917) e Nicolai Bukhárin (1917) – os parênteses indicam a data original de publicação de suas obras sobre o assunto – e nos indicaria as bases sobre as quais foi discutido o tema. Isto não será possível. Optamos por não o fazer, conscientes da lacuna que isto impõe. Tomaremos a tarefa, rigorosamente, em momento posterior de nossa formação.

Para David Harvey, a sobrevivência do capitalismo diante dos recorrentes diagnósticos de suas incontornáveis contradições segue sendo um *mistério que requer esclarecimento*. A explicação surge, para o mesmo, da possibilidade, encontrada pelo capital, em tempos de crise, de se valorizar geograficamente. A dificuldade da valorização capitalista, neste sentido, encontra saídas para o capital excedente através do ordenamento socioespacial, ou seja, da expansão geográfica e da (re)organização socioespacial. Neste sentido, o capital forja sua própria geografia histórica.

Aliás, para o autor, o capitalismo em seu conjunto é, também, uma obra geográfica. Há uma dimensão espacial intransponível do desenvolvimento histórico capitalista que, ao ser analisado, nos revela importantes indícios das características próprias do capitalismo contemporâneo. De fato, a atividade do capital tem na produção e diferenciação do espaço um de seus fundamentos, já que a acumulação e reprodução do capital apresenta necessidades, propriamente, espaciais. Todas as trocas, por exemplo, envolvem mudanças de localização sobre as quais o capital incide para diminuir as *fricções* e os custos da distância. O próprio capital se diferencia para dar conta de tais exigências geográficas e impele um esforço incessante pela redução/eliminação das barreiras espaciais existentes. Para o autor, “a evolução da paisagem geográfica da atividade capitalista tem sido impelida sem remorso por etapa após etapa de compressão espaço-tempo”. (HARVEY, 2004, p. 86)

O resultado é que sobre a divisão social do trabalho se justapõe, também, uma divisão territorial e espacial do mesmo. A diferenciação entre campo e cidade expressa perfeitamente esta dinâmica e ilustra bem que, na realidade, o capitalismo produz e se estrutura, intrinsecamente, sobre um desenvolvimento geográfico contraditório e desigual. Primeiro, pelas tensões características das tarefas da acumulação e reprodução do capital em sua ordenação espaçotemporal. Os desafios em torno das necessidades territoriais – como a fixação de capital em infraestrutura, por exemplo – e das demandas das frações de capitais envolvidos – como a *liquidez* imposta pelas finanças – levam, necessariamente, a um desenvolvimento altamente dinâmico e contraditório. A paisagem geográfica da atividade capitalista está, neste sentido, marcada por estas tensões e contradições. A ordenação espaçotemporal está sempre, com isso, em jogo e sua permanência ou destruição dependem dos projetos em disputa e das necessidades colocadas pelos sujeitos envolvidos. De fato, para Harvey, “Esta é a história da destruição criativa inscrita na paisagem da geografia histórica completa da acumulação do capital”. (HARVEY, 2004, p. 88).

Esta constituição conflituosa de ordenações espaçotemporais se, de uma parte, implica dinamicidade e transitoriedade das mesmas; de outra, pode também, permitir ou expressar a

acomodação de interesses em torno de si. A estabilidade resultante cria, pela coerência estruturada alcançada, regiões no seio da organização nacional e global. A produção destas regionalidades assenta-se na complexa articulação dos sujeitos políticos e socioeconômicos implicados, mas, de pronto, extrapola, largamente, o âmbito, meramente, econômico das mesmas. De fato, estes processos envolvem, sem dúvidas, a consolidação da infraestrutura física e social necessária ao apoio das atividades econômicas, mas abrange até a reprodução dos valores culturais e políticos necessários, passando, obviamente, pela conformação das formas de governo e da administração e regulação estatal decorrentes.

Cedo ou tarde, a regionalidade passa a almejar do Estado nacional as capacidades político-econômicas propiciadas pelo controle da arrecadação social e é frequente a disputa do Estado pelas regiões que conformam o território nacional. Poderes regionais podem, assim, se alternar ou se consolidar no poder para garantir as diferenciações exigidas pelas ordenações espaçotemporais das quais seus projetos político-econômicos são portadores. Podem, mesmo, extrapolar as fronteiras territoriais do Estado nacional e verem-se envolvidos na construção de estruturas supra-estatais – com outros poderes regionais – como projeto de regionalidade supranacional ou, pelo contrário, se meterem em conflitos geopolíticos pelo destino das ordenações vigentes.

O tema é que, como estamos percebendo, o âmbito espacial é uma esfera estratégica da competição capitalista – assim como, o âmbito tecnológico, por exemplo – já que a estrutura espacial permite a busca de oportunidades para os capitais excedentes; de vantagens em termos de localização que desempenham papel fundamental sobre os custos de produção e, com isso, sobre as taxas de lucro vigentes; de possibilidades para a acomodação ou destruição de interesses sociopolíticos existentes; da conformação dos patamares basilares que assentam o poder político necessário à dominação societária. Entende-se, assim, as razões pelas quais a expansão geográfica e a ordenação espacial têm sido tão centrais na história do desenvolvimento capitalista mundial.

A concorrência capitalista, no âmbito espacial, com isso, também, tende a criar vantagens monopólicas. Com efeito, mesmo nas dimensões mais reduzidas das atividades econômicas as vantagens que uma localização privilegiada proporciona para a capacidade de mover mercadorias, meios de produção e dinheiro tornam-se, absolutamente, essenciais. Neste campo, não há diferença em relação à tendência geral da concorrência capitalista e constata-se, da mesma maneira, uma crescente monopolização do espaço no mundo atual. Para Harvey, aliás, “Os capitalistas podem usar, e naturalmente usam estratégias espaciais para criar e proteger poderes de monopólio onde quer e quando quer que lhes seja permitido”.

(HARVEY, 2004, p. 84). Estas práticas monopolistas espaciais são uma das bases fundamentais na constituição do imperialismo tal como o conhecemos.

O imperialismo tem, portanto, um pilar espacial fundante, o que implica o agigantamento da capacidade de expansão e reordenação geográficas do capital. Este tem sido um dos destinos do capital excedente sobreacumulado, verdadeiramente, possibilitando a criação de novas regionalidades em tempo recorde. O papel do Estado e do capital financeiro nesta dinâmica é central, já que, em tempos de crise, é fundamental que o capital possa redirecionar seu investimento produtivo para outros âmbitos. Neste sentido, o poder mediador das instituições estatais e financeiras na canalização dos fluxos de capitais é decisivo e isto está, fundamentalmente, ligado à possibilidade destas instituições de gerar crédito e capital fictício.

Há, no entanto, limites colocados para a fluidez do capital em termos geográficos e estes estão ligados à sua necessária fixação espacial. Ou seja, os reordenamentos envolvem sempre, para sua fluidez, investimentos em infraestruturas físicas de médio e/ou longo prazo. Este significativo volume de *capital fixo incorporado à terra* delimita a forma espacial concreta de sua realização e opõe-se, portanto, ao seu reordenamento. Apesar de configurarem-se como importantes espaços de investimento e valorização para o capital excedente, uma vez fixados funcionam, por sua vez, como importantes entraves ao dinamismo almejado pela acumulação capitalista ou, nos termos do autor, como *força tendente à inércia geográfica*. (HARVEY, 2004, p.87). Os projetos de reordenamento espaçotemporal estão, com isso, sempre confrontados aos valores já fixados anteriormente, mas ainda não realizados.

O capital fictício, aqui, novamente, aparece para possibilitar que territórios – sejam estas nações ou regiões – com capitais excedentes possam impelir que outros territórios assumam os riscos da fixação do capital em seus limites geográficos através de crédito, empréstimo e ajuda financeira condicionados. Diante da necessidade imperialista de expandir-se geograficamente, dos riscos da fixação de capital em novas ordenações e da escassez de recursos em certas regiões ou nações para conformarem os investimentos necessários à infraestrutura destas novas ordenações, o sistema de crédito internacional é chamado a financiar – e endividar, portanto – os territórios receptores dos projetos expansionistas do imperialismo. Este é um mecanismo perverso para garantir a responsabilização alheia pelos gastos envolvidos na operação e, ainda, condicionar, econômica e politicamente, os empréstimos para tais gastos.

Por outro lado, a exportação de capital para gerar novas ordenações cria, com isso, por sua vez, novos espaços dinâmicos de acumulação de capital. Estes podem acabar por gerar,

também, excedentes e, portanto, por buscar seus próprios meios para absorvê-los através de expansões geográficas. Estes processos podem levar a contradições, por exemplo, com as ordenações espaçotemporais originais. A colonização e a independência estadunidense são um bom exemplo dos embates possíveis, assim como, numa outra medida e desde outras coordenadas, a constituição de formações subimperialistas.

Neste cenário de sobrecapacidade generalizada, pode-se observar, nos últimos 40 anos, a conformação *em cascata* de novas ordenações espaçotemporais, em especial, no leste e sudeste asiático, no leste europeu e na América Latina, partindo, centralmente do eixo hegemônico representado pela tríade Estados Unidos, Europa e Japão. É, obviamente, possível que tais ordenações, inseridas no sistema capitalista mundial permaneçam, relativamente, estáveis e permitam certa estabilização momentânea deste conjunto em dificuldade. No entanto, esta configuração não exclui a hipótese de um acirramento da competição internacional, tendo em vista que a situação de sobreacumulação generalizada envolve inúmeros centros dinâmicos de acumulação de capital. Nesta conjuntura, as lutas geopolíticas, crises de desvalorização, revoluções e guerras devem ser consideradas seriamente.

2.3.2. Traços distintivos do imperialismo contemporâneo²⁵

O *imperialismo contemporâneo* corresponde à etapa que começa com as transformações ocorridas posteriormente à crise de 1970. Para o canadense Leo Panitch e o russo Sam Gindin (2006), este é um momento marcado pelo crescimento da hegemonia estadunidense. Estes localizam na guinada econômica dos Estados Unidos permitida pela segunda guerra mundial, assim como, no seu protagonismo na reconstrução dos países que, hoje, conformam a *Tríade* (Estados Unidos, Europa e Japão), os processos determinantes para a constituição de um sistema integrado por todas as outras potências capitalista sob a coordenação e patrocínio estadunidense. Este sistema foi, como vimos, construído, incisivamente, por uma contínua e agressiva ação estadunidense no período estudado, tendo, inclusive, que desenvolver “a capacidade de incorporar eventualmente seus rivais capitalistas

²⁵ Este tópico se utilizou, parcialmente, do ensaio de Marisa Amaral (2017) como orientação bibliográfica e argumentativa.

e [de] vigiar e policiar a “globalização””. (PANITCH; GINDIN, 2006, p. 22)..

O resultado é o que os mesmos denominam de *império informal*. Tal informalidade, para os autores, provém da penetração das fronteiras nacionais ao integrar os Estados como componentes do império estadunidense. Neste sentido, “O império informal requer que a penetração econômica e cultural de outros estados seja sustentada pela coordenação política e militar com outros governos independentes.” (PANITCH; GINDIN, 2006, p. 28). É, também, a partir desta articulação, que os Estados Unidos colocam em marcha seus projetos para a acumulação de capital em nível mundial, mas podem fazê-lo, com isso, desde uma responsabilização destes Estados nacionais pela criação das condições internas necessárias à sua concretização. Para os autores, esta situação só é possível, no entanto, dada a extraordinária superioridade econômica dos Estados Unidos por toda a segunda metade do século XX e sua posição geopolítica hegemônica desde a desintegração do Campo Socialista.

A nova ordem mundial que emerge da queda do muro de Berlim, com efeito, parece reforçar a tese de um *imperialismo solitário* (AMARAL, 2017, p. 164). Nas palavras de Leo Panitch e Sam Gindin:

Não podemos entender o imperialismo na atualidade como se fosse uma crise não resolvida da década de setenta caracterizada por uma sobre-acumulação e um excesso de competição, dando lugar novamente a uma rivalidade interimperial. Distintamente do período anterior, que se caracterizava pela força econômica relativa da Europa e do Japão, o momento histórico atual mostra, pelo contrário, sua relativa *debilidade*. (PANITCH; GINDIN, 2006, p. 47).

O argentino Atílio Borón parece coadunar com esta ideia. Para o mesmo, o Estado estadunidense assume um lugar primordial na estrutura imperialista mundial, subordinando, absolutamente, as rivalidades existentes e relegando ao papel de coadjuvantes seus aliados centrais. A hegemonia dos Estados Unidos sobre os instrumentos financeiros clássicos de dominação imperialista, tal como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial, atestam a supremacia deste país no âmbito internacional. Assim como, suas condições no campo militar parecem favorecer, também, decisivamente, esta posição que lhe confere o caráter de única superpotência militar do planeta. Por outro lado, o predomínio estadunidense na esfera da cultura lhes dá a possibilidade concreta de hegemonizar a produção de imagens audiovisuais e a circulação de ideias, através do incrível desenvolvimento dos meios de comunicação de massas. Este *imperialismo cultural* permite a construção de um discurso mundial propagandístico que tem nos valores e ideais – e interesses – estadunidenses sua base e em sua generalização, seu objetivo. Por isso, para Boron, “hoje em dia, o imperialismo

é mais que nunca o imperialismo norte-americano”. (BORÓN, 2006, p. 467).

Samir Amin (2012), de sua parte, entende, também, que a atual fase do capitalismo contemporâneo, ao generalizar a monopolização da economia mundial, sustenta as bases objetivas para um imperialismo coletivo da *Tríade*. Neste âmbito, no entanto, o alinhamento aos Estados Unidos é total e imediato e os desacordos superficiais existentes não expressam, na realidade, contradições importantes na subordinação de Europa e Japão à dominação estadunidense. Neste cenário, o imperialismo age, decisivamente, segundo Amin, para garantir, fundamentalmente, o controle do desenvolvimento tecnológico, dos recursos naturais, dos meios de comunicação, do sistema financeiro e monetário mundial e das armas de destruição de massa. O autor, no entanto, localiza na China e em sua aliada atual, a Rússia, projetos alternativos emergentes e o principal alvo do imperialismo coletivo da *Tríade*.

David Harvey, por sua vez, explicita – com as contribuições de Rosa Luxemburgo, Hegel e Marx – a necessidade de um caráter dual da acumulação capitalista. São duas faces complementares, *organicamente ligadas e entrelaçadas dialeticamente*, que cumprem papéis distintos no processo de valorização do capital. A questão, para o autor, é que se, para os clássicos, a acumulação dita *primitiva* era uma solução externa ou, definitivamente, anterior à reprodução expandida do capital, lhe parece necessário “uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação *primitiva* ou *original* no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital”. (HARVEY, 2004, p. 120, *grifo do autor*).

Com efeito, se tomarmos *a ampla gama de processos* que Marx (2013, p. 785-833) descreveu no capítulo acerca da acumulação primitiva é possível perceber, na realidade, seu aprimoramento e sua incorporação como “características centrais da face do capitalismo contemporâneo”. (HARVEY, 2004, p. 123). Para tanto, o capital financeiro, verdadeira vanguarda da espoliação contemporânea, conformou inúmeros novos mecanismos desta modalidade de acumulação de capital.

O objetivo central, neste âmbito, passa a ser a liberação de um conjunto de ativos a custos muito baixos para o capital sobreacumulado empregá-los em campos lucrativos de valorização. A acumulação por espoliação garante, portanto, este processo de subvalorização de elementos-chave da acumulação capitalista e sua destinação privilegiada a setores dominantes que desencadearam tal processo. Neste sentido, para Harvey, as próprias crises podem ser induzidas para alavancar processos de acumulação por espoliação. O sistema financeiro mundial – sob a liderança do Fundo Monetário Internacional e com o apoio do Estado estadunidense –, aliás, especializou-se, fundamentalmente, nisto. Sua tarefa, em

aliança com os Estados envolvidos, passa a ser, essencialmente, portanto, orquestrar estas desvalorizações estratégicas sem desencadear colapsos gerais que possam colocar em risco a reprodução do sistema. A existência deste sistema financeiro mundial capaz de operar os mecanismos centrais da acumulação por espoliação é, com isso, uma das grandes novidades capitalistas contemporâneas.

A conformação do sistema financeiro mundial, como vimos, deu conta de uma necessidade colocada pelas dificuldades estruturais de valorização do capital no âmbito de sua reprodução ampliada, a partir dos anos 1970. Mas se estas dinâmicas são complementares e a acumulação por espoliação abre caminhos para a reprodução ampliada do capital, a partir da década de 1970, “a acumulação por espoliação passou a ocupar o primeiro plano como a contradição primária no âmbito da organização imperialista da acumulação do capital”. (HARVEY, 2004, p. 141). De fato, ao se localizar, centralmente, na periferia do sistema capitalista mundial, a acumulação por espoliação vai conformar o cerne da atuação imperialista. Nas palavras do autor:

O poder hegemônico do Estado costuma ser empregado para garantir e promover arranjos institucionais internacionais e externos por meios dos quais as assimetrias das relações de troca possam funcionar em favor do poder hegemônico. É por meio desses recursos que, na prática, se extrai um tributo do resto do mundo. (HARVEY, 2004, p. 147).

O papel contemporâneo da espoliação, neste sentido, recoloca múltiplos e novos desafios para a organização dos embates decorrentes desta nova combinação da acumulação capitalista mundial.

CAPÍTULO III – DEPENDÊNCIA CONTEMPORÂNEA E PADRÃO ATUAL DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL

As formulações marxistas sobre a dependência, a rigor, são complementos necessários à teoria do imperialismo. Ao encarar a economia mundial foi central o desvelamento de sua hierarquização político-econômica e, portanto, do binômio imperialismo e dependência. Os primeiros esforços neste sentido foram, sem dúvidas, a teoria do imperialismo, que se completou com os esforços marxistas sobre a dependência. De sua parte, a TMD teve inspiração direta na polêmica clássica sobre o imperialismo, como vimos com Vânia Bambirra, no primeiro capítulo, mas dá um passo adiante. Com efeito, a teoria do imperialismo não é suficiente para encarar a constituição histórica do capitalismo na periferia, apesar de, necessariamente, embasá-la. Nas palavras do mexicano Adrián Sotelo Valencia, “el “concepto” dependencia (...) representa un complemento necesario de la teoría del imperialismo para dar cuenta de la naturaleza de las sociedades que se desarrollan de manera subordinada en la periferia del sistema, como es el caso de América Latina”. (SOTELO VALENCIA, 2007, p. 29).

A dependência configura, portanto, a contraparte do imperialismo – sua consequência necessária e seu sustentáculo primordial. Os dois processos estão, intimamente, ligados e são, na realidade, inseparáveis. Em suma, um decorre do e gera o outro. Com isso, se assumimos a possibilidade de estarmos diante de uma *nova fase do imperialismo* cabe indagar sobre a existência de uma *nova fase da dependência*. Como afirma Marisa Amaral (2012) “se novas são estas últimas [as teses sobre o imperialismo], novas devem ser as percepções acerca das relações dos países da periferia com os do centro e, portanto, certamente novas serão as acepções da dependência que podemos alcançar”. (AMARAL, 2012, p. 111). As transformações contemporâneas, como vimos, parecem justificar a ideia de uma *nova fase do imperialismo*. Nesta primeira parte do capítulo, tentaremos indicar elementos que apontam para a conformação de uma *nova fase da dependência*. É preciso, no entanto, sinalizar que este, ainda, é um debate em aberto e, por isso, seria descabido chegar a conclusões precipitadas, nos limites deste trabalho, apesar de coincidirmos com as colocações de Marisa Amaral (2012, 2013) – e o texto a seguir reflete, tal convergência – no que tange à possibilidade desta nova configuração na América Latina.

3.1. Dependência Contemporânea: elementos para a caracterização de uma *nova fase*

Os movimentos que estruturaram as bases de uma possível *nova fase da dependência* têm origem nas consequências do desenvolvimentismo, do período anterior, e vão perpassar, centralmente, as décadas de 1980 e 1990. Há, ao longo deste processo, uma série de fenômenos emblemáticos que marcam estas transformações contemporâneas. A crise da dívida latino-americana, o neoliberalismo ou o Plano Real são bons exemplos de acontecimentos que só têm sentido se inseridos no contexto da configuração e consolidação de um novo arranjo dependente na região. Por sua vez, este contexto tem características particulares emprestadas de sua história posterior imediata.

Aquela divisão internacional do trabalho que, a partir dos anos 1950, deu lugar à industrialização de certos países dependentes latino-americanos, ao subimperialismo, no Brasil, e às ditaduras civis-militares do Cone Sul, encontra, já na segunda metade dos anos 1960, sérios problemas de realização da produção local. Com efeito, o acirramento da concorrência internacional acaba por precipitar a reafirmação de políticas protecionistas e a reduzir as oportunidades de mercados capazes de absorver a produção das economias latino-americanas. Este, aliás, não é um fenômeno, somente, latino-americano, as economias centrais, também, neste período, estão imersas no mesmo dilema. Para Marini, portanto, “La circulación internacional de mercancías y capitales se veía así bloqueada, operando sobre la base de un mercado mundial fragmentado”. (MARINI, 2000, p. 6).

Diante das recessões e da baixa da taxa de lucro, as economias centrais, como vimos, passam por uma profunda reestruturação, na década de 1970. A centralização brutal, do período de crise, reúne as condições para a revolução tecnológica que está por trás da reestruturação citada. Com efeito, as possibilidades abertas pela introdução daqueles avanços tecnológicos acabam por conformar uma nova divisão internacional do trabalho. Primeiro, pela capacidade de crescer desempregando. Em outros termos, a introdução das inovações tecnológicas e o enfraquecimento do movimento sindical, próprios deste novo cenário, permitem expulsar mão de obra em pleno período de expansão da acumulação capitalista. Além disso, a tecnologia incorporada à produção impulsiona uma série de profundas modificações na organização produtiva. A *terceirização* e a *flexibilização* são fruto deste processo e viabilizam o processo de *deslocalização* dos parques industriais centrais e seu desmembramento e sua racionalização mundial, a partir das vantagens que as condições de produção locais oferecem em cada país.

Trabalhamos estes aspectos das transformações contemporâneas, no capítulo anterior, em sua dimensão mais geral, principalmente, com David Harvey (2004) e Ricardo Antunes (2007), no entanto, é preciso, agora, sublinhar as novas características desta divisão internacional do trabalho e seus impactos sobre a dependência. Por um lado, este processo cria um aumento vertiginoso da incidência do conhecimento no processo de produção. Com isso, gera a possibilidade, diante da monopolização deste conhecimento pelas economias centrais, de impulsionar a extração de mais-valor extraordinário do restante das economias. São, exatamente, estes conhecimentos e estes setores da produção que são *estratégicos* do ponto de vista da acumulação mundial. Estratégicos por serem capazes de extrair aquela modalidade de mais-valor e, por isso, são, *estrategicamente*, monopolizados e preservados em seus territórios. Com isso, a dinâmica científico-tecnológica impacta decisivamente a divisão internacional do trabalho²⁶. Os países centrais, ao deter, também, o controle sobre a *deslocalização*, de uma parte, mantêm, em seus territórios, os processos e setores industriais estratégicos e, de outra, fragmentam e dispersam entre diferentes nações o processo produtivo deslocalizado, relegando às economias dependentes etapas que não são integradas no seio de sua economia, mas fazem parte de cadeias produtivas mundializadas mais amplas (GEREFFI, 2001).

A concentração científico-tecnológica configura, portanto, atualmente, um decisivo monopólio dos países centrais que, pela dimensão dos investimentos necessários em ciência, tecnologia e educação, se distanciou, imensamente, do alcance dos países dependentes. Isto trouxe consequências centrais em, pelo menos, dois aspectos importantes para a América Latina. O primeiro diz respeito à emergência de uma divisão internacional da força de trabalho, baseada nas capacidades por parte do trabalho em relação ao uso intensivo de conhecimento no processo produtivo. Com isso, as restringidas políticas destinadas à generalização de uma alta capacidade técnico-cognitiva da força de trabalho dos países dependentes, relegam, obviamente, os trabalhadores da periferia a um lugar específico nesta diferenciação mundial do mercado de trabalho. Como vislumbra Marini:

Esto nos pone frente al proyecto de una nueva división internacional del trabajo, que operaría en el plano de la misma fuerza de trabajo y no, como antes, a través de la posición ocupada en el mercado mundial por la economía nacional en donde el trabajador se desempeña. De lo que se trata, ahora, es de la participación del

²⁶ Infelizmente, não pudemos desenvolver com mais cuidado este aspecto fundamental do problema. A título indicativo, deixamos, por isso, a bibliografia sugerida por Diógenes Moura Breda (2015, p. 21-55) para encarar o tema da dependência científico-tecnológica a partir da articulação criativa entre *mais-valor extraordinário* (CARCANHOLO, 2000; ECHEVERRÍA, 1986; MARINI, 1979b), *setores estratégicos* (CECEÑA e BARREDA, 1995), *divisão internacional do trabalho e padrão de reprodução do capital* (OSORIO, 2014b).

trabajador en un verdadero ejército industrial globalizado en proceso de constitución, en función del grado de educación, cultura y calificación productiva de cada uno. (MARINI, 2000, p. 5).

O segundo aspecto decisivo para as economias dependentes é que a nova divisão internacional do trabalho incide, é claro, sobre a produção. Com efeito, o aumento da produtividade do trabalho no centro agiganta as necessidades destas economias em insumos produtivos e encontra aquele padrão industrial de reprodução latino-americano em crise diante das limitações impostas pela superexploração da força de trabalho e pela concorrência internacional vigente. A superação de tais limites impunha a suplantação da superexploração e o apoio da produção nacional sobre um mercado interno em expansão. A reconfiguração do papel das economias latino-americanas, no entanto, é mediada, na realidade, pelo movimento oposto. Ou seja, pela completa indisposição das classes dominantes da região em romper com o sustentáculo de seus arranjos estruturais: a superexploração da força de trabalho. Este movimento leva as economias periféricas a se reorganizar para assumir aquelas exigências em matéria-prima colocadas pelas economias centrais. É este processo que induz a *desindustrialização* e *reprimarização* das economias latino-americanas, a partir dos anos 1980. Ao assumir as tarefas colocadas pela nova divisão internacional do trabalho, as economias dependentes regressam, neste sentido, ao patamar de fornecedoras de matéria-prima em troca de produtos manufaturados estrangeiros. Nas palavras de Marini:

De esta manera la economía globalizada, que estamos viendo emerger en este fin de siglo y que corresponde a una nueva fase del desarrollo del capitalismo mundial, pone sobre la mesa el tema de una nueva división internacional del trabajo que, mutatis mutandis, tiende a reestablecer, en un plano superior, formas de dependencia que creíamos desaparecidas con el siglo XIX. (MARINI, 2000, p. 5)

No capítulo anterior, vimos, no entanto, que, para além destas tarefas, a América Latina passa a se constituir como uma importante plataforma de valorização de capital fictício. Isto remonta, como afirmávamos com Gouvêa (2012), à *reciclagem* dos petrodólares, a partir de meados da década de 1970. Com efeito, a criação e a eternização da dívida pública latino-americana (Chesnais, 2005) será um instrumento fundamental, tanto de valorização do capital fictício estrangeiro, como, conseqüentemente, de transferência de valor para as economias centrais. É a partir destes movimentos – dos quais a crise da dívida latino-americana, decorrente daquela triplicação dos juros estadunidenses de que falamos no capítulo anterior, é emblemática – que se generaliza o impulso para a constituição de uma dinâmica financeira na região. No Brasil, no entanto, este processo pode ser, claramente,

dividido em duas fases distintas. O primeiro momento, na década de 1970 e 1980, inscreve-se, como dito, no endividamento decorrente da contração dos empréstimos possibilitados pela *reciclagem dos petrodólares* e por seu agigantamento decorrente do aumento unilateral da taxa de juros básica estadunidense. Sua consequência imediata foi a crise da dívida no continente. Sua marca, contudo, caracteriza-se por uma postura passiva em relação ao mercado financeiro nacional e internacional. Esta postura muda, radicalmente, a partir da década de 1990 e dá lugar à estruturação consciente de um novo espaço de valorização financeiro, no Brasil.

Combinou-se, com isso, *desindustrialização/reprimarização com financeirização*. De fato, estes processos estiveram, na América Latina, intimamente, ligados. A abertura comercial acabou com o protecionismo que visara o desenvolvimento da indústria nacional em nome da estabilidade monetária necessária à atração do capital financeiro estrangeiro, enquanto desregulamentava-se e abria-se o mercado financeiro nacional para os capitais estrangeiros. Os regimes de estabilização inflacionários através da política cambial, próprios deste receituário, implicaram, também, uma ampliação decisiva da dependência em relação ao dólar. Sua presença na economia nacional passou a ser, aliás, necessária para dita estabilização. Daí surgem as medidas para a atração permanente de dólares para a economia brasileira, por exemplo. Sobrevalorização da moeda, juros altos, austeridade fiscal, vendas de patrimônio estatal, incentivo às exportações e endividamento estatal são todas causas e consequências deste processo que levou, fundamentalmente, a um aumento vertiginoso da atividade e rentabilidade financeira, à desindustrialização e à reprimarização da pauta de exportações. O Estado, neste contexto, reorienta sua atuação a partir da nova perspectiva vigente e de suas necessidades de reprodução. O mito de um *Estado mínimo*, neste período, ao menos, desconsidera a ampla tarefa estatal cumprida para constituir o suporte jurídico-institucional e a sustentação macroeconômica para esta nova dinâmica de acumulação e reprodução do capital. Chega-se, ao fim, nas palavras de Marisa Amaral (2012, p. 115) à “constituição de uma forma de acumulação que tem à sua frente os grupos rentistas sustentados num regime monetário-financeiro em plena conjunção com seus interesses particulares”.

A volatilidade e instabilidade dos capitais envolvidos, no entanto, levaram as economias dependentes a estocarem reservas em dólar. Com efeito, essa tendência, a partir dos anos 2000, levou a economia brasileira de devedora internacional à acumuladora de reservas dolarizadas. Esta medida tenta estabilizar a taxa de câmbio e garantir a *liquidez* desejada pelos mercados financeiros e encaminha as reservas brasileiras em dólares à compra

de ativos financeiros internacionais mais seguros. É assim que as reservas internacionais brasileiras são, hoje, em sua maioria, títulos do tesouro estadunidense. Esta situação implica, obviamente, em maior dependência brasileira em relação à política econômica estadunidense, mas, também, acaba gerando um crônico endividamento público interno para a estabilização inflacionária necessária diante dos fluxos de capitais envolvidos. Em suma, Juan Pablo Paincera resume o ocorrido da seguinte maneira:

(...) na era da financeirização, da qual a liberalização financeira é um aspecto fundamental, houve dois períodos distintos dos fluxos internacionais de capital em relação aos países em desenvolvimento. O primeiro ocorreu na década de 1990 e foi caracterizado pela eventual reversão dos fluxos, pelos déficits em conta corrente e pela propagação de crises financeiras e cambiais. Em contraste, o segundo período começou no início dos anos 2000 e tem sido caracterizado pelo acúmulo de reservas internacionais. Estas visam principalmente a proteger países em desenvolvimento da reversão súbita de fluxos internacionais de capitais, com consequências para o movimento da taxa de câmbio, permitindo-lhes participar mais ativamente nos mercados financeiros globais. (PAINCERA, 2011, p. 70-71 *apud* AMARAL, 2012, p. 119-120).

O resultado do entusiasmo brasileiro por reservas internacionais é, ao fim e ao cabo, a agudização da transferência de valor existente entre os países dependentes e centrais. Com efeito, as permanentes políticas para a atração de capital financeiro implicam sua permanente e onerosa remuneração. Isto incide, obviamente, no agravamento da sucção de valor pelas economias centrais e provocou uma mudança na modalidade predominante da mesma. Se, anteriormente, este processo se expressava nos sistemáticos déficits na *Balança Comercial* e se caracterizava por termos de troca desiguais no mercado mundial, atualmente, o mesmo aparece no desempenho negativo da *Balança de Rendas* e está, portanto, ligado às despesas decorrentes de investimentos externos diretos, de investimentos em carteira e de empréstimos convencionais. O conjunto dessas despesas, segundo dados de Marisa Amaral (2012), aumentaram 452%, entre 1981 e 2010, enquanto o PIB brasileiro cresceu 113%, no mesmo período. Há, ainda, outro processo marcante que diz respeito ao abandono dos empréstimos como modalidade financeira prioritária de extração de excedente – modalidade esta predominante ao longo da década de 1980. O mecanismo que se consolida, na década de 1990 até os dias atuais, são os investimentos financeiros diretos em carteira. Para se ter uma dimensão do movimento, segundo Marisa Amaral (2012), entre 1993 e 2010, as despesas decorrentes de investimentos em carteira cresceram 1980%, enquanto as despesas decorrentes de empréstimos convencionais caem 31,2%, no mesmo período.

Frente a *financeirização* da transferência de valor para as economias centrais, não deixam de ter importância todas aquelas outras formas de transferência existentes que

convivem nas economias dependentes. Contudo, a perda de preponderância da *Balança Comercial* tem, ainda, outra razão. A revolução tecnológica e a reestruturação produtiva, em âmbito mundial, a partir dos anos 1970, implicou numa crescente homogeneização da produção mundial. Por outro lado, a abertura internacional das barreiras comerciais possibilitou uma tendência ao restabelecimento da lei do valor, baseada na difusão tecnológica necessária à *deslocalização* e à integração de tecnologias comunicativas e informacionais de ponta. Dificultou-se a possibilidade de se criar mais-valor extraordinário, fazendo mercadorias passarem por valores médios, enquanto são produzidas por valor inferior. Nas palavras de Marini (2000):

En efecto, a las grandes empresas se les hace cada vez más difícil establecer monopolios tecnológicos por períodos largos, dadas las características que viene asumiendo la gestión del capital en el curso de su reproducción. La misma necesidad impuesta por la competencia de recurrir a nuevas formas de reducción de gastos de circulación (como el sistema just-in-time , que quiere evitar la formación de existencias) y de descentralización productiva (como la tercerización), no implica sólo grados superiores de centralización del capital, sino que obliga a la difusión de la tecnología, particularmente en lo relativo a los métodos directos de producción (aunque no, evidentemente, en lo relacionado con su concepción). La difusión tecnológica es indispensable para la estandarización de las mercancías y, pues, para su intercambiabilidad, con lo que se tiende, a la larga, a homogeneizar los procesos productivos y a igualar la productividad del trabajo y, por consiguiente, su intensidad. Paralelamente, el notable avance logrado en materia de información y comunicaciones proporciona una base mucho más firme que antes para conocer las condiciones de producción y, en consecuencia, para establecer los precios relativos. El mercado mundial, por lo menos en sus sectores productivos más integrados, camina así en el sentido de nivelar de manera cada vez más efectiva los valores y, según la tendencia, a suprimir las diferencias nacionales que afectan la vigencia de la ley del valor. (MARINI, 2000, p. 8).

O efeito fundamental deste processo é a centralidade que passa a tomar a extração de mais-valor para a produção de mais-valor extraordinário. A internacionalização dos processos produtivos, frente à agudização da concorrência mundial, busca, assim, prioritariamente, condições propícias para o barateamento dos custos de produção. O recurso à superexploração da força do trabalho é, neste contexto, absolutamente, decisivo, ao ponto de se generalizar, enquanto tendência global, inclusive, portanto, para as economias centrais. Isto só é viável pela larga ampliação do desemprego e do exército industrial de reserva que, como no século XIX, foram forjados pela revolução tecnológica contemporânea. É o que indica Adrián Sotelo Valencia, ao afirmar que “La morfología del capitalismo está cimentada en la superexplotación del trabajo, pero en los diferentes países y regiones asume formas distintas”. (SOTELO VALENCIA, 2012, p. 202). Marini, de sua parte, conclui o seguinte:

De este modo se generaliza a todo el sistema, incluso los centros avanzados, lo que era un rasgo distintivo – aunque no privativo – de la economía dependiente: la superexplotación generalizada del trabajo. Su consecuencia —que era su causa— es la de hacer crecer la masa de trabajadores excedentes y agudizar su pauperización, en el momento mismo en que el desarrollo de las fuerzas productivas abre perspectivas ilimitadas de bienestar material y espiritual a los pueblos. (MARINI, 2000, p. 8).

A *financeirização*, por outro lado, acentua um traço constitutivo da superexploração. Com efeito, se tomarmos a definição de Marini (2005a), um dos elementos que caracterizam a superexploração é, precisamente, a conversão do fundo necessário de consumo do trabalhador em um fundo de acumulação do capital ou, em outros termos, “a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”. (MARINI, 2005a, p. 156). Ora, o endividamento familiar atual e, com isso, o destino de parte, cada vez mais importante, dos salários para a remuneração financeira do capital, através do pagamento de juros, por exemplo, pode ser encarado, como o faz Lapavitsas (2011), como *expropriação financeira dos rendimentos do trabalho* e, portanto, como mecanismo de superexploração da força do trabalho. No fundo, se trata da *financeirização* dos rendimentos do trabalho, neste sentido em que parcelas crescentes dos salários se inserem em atividades financeiras e destinam-se à transações deste mesmo âmbito – estejam os trabalhadores em posição de devedores ou de detentores de ativos, sejam as despesas materializadas em forma de pagamento de despesas com juros ou em taxas e comissões referentes à prestação de serviços financeiros (AMARAL, 2013, p. 91-92). Como vimos, no capítulo anterior, esta foi, de fato, uma das bases do processo de *financeirização*, em âmbito global. Sua consequência, portanto, nos parece incidir, justamente, sobre um redobramento mundial da exploração do trabalho através do mecanismo acima explicitado.

Por fim, ao falar de dependência é preciso analisar o subimperialismo e, ao que nos parece, a fase atual do capitalismo imprimiu, também, novos traços ao fenômeno. A particularidade que o subimperialismo confere à economia brasileira é que, desde meados da década de 1960, como vimos no primeiro capítulo, esta não só transfere valor para as economias centrais, mas consegue sugar excedentes de outras nações mais débeis e, portanto, reter, em sua economia, parte do mesmo. Esta estratégia não se descola do imperialismo vigente, nem, em geral, implica melhores patamares de dignidade para os brasileiros. Na realidade, este mecanismo intermediário de cooperação antagônica e subordinada do subimperialismo brasileiro com o imperialismo dominante permite a valorização do capital internacional através de empresas brasileiras, desde a superexploração, o impulso estatal e em favor da grande burguesia agroindustrial brasileira. Até aqui, não há avanços em relação

aquelas afirmações do primeiro capítulo. O que nos interessa, no momento, é sublinhar, justamente elementos subimperialistas novos na contemporaneidade. Com efeito, defendemos que o que se assiste, na década de 1990 e 2000, com a abertura comercial, na América Latina, e a internacionalização do capital, a nível mundial, é uma retomada e uma reconfiguração do subimperialismo brasileiro.

A recolocação das grandes empresas brasileiras, no mercado internacional, neste processo de mundialização do capital, corresponde, na realidade, a uma estratégia de sobrevivência particular diante da concorrência desigual gerada pelo fim do protecionismo à indústria nacional. Esta estratégia se fundamentou, precisamente, na internacionalização destas empresas e, com isso, no surgimento de *multinacionais brasileiras* capazes de incidir num território tão extenso quanto a América Latina e o Caribe, alcançando mesmo, em período mais recente, o continente africano (LUCE, 2008, p. 2). Este movimento, no entanto, se dá, também, pela *financeirização* destas empresas que têm no capital financeiro internacional e nacional um de seus sustentáculos centrais. Basta mencionar a abertura do capital de grandes empresas nacionais nas bolsas de valores e o apoio estatal decisivo através de seus bancos de fomento (BNDES, por exemplo) com linhas de créditos e financiamentos privilegiados para se ter dimensão da importância da *financeirização* para o subimperialismo brasileiro.

A estratégia expansionista (de sobrevivência) atual envolve, portanto, um amplo leque de mecanismos de internacionalização, inclusive, financeiros. A compra de ações de empresas latino-americanas conduzidas com capital de origem nacional, os processos de fusão e aquisição de firmas dos países do continente ou, mesmo, os investimentos diretos estrangeiros (IED) brasileiros na América Latina, no Caribe e na África foram possibilitados pela *financeirização* destas empresas e são moeda corrente no cenário econômico brasileiro atual (AMARAL, 2013, p. 92). Os números apresentados por Mathias Luce (2008) são elucidativos, neste sentido. Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), por exemplo, que passou a medir o IED dos *países emergentes*, este conjunto já representava 10% do montante global, em 2000. Neste bojo, três multinacionais brasileiras estão entre as cinquenta maiores nesta categoria de países: a Petrobras, a Vale e a Gerdau.

Ao que parece, a nova divisão internacional do trabalho deu lugar a uma nova divisão regional do mesmo que conta com o expansionismo brasileiro como elemento-chave. Com efeito, é notória a incorporação sucessiva, por parte das multinacionais brasileiras, de importantes ativos das economias vizinhas. Esta posição privilegia novas vantagens

competitivas para a realização dos capitais subimperialistas brasileiros e subordina as nações vizinhas à hegemonia deste novo subimperialismo, ligada àquela divisão regional do trabalho (LUCE, 2008, p. 2). São emblemáticos desta movimentação as aquisições brasileiras, por exemplo, de terras e frigoríficos uruguaios. Somente a brasileira Marfrig, com as aquisições de 2006 e 2007, se alçou ao patamar de maior exportadora de carne do Uruguay – setor, absolutamente, central na economia do país que ocupa o lugar de primeira fonte de divisas através das exportações. Luce analisa:

¿Que nos tienen a enseñar los datos arriba? El hecho de un grupo extranjero como el Marfrig concentrar 1/3 de la faena realizada es indicador de la grandeza de la transferencia de valor hacia el exterior que se acometió sobre la primera actividad productiva de Uruguay. Se debe añadir otro hecho. Además del valor producido en la agroindustria e apropiado por las empresas brasileñas, hay la renta de la tierra extraída por los nuevos propietarios, que han venido comprando a bajo precio numerosas haciendas de los capitalistas locales, que se encuentran en posición de desventaja frente a oligopolios como Marfrig y Bertin. (LUCE, 2008, p. 3).

O caso argentino não é menos impressionante, se levarmos em conta que, historicamente, o país vizinho disputava o lugar atual brasileiro. A dilapidação do patrimônio nacional argentino para sustentar o receituário neoliberal definiu esta disputa com a transferência de ativos estratégicos da burguesia argentina para as multinacionais brasileiras. A Petrobras, por exemplo, incorporou empresas do porte da PECOM e da YPF, enquanto a FRIBOI, com financiamento do BNDES, adquiria o maior frigorífico argentino, a Swift Armour. Este é o motivo principal dos atuais protestos argentinos em relação ao Mercosul. O Brasil, de fato, deixa pouco espaço para a integração fora das coordenadas subimperialistas. A própria desnacionalização das economias latino-americanas, desde 1990, teve, neste sentido, um protagonista importante nas multinacionais brasileiras, remetendo ativos e soberania dos países do continente em benefício da grande burguesia brasileira. Poderíamos, por isso, prolongar esta lista, imensamente, no entanto, as atividades multinacionais brasileiras, estudadas por Mathias Luce (2008), no Paraguai, na Bolívia, no Peru e no Equador só fazem confirmar a tese de um *novo subimperialismo brasileiro*, cujo aspecto financeiro e multinacional é decisivo.

A dependência contemporânea – ou *nova fase da dependência* – tem no movimento financeiro global, uma de suas raízes. Com efeito, como percebemos, a *financeirização* da vida socioeconômica, em sua totalidade, é uma realidade, também, na América Latina e dá novas características à dependência do continente. É, portanto, a partir da nova divisão internacional do trabalho e da nova posição subordinada latino-americana que se deve

apreender este fenômeno. Como coloca Marisa Amaral:

Ocorre que, hoje, os processos estruturais que são característicos da condição dependente se reforçam com “o brilho e a cor” trazidos pela subordinação financeira, que amordaça os braços da política econômica e que – pior – subsume todas as demais esferas da política aos seus ditames. (AMARAL, 2012, p. 131).

A análise até agora, no entanto, precisa passar pela base material através da qual estas transformações foram possíveis. Em outras palavras, o anterior deve complementar-se da profunda reestruturação produtiva que caracterizou o período estudado e deu lugar a um *novo padrão de reprodução do capital* na América Latina. Passaremos, por isso, a seguir, a apreensão desta importante proposta metodológica para a compreensão do momento atual em nosso continente.

3.2. Padrão atual de reprodução do capital na América Latina

3.2.1. Padrão de reprodução do capital: enquadramento teórico-metodológico

A proposta teórica do padrão de reprodução do capital permite alcançar uma visão integradora da realidade societária, servindo de mediação entre níveis mais abstratos de análise e níveis mais concretos. Nesta perspectiva, este se alimenta das contribuições para a caracterização geral dos modos de produção, do modo de produção capitalista e do sistema mundial em sua polaridade entre imperialismo e dependência e oferece uma possibilidade teórico-metodológica para inserir neste contexto as “formas cómo el capital se reproduce en períodos históricos específicos y en espacios económico-geográficos y sociales determinados (OSORIO, 2004, p. 36)”. Chega-se, assim, segundo Jaime Osorio, por meio do estudo de um padrão de reprodução do capital, às perguntas clássicas da economia política: “qué se produce, cómo se produce, para quiénes se produce (2014b, p. 19)”.

Para Marini, a noção de padrão de reprodução do capital alude, precisamente, à relação entre as estruturas de acumulação, produção, circulação e distribuição de bens. Neste sentido, a reprodução de um padrão do capital, para o autor, não se deve, essencialmente, às decisões do âmbito da política econômica – ainda que cumpram um papel importante, como

veremos, para o favorecimento ou bloqueio de determinados padrões –, mas às exigências concretas que aquelas estruturas enfrentam para assegurar a realização de valor e mais-valia em escala crescente (1982, p.11).

Neste campo no qual analisamos situações concretas, é possível falar em padrões de reprodução do capital quando identificamos, na trajetória concreta da acumulação capitalista, a conformação de formas particulares de valorização do capital, em determinado momento e espaço. Neste desenrolar, é preciso ter claro que o desenvolvimento capitalista prioriza ramos e setores produtivos específicos que se diferenciam para dar conta da produção e circulação de valores-de-uso determinados. Isto está relacionado às vantagens que estes ramos e setores oferecem em relação a outros e, em uma economia dependente, às necessidades provenientes do mercado internacional. Neste movimento, ao se envolverem muitos capitais ou os capitais mais importantes, dinâmicos e poderosos, certos ramos e setores produtivos vão se transformando nos pilares ou eixos da acumulação e da reprodução do capital de uma determinada economia. O capital configura, portanto, hierarquias ou prioridades decisivas para sua valorização em determinados espaços e momentos e da identificação destes eixos decisivos depende a caracterização de um padrão de reprodução do capital prevalecente.

Ao encarar a reprodução do capital nestes termos, explicitam-se os valores-de-uso nos quais se encarna a valorização capitalista e, com isso, abre-se a problematização acerca das particularidades geradas pela imposição da lógica de certo eixo de acumulação sobre o conjunto da reprodução de uma economia. De fato, a proposta teórica do padrão de reprodução do capital carrega, fundamentalmente, esta possibilidade de reintegração das dimensões do valor e do valor-de-uso. Como diria Jaime Osorio, esta é uma proposta central, “porque los procesos que derivan de la producción de valores de uso específicos en la valorización del capital son diferenciados. No es lo mismo acumular capital produciendo cañones, que produciendo salchichas (2014b, p.19)”. E mais: “Las derivaciones económicas, políticas y sociales de esta diferencia son de enorme significación (2014b, p.22)”.

Há, pois, em um primeiro momento, que localizar estes eixos produtores de determinadas mercadorias que constituem os valores-de-uso prioritários para os capitais que atuam no Brasil e que definem, portanto, uma forma particular de reprodução dos capitais envolvidos. De fato, esta delimitação é decisiva na medida em que determinado valor-de-uso recorre a esquemas próprios de organização da reprodução do capital que acabam por induzir características fundamentais às sociedades em que o mesmo está sendo produzido. Uma economia que privilegia a produção de bananas demanda certo volume de investimento, tipo de mão-de-obra, equipamentos, maquinário e determinado espaço de realização,

completamente, distintos de uma economia que, estrategicamente, centra sua produção em sistemas de informação e comunicação, por exemplo. As mercadorias decisivas de uma economia são capazes, portanto, dentro dos limites do sistema mundial e da formação socioeconômica existente, de imprimir uma dinâmica e estrutura própria às sociedades em que são produzidas através das necessidades de sua reprodução.

Estes limites do sistema mundial e da formação socioeconômica subsequente impuseram na América Latina uma preponderância de padrões de reprodução exportadores. Isto está ligado, como vimos em parte anterior, (1) à forma particular de inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho que oferece vantagens às classes dominantes para a exportação de mercadorias necessárias às economias centrais; (2) à superexploração da força de trabalho que determina um estreito mercado consumidor interno; e, com isso, (3) à necessidade de buscar a realização da produção em mercados externos. Para Jaime Osorio:

Desde aquí podemos comprender el enorme peso que los patrones exportadores han jugado en la historia económica de América Latina o la significación que las exportaciones han jugado incluso en la etapa del patrón industrial. Ello habla de una tendencia profunda del capital dependiente a generar estructuras productivas que apuntan a dar las espaldas a las necesidades del grueso de la población trabajadora. Esta tendencia no es ajena – sino consustancial – a la tendencia a la superexplotación, y ambas constituyen dos de las principales características de la reproducción del capital en las economías dependientes, en momentos aminoradas, pero nunca superadas las dinámicas que las desatan (2014b, p.28-29).

Com efeito, a orientação da produção para mercados estrangeiros é uma tendência própria do capitalismo. Isto se coloca pela vocação expansiva do capital imposta pela necessidade de ampliação do volume de mercadorias frente ao aumento tendencial da composição orgânica do capital. É a única saída para seguir aumentando a obtenção de lucros. Nas palavras de Marini, “Se desprende de allí que cuanto más se eleva la inversión total y la composición orgánica del capital, tanto más debe ampliarse el mercado; la extensión de la realización es, pues, función y condición del incremento de la acumulación (MARINI, 1982, p.11)”. No entanto, esta tendência ao se desenvolver em sociedades dependentes cujas economias nunca foram estruturas organicamente equilibradas, mas que, pelo contrário, sofrem, como vimos acima, de desequilíbrios estruturais dramáticos, não encontram mercados suficientes para sua realização interna e se orientam, portanto, para o exterior.

A partir da proposta teórica dos padrões de reprodução do capital, é preciso, por outro lado, examinar o capital como esta relação social que, para além de produzir valor excedente a partir da produção de mercadorias, gera as condições necessárias para a reprodução cotidiana de sua relação básica – capital/trabalho –, mas também as modalidades particulares de sua

reprodução em determinado momento e espaço específicos, isto é, valores-de-uso nos quais se encarna o valor, tipo de meios de produção requeridos, formas de exploração vigente, organização da produção, etc.

Neste sentido, é possível falar em reprodução do capital quando o mesmo é capaz de viabilizar, enquanto nada lhe impeça de continuar, continuamente, seu ciclo de produção e circulação (D – M ... P ... M' – D'). Nos mesmos termos, encontramos um padrão de reprodução do capital “cuando en espacios geoeconómicos y en periodos históricos determinados, el capital ha trazado (descubierto) un camino específico para reproducirse y valorizarse, el cual tiende a repetirse en sus procesos fundamentales (OSORIO, 2014b, p. 21).”

Para apreender o padrão atual de reprodução do capital, com isso, é preciso, em um segundo momento, seguir as pistas dos ciclos de reprodução e circulação dos capitais envolvidos com estas mercadorias decisivas da economia dependente. Há, portanto, que encarar, detidamente, as fases deste ciclo: a circulação, a produção e, novamente, a circulação. Assim, teremos analisado as três fases do movimento do capital em busca de sua valorização e reprodução. Segundo Marini:

La primera corresponde a la fase de circulación, que podemos llamar C1, en la que se estudia el capital que, bajo forma dinero, comparece en la circulación para adquirir, en el acto de compra, medios de producción y contratar fuerza de trabajo. La segunda corresponde a la de acumulación y producción, mediante la cual el capital reviste la forma material de medios de producción y fuerza de trabajo para, mediante un proceso de explotación, promover su propia valorización, es decir la creación de plusvalía. La tercera es la segunda fase de circulación, C2, en la que el capital, bajo la forma de mercancías que contienen el valor inicial más la plusvalía generada, entra al mercado para buscar su transformación en dinero a través del intercambio, de la venta; el dinero resultante, si el ciclo se realiza normalmente, debe representar una magnitud superior respecto al capital dinero que se acumuló (1979).

Na primeira fase de circulação, o desafio está em determinar a origem do capital dinheiro. Quais fontes comparecem na economia para iniciar o ciclo? Mas, também, quais são as particularidades que o peso destas fontes imprime sobre o ciclo? Marini (1979) indica três fontes principais do capital dinheiro presente na economia dependente latino-americana: o capital privado interno, o investimento estatal e o capital estrangeiro. Ainda com o mesmo autor, por definição, entendemos capital privado interno como aquela parte do mais-valor gerada no interior da economia que, deduzidos os gastos improdutivos do capital, se apresenta no início do ciclo. É importante notar que, com isso, consideramos que “la plusvalía generada en la economía nacional e invertida en ella es inversión nacional, independientemente de la

nacionalidade de los que detentan títulos de propriedade sobre ella (MARINI, 1979)”. O investimento estatal, por sua vez, pode provir daquela parte do mais-valor transferido ao Estado através de impostos ou fruto do processo direto de exploração que o Estado estabelece com suas empresas públicas. É preciso, no entanto, ter clareza que nem todo gasto estatal é produtivo e há que localizar a parte do investimento destinado à acumulação de capital, mesmo que de maneira ampla, ou seja, considerando investimentos produtivos diretos e investimentos improdutivos que, indiretamente, beneficiam o capital em sua acumulação.

Por fim, o capital estrangeiro pode se apresentar como investimento direto na economia dependente, de maneira exclusiva ou compartilhada com capitais nacionais, ou como investimento indireto através de empréstimos e financiamentos. Se, no primeiro caso, a remuneração do capital estrangeiro se dá pela apropriação direta do mais-valor gerado no processo no qual está envolvido, no segundo a remuneração se dá, além das cotas de amortização, sob a forma de juros deduzidos do mais-valor gerado – graças a sua contribuição, mas sem que precise assumir os riscos da participação direta no âmbito da produção. É importante ainda notar que o capital estrangeiro gera consideráveis transferências de valor para fora da economia dependente e, no fundo, representa somente a restituição parcial do capital drenado para o exterior.

Avançando nesta fase de circulação do ciclo, deparamo-nos com o momento em que o capital sob forma dinheiro toma a forma de mercadorias necessárias à produção, efetivando a compra de meios de produção e força de trabalho. Aqui é necessário estudar a origem, por um lado, dos trabalhadores empregados no ramo em foco e, por outro, das matérias primas, terras, instalações, maquinário e equipamentos utilizados neste processo produtivo específico.

Na fase seguinte, estamos diante da produção, propriamente dita, e já não importa a origem do capital envolvido – apesar desta fase estar condicionada pela primeira, obviamente –, o que importa é a forma como os elementos materiais da produção são postos em movimento pela força de trabalho para produzir mais-valor e valores-de-uso específicos. Há neste momento que identificar as condições de produção das diferentes frações do capital nos ramos estudados, já que a situação do grande capital – normalmente, estrangeiro – influi, decisivamente, sobre o funcionamento da média e pequena empresa – em geral, nacional, aliás. Isto, por sua vez, rebate sobre o custo médio de produção, define o grau e a generalização da superexploração da força de trabalho, as possibilidades de lucros extraordinários, assim como, os contextos de monopolização e centralização do capital e a extensão e morfologia dos exércitos industriais de reserva nas economias dependentes. Por fim, há que verificar a correspondência entre estrutura produtiva e capacidade real de

consumo das massas trabalhadoras, o que nos leva à última fase do ciclo do capital.

Neste novo momento de circulação, é preciso distinguir três categorias de mercadorias que chegam ao mercado para realizarem seu valor. A primeira diz respeito aos bens de consumo necessários ou bens-salários e são bens que constituem o consumo básico – histórica e geograficamente, determinado – das classes trabalhadoras: definem, portanto, o valor da força de trabalho. A segunda se refere aos bens suntuários cujo consumo não é um item ordinário do consumo básico do trabalhador e se dá, com isso, em geral, pelos setores mais abastados da sociedade. Por fim, a terceira categoria indica os bens de capital, ou seja, as matérias primas, os bens intermediários e as máquinas que servem a produção. Aqui a análise se orientará para a estipulação do peso de cada categoria, assim como, do destino das mesmas – se mercado interno ou estrangeiro, por exemplo – para caracterizar novos elementos e impactos da orientação da configuração do espaço de realização da estrutura produtiva das economias dependentes.

Este caminho de investigação para a reconstituição dos ciclos capitalistas traduz passos baseados nas produções e pesquisas de Marini e Osorio, mas deixam de lado toda a forma pela qual os autores conseguem reconstituir, a partir deste âmbito objetivo das sociedades capitalistas, sua superestrutura societária. Ou seja, a proposta original dá conta dos rebatimentos dos ciclos capitalistas vigentes sobre as classes sociais e seus arranjos políticos necessários à reprodução de determinado *padrão*. Neste sentido, a proposta é, ambiciosamente, totalizante e propõe um método para cumprir-se. Dentro dos limites deste trabalho, no entanto, só trataremos muito lateralmente dos aspectos sociopolíticos do atual padrão. Este esforço se insere no caminho indicado por Souza Filho (2016) quando:

concentra seus esforços em decodificar de forma mais precisa o *momento econômico da dinâmica da acumulação capitalista*. Assim, ocupa-se, centralmente, da *dimensão objetiva do tema*, que se configura como o elemento estrutural por excelência, no qual age, constitutiva e permanentemente a dinâmica subjetiva das lutas de classes, do poder do Estado e de sua institucionalidade (SOUZA FILHO, 2016, p. 319-320).

Este trabalho concede, com isso, um enfoque parcial para a compreensão da totalidade do fenômeno. Mas, é preciso sinalizar, como Bambirra, que este recorte “só se justifica como momento da investigação que necessita em seguida ser integrado em uma perspectiva mais ampla e totalizadora” (BAMBIRRA, 1983, p.44).

3.2.2. O novo padrão exportador de especialização produtiva

A América Latina está, segundo Jaime Osorio, diante de um *novo padrão exportador de especialização produtiva* (OSORIO, 2012, p.33). Esta alteração deita raízes no bojo das profundas transformações econômicas mundiais que, como vimos, a crise de fins dos anos setenta do século XX, imprimiu. Diante da crise do antigo padrão e da nova divisão internacional do trabalho, esta é a forma particular em que se inscreve a readequação da economia latino-americana. O padrão atual, neste sentido, pôs fim ao anterior padrão industrial na América Latina, vigente entre as décadas de 1940 e 1970 do século passado²⁷. Efetivamente, a superação dos limites impostos pelo padrão anterior impunha, como dito acima, a suplantação da superexploração e o apoio da produção nacional sobre um mercado interno em expansão. A reconfiguração atual atesta, exatamente, o movimento oposto. Ou seja, as classes dominantes latino-americanas não estão dispostas a romper com a superexploração da força de trabalho. O novo padrão passa a se reorganizar, portanto, para assumir as exigências em matéria-prima colocadas pelo aumento da produtividade e da produção mundial deslocalizada. É este processo que induz a *desindustrialização* e *reprimarização* das economias latino-americanas, a partir dos anos 1980. Ao assumir as tarefas colocadas pela nova divisão internacional do trabalho, as economias dependentes regressam, neste sentido, ao patamar de fornecedoras de matéria-prima em troca de produtos manufaturados estrangeiros (MARINI, 2000).

Além disso, para Carlos Moreira e Emmanuel Sebag, este processo contempla, após os ajustes neoliberais, a priorização, por parte das empresas estrangeiras, de estratégias de valorização baseadas, centralmente, em lógicas financeiras. Este movimento, ao aprofundar transações de natureza patrimonial e de valorização fictícia, transforma as estratégias de produção e as modalidades de implantação das multinacionais no país, implicando o seu desengajamento produtivo e impactando, decisivamente, sobre a *desindustrialização* vigente (MOREIRA e SEBAG, 2014, p. 92). Com efeito, os autores retomam dois fatores cruciais para a transformação brasileira em plataforma de valorização financeira na década de 1990. O primeiro diz respeito àquela consolidação da abertura financeira e comercial e das rígidas

²⁷ Este processo é, justamente, o responsável pela chamada desindustrialização das economias que detinham certo parque industrial na América Latina. Isto não significa, no entanto, que o setor industrial desaparece no continente, quer dizer, apenas, que a indústria não é mais o eixo organizador das sociedades nacionais e dos padrões de reprodução do capital. Neste caso, o setor industrial subordina-se, portanto, a outros eixos dinâmicos vigentes.

políticas monetária e fiscal, que vimos anteriormente, enquanto o outro ponto, também presente acima, se refere àquelas reformas estruturais do sistema financeiro, necessárias à construção das condições para os lucros exorbitantes desta fração do capital desde então.

É no bojo deste processo que a sustentação de juros elevados e de câmbio apreciado incide, decisiva e negativamente, sobre a inserção competitiva internacional da produção industrial brasileira e impele a *reprimarização* da pauta exportadora nacional, segundo os autores. Chega-se, assim, atualmente, pelos dados apresentados no artigo, a um aumento significativo da participação dos produtos básicos nas exportações totais que passou de 28,9% em 2003 para 47% em 2012. Isto implica, combinado aos atrativos juros altos, em abundância de moeda estrangeira no país, portanto, em alta da moeda nacional e, novamente, em desfavorecimento da indústria brasileira e *reprimarização*. De fato, a participação do setor manufatureiro nas exportações regrediu de 54,3% para 37,2% no mesmo período.

A consolidação do novo padrão conforma, justamente, uma nova centralidade dos traços exportadores das economias latino-americanas, cujas mercadorias centrais são, fundamentalmente, primárias. Como vimos, esta é uma característica estrutural e, portanto, recorrente dos padrões de reprodução no continente. O interregno do padrão industrial vigente, nas décadas de 1950 a 1970, na realidade, não reverteu tal tendência e a configuração atual reaproxima, com suas devidas e importantes diferenciações, as economias latino-americanas daqueles padrões exportadores agro-mineiros, presentes no continente desde meados do século XIX até o início do século XX. Estaríamos, assim, imersos em “nuevas formas de organización reproductiva que reeditan, bajo nuevas condiciones, los viejos signos de la dependencia y del subdesarrollo”. (OSORIO, 2012, p. 32).

Com efeito, o autor sustenta, empiricamente, este processo, primeiro, apresentando o importante crescimento das exportações latino-americanas como fator de explicitação da condição exportadora deste novo padrão. Os dados demonstram um salto impressionante do valor total das exportações, entre 1980 e 2008, quando foram, aproximadamente, de 76 milhões para 985 milhões de dólares. Esta tendência supera, aliás, o crescimento anual das exportações de bens e serviços, entre 1994 e 2006, no mundo (7,1%) e nos países centrais (5,9%) – a América Latina viu suas exportações crescer 7,4% no mesmo período, ficando atrás, apenas, de China e Índia. Fica claro, com isso, que os principais mercados da nova forma de reprodução do capital se encontram, fundamentalmente, no exterior.

Outra característica central deste padrão, segundo Osorio, é o destacado papel que o grande capital estrangeiro e nacional joga nestas economias. Segundo o autor:

La masiva venta de empresas públicas llevadas a cabo entre la década de los ochenta y de los noventa y la centralización favorecida por el quiebre o debilitamiento de empresas privadas locales, tanto por el retiro de apoyos estatales a la industrialización, como por la crisis de los ochentas, permitió, el fortalecimiento de grandes capitales nacionales, así como de grandes capitales extranjeros. Estos capitales privados, nacionales y extranjeros, junto a un reducido pero poderoso grupo de estatales, constituyen los principales dinamizadores del nuevo patrón exportador en marcha (*op. cit.*, p.35).

Por outro lado, o caráter especializador da estrutura produtiva deste padrão – indicado pela denominação *especialização produtiva* – repousa sobre a priorização de eixos específicos cujas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. A especialização, neste sentido, opõe-se às tendências diversificadoras possíveis e necessárias às economias locais (*op. cit.*, p.37). Ou seja, as economias latino-americanas restringem-se à especialização em ramos determinados como a produção de petróleo, de soja, a extração de minérios ou a montagem automotriz. Osorio explicita o crescimento da importância dos dez principais produtos de exportação sobre o total das exportações que passam de 25,2%, em 1995, a 35,1%, em 2008, indicativo da *especialização produtiva*.

Por outro lado, o peso de produtos provenientes da mineração, da agricultura e de setores industriais secundários – cuja incorporação tecnológica e de processos industriais complexos é débil – como a montagem de automóveis e *maquiladoras* assinala, definitivamente, que a região segue sendo um grande abastecedor de matérias primas e alimentos para o mercado mundial. Estas mercadorias estão, na verdade, centralmente, impulsionadas por suas vantagens naturais encontradas no continente e, de certa forma, reeditam, sob novas condições, dinâmicas de enclaves na região. Ou seja, os eixos prioritários das economias regionais configuram-se como setores estreitos e dinâmicos que não estabelecem relação orgânica com o restante da estrutura produtiva local, mas que atuam, intimamente, ligados ao exterior. Para o autor:

Estos nuevos enclaves constituyen segmentos de grandes cadenas productivas globales bajo dirección del capital transnacional, que ya no obedecen a proyectos nacionales de desarrollo, siendo el capital mundial, por el contrario, el que define qué nichos privilegiar e impulsar en economías específicas (*op.cit.*, p.38).

A grande variedade de particularidades nacionais, na região, no entanto, obriga certas mediações a serem, devidamente, estudadas. Ao apontar sua análise para esta diversidade de situações no novo padrão, Osorio traz elementos importantes para uma caracterização da situação brasileira. Primeiro, confirma um incremento significativo do valor das exportações

brasileiras, desde 1980, que passa de, aproximadamente, 20 milhões de dólares a cerca de 230 milhões, em 2008, com um salto emblemático entre 2001 e 2005 – de 67 milhões para 134 milhões de dólares, aproximadamente. A participação deste setor no PIB brasileiro acompanha este aumento entre 1990 e 1998, mas passa de, apenas, 7,1% para 8,6% – peso, relativamente, pequeno quando comparado com os 33,8% chilenos ou os 32,1% mexicanos. Nesse sentido, o grau da condição exportadora brasileira parece se diferenciar do restante do continente. Diante de cifras percentuais tão baixas, caberia incorporar uma pergunta aos trabalhos referente à possibilidade de um setor tão estreito da economia nacional dinamizá-la por inteiro. Ou seja, caberia, assim, provar que o Brasil se configura como uma economia, centralmente, exportadora e que, portanto, a produção nacional que não se destina aos mercados estrangeiros gira em torno dos eixos exportadores e/ou depende dos mesmos para existirem e se reproduzirem.

Em relação aos valores-de-uso, prioritariamente, exportados, pelo Brasil, percebe-se um aumento do peso de mercadorias primárias ou com pequenas intervenções industriais. De fato, se juntadas, estas duas categorias – primárias e com pequenas intervenções industriais – chegam a totalizar, 44,5%, entre 2000 e 2002, chegando a 53,4%, entre 2007 e 2009. No que tange às manufaturas com alta, média e baixa tecnologia, estas baixam sua participação nas exportações de 47,1% para 39,1%, entre os mesmos períodos e, assim mesmo, nesta categoria predominariam, segundo Osorio, processos de montagem. Mas a *especialização* fica, ainda, mais clara se levarmos em conta que os cinco produtos mais importantes da pauta de exportação brasileira, desde 2009, nunca significam menos do que 40% das mesmas e, no exemplo de 2016, são, todos, produtos primários – produtos relacionados à soja, às carnes, o minério de ferro, o açúcar e os óleos brutos do petróleo.

Esta constatação importa ao retomarmos o tema da dependência científico-tecnológica. Com efeito, nota-se com facilidade, nestes termos, que o desenvolvimento de ciência e tecnologia não precisa ser uma prioridade das grandes burguesias latino-americanas. Em outras palavras, o padrão exportador de especialização produtiva não exige investimentos consideráveis nestas áreas e, mesmo nos setores em que esta exigência existe, a mesma é sanada pelo recurso ao capital estrangeiro. Neste sentido, a dependência que se verifica neste campo está, centralmente, ligada aos altíssimos lucros provenientes do atual padrão, sem a menor necessidade de se mudar o patamar científico-tecnológico atual.

O êxito do setor exportador brasileiro explica-se, por sua vez, pela presença de uma grande demanda mundial pelos valores-de-uso produzidos e na rápida resposta desta economia a tal demanda, elevando a oferta destes produtos (*op. cit.*, p.44). Em tabela

apresentada, realmente, observa-se o aumento significativo de todos os produtos estudados no período. O óleo de soja, por exemplo, entre 2001 e 2008, tem uma valorização que supera os 350%, enquanto a própria soja e o minério de ferro, no mesmo período, têm seus preços aumentados em quase 230% e mais de 460%, respectivamente. Isto, sem dúvidas, remunerou de forma abundante os grandes capitais locais e estrangeiros que dão vida ao novo padrão bem como permitiu, no Brasil, o aumento do salário-mínimo e a ampliação das políticas sociais vigentes no último período. Contudo, essa dinâmica não impediu uma brutal concentração de riquezas e enorme desigualdade social.

Os mercados exteriores do novo padrão, de sua parte, destacam-se, se comparados ao restante da região, pela diversificação sobre os quais se apoia a realização brasileira. Neste atributo é que parece se localizar o suporte econômico para uma maior autonomia do Brasil em relação aos Estados Unidos no que diz respeito à política comercial externa e seu apoio a propostas de integração regional. De fato, os mercados das exportações brasileiras, em 2000, segundo Osorio, se equilibram em, praticamente, três quartos (3/4) iguais para América Latina, Estados Unidos e União Europeia, enquanto a situação, em 2007, favorece o mercado asiático (18%), em geral, e chinês (10%), em especial, em detrimento do mercado estadunidense (15%).

Há, contudo, um importante paradoxo do padrão atual: seu êxito exportador corresponde ao deterioro das condições de vida das classes trabalhadoras latino-americanas. Para o autor, isto se assenta sobre características estruturais das sociedades da região que vimos anteriormente e que o padrão reproduz. Por um lado, os mercados consumidores das mercadorias-chave deste padrão não dependem da capacidade de consumo dos produtores destas mercadorias. Como vimos, o mercado dos assalariados locais não constitui destino relevante para esta produção, já que os mercados priorizados se encontram no estrangeiro. Desenha-se, assim, uma situação em que a estrutura produtiva local distancia-se das necessidades das maiorias brasileiras. Por outro lado, a capacidade competitiva deste padrão nos mercados externos depende, fundamentalmente, da possibilidade de o capital que opera na América Latina rebaixar o valor da força de trabalho (OSORIO, 2012, p.50). Nas palavras de Jaime Osorio:

El deterioro de los salarios y en general de las condiciones laborales apunta así al centro de la dinámica y reproducción del nuevo patrón exportador. Al igual que en la segunda mitad del siglo XIX e inicios del XX, el gran capital que opera en la región está más preocupado por el nivel de vida de la población de los mercado hacia donde exporta, y del poder de consumo de los trabajadores que allí se encuentran, que de la población asalariada local. Para dicho capital, los trabajadores locales

importan más como productores que como consumidores (OSORIO, 2012, p.2012).

Uma primeira série histórica, apresentada pelo autor, é emblemática. Apesar do ano-base (1982) do índice (100) se localizar em plena *década perdida* – ou seja, em momento de radical investida contra os salários das classes trabalhadoras –, o que se distingue, no caso brasileiro, é uma grande dificuldade para alcançar, 16 anos mais tarde, o nível de remuneração do ano-base: 100 em 1982, 96 em 1985, 75 em 1990, 87 em 1995 e 102 em 1998. Chega-se, ainda, a proporção de quase um sexto (15,4%) do total de trabalhadores brasileiros, em 2007, a receberem até dois dólares por dia, segundo tabela disponibilizada por Osorio, a despeito do descenso deste percentual que atingia 30,5 em 1992. Finalmente, a pobreza relativa identifica-se pela queda da participação dos salários no PIB brasileiro que se, em 1990, representavam 53,5% do PIB, em 2004, estes alcançam, somente, 42,9% em tendência de baixa constante, aproximando-se dos níveis de 1970 (40,7%), há três décadas. Enquanto, em 2007, a população ocupada com jornada superior a 44 horas significa 35,5%.

Estamos, portanto, segundo Osorio, diante de um cenário em que a forma de reprodução capitalista tende, estruturalmente, a avançar, brutalmente, sobre o fundo de consumo dos trabalhadores, impedindo as maiorias de garantirem níveis aceitáveis de consumo. Neste sentido, a pobreza, nas atuais condições, não seria atributo de desempregados, mas atualmente, se pode, efetivamente, contar com um emprego e ser, assim mesmo, pobre (OSORIO, 2012, p.55-56). A desigualdade social é, com isso, um traço estrutural do atual padrão em marcha que vêm se acentuando nas últimas décadas constantemente. Osorio observa que a parcela recebida pelos 10% mais pobres da sociedade brasileira diminuiu de 1,1% em 1990 para 0,8 em 2008, enquanto a parcela dos 10% mais ricos passou de 41,8% para 48,7% no mesmo período. A contrapartida deste processo seria a constituição de um pequeno, mas poderoso, mercado interno em que participariam esta última parcela da população brasileira que vive, basicamente, da extração de mais-valia, renda e altos salários, alimentados pela transferência de recursos do fundo de consumo dos trabalhadores para sua remuneração.

Moreira e Sebag, em artigo já citado, apresentam, entretanto, uma divergência com esta formulação, advinda da concepção de um mercado interno que se conformaria como elemento dinâmico da reprodução atual do capital no país. Para os mesmos,

É preciso desfazer a tese de que o movimento de reprimarização se constitui porque prescinde do mercado interno. O que se observa no Brasil é exatamente o oposto. O mercado interno ganha relevância para a reprodução do capital concomitantemente ao processo de reprimarização. Neste período pode-se observar uma política de

valorização do salário mínimo, uma ampliação do emprego formal e uma ampliação do crédito à pessoa física (MOREIRA e SEBAG, 2014, p.96).

Longe de representar uma defesa acrítica de um novo ciclo de desenvolvimento autônomo, os autores buscam, apenas, explicitar a incorporação dos trabalhadores brasileiros na realização da produção capitalista em nível mundial e na dinâmica financeira global. Isto ficaria evidente pela crescente capacidade deste setor de adquirir bens duráveis através do acesso ao crédito.

Para os autores, um claro indicativo desta tendência passa pela evolução positiva sustentada pelo emprego formal, no Brasil, desde 2003, mesmo em plena crise de 2008. Este é um dado que traria fôlego à tese, já que sustenta no emprego formal e, portanto, na garantia do salário mensal, o acesso a linhas de crédito para o consumo das classes trabalhadoras. Por outro lado, este processo coincide, segundo os autores, com uma política de valorização do salário mínimo que traria outro forte indício da possibilidade de uma centralidade do mercado interno como espaço de realização da modalidade reprodutiva atual. Segundo os mesmos, o ganho real de mais de 70%, no período compreendido entre 2002 e 2013, afirma uma ascensão do poder de compra do trabalhador e do mercado interno.

Neste sentido, percebe-se que o período estudado pelos autores transparece a possibilidade que a conjuntura de crescimento econômico e de baixa inflação criou para a ampliação da participação da classe trabalhadora no mercado interno. Esta ampliação estaria, no entanto, intimamente, ligada ao aumento do crédito para estes setores. Dinâmica que, por sua vez, assenta-se nas recentes transformações produtivas mundiais, numa maior integração brasileira aos circuitos financeiros e produtivos mundiais e permitindo a necessária absorção da crescente produção de mercadorias pelas classes trabalhadoras.

Para os autores, encontra-se no aumento vertiginoso do crédito, daquele período, o ponto fundamental da dinâmica de ampliação do mercado interno brasileiro. Segundo os mesmos, as operações de crédito do sistema financeiro brasileiro saltaram da ordem de 100 bilhões para, aproximadamente, 700 bilhões, de 2002 a 2012. Ou seja, seria uma rápida ampliação reveladora da nova política econômica brasileira, voltada, exatamente, para o consumo de massas e que evidenciaria a centralidade do mercado interno como espaço de realização. Esta centralidade, aliás, não competiria com a reprimarização da pauta exportadora brasileira, já que um movimento não excluiria, necessariamente, o outro.

Outro elemento importante que as considerações propostas trazem, influi sobre a conformação da oferta para o mercado interno brasileiro. De fato, a aceleração da procura por mercadorias no mercado interno cria, pela incapacidade produtiva nacional, um descompasso

entre oferta e demanda. Este processo, segundo os autores, é sanado por um novo protagonismo do capital estrangeiro que, segundo os autores, cria novas estratégias de investimentos diretos na economia nacional e termina por enquadrar, definitivamente, o Brasil como mercado emergente na lógica do capitalismo financeiro global (*op. cit.*, p.101).

Realmente, percebe-se um incremento do investimento estrangeiro direto no país, nos últimos anos, que aumentou 37,4%, por exemplo, de 2010 para 2011, e que expressa, fundamentalmente, a busca por opções rentáveis por parte de capitais estrangeiros, sendo a aposta a sua valorização no mercado interno brasileiro, segundo Moreira e Sebag. O capital estrangeiro, no entanto, ao se instalar na economia nacional assume uma lógica coerente com sua dinâmica global financeirizada, subordinando a dimensão produtiva a critérios puramente financeiros e de curto prazo. Neste sentido, predomina, no país, o desengajamento produtivo das filiais e a prevalência de suas atividades comerciais e financeiras. Ou seja, “as filiais engajam-se numa lógica de produção mínima e de importação, acentuando a transferência interna de excedente em direção a outras unidades do mesmo grupo que exercem funções mais estratégicas em termos de criação de riqueza” (Moreira, 2003).

Este nos parece ser um ponto fundamental. Esta dinâmica conduz ao abastecimento do mercado interno, sobretudo, através da importação. Com efeito, os autores indicam que, por exemplo, no setor automobilístico, as compras internacionais assinalaram alta de 650% entre 2005 e 2010 e que 45,8% do crescimento do mercado interno em 2010 foi atendido pelas importações, ou seja, quase a metade do total. Em contrapartida, a produção nacional assinalou um incremento bem mais modesto comparativamente às compras internacionais: 75% entre 2005 e 2010 (MOREIRA e SEBAG, 2014, p.103). Segundo os mesmos, o caso da indústria automobilista é emblemático do processo de internacionalização produtiva, no Brasil, e demonstra como o papel das multinacionais, na economia nacional, restringe-se no campo produtivo e concentra-se em fases posteriores de seu ciclo. Chegamos, assim, a concluir que se:

[...] a reprodução do capital estrangeiro está igualmente associada ao crescimento do consumo doméstico. [E] As filiais das empresas multinacionais do setor industrial e de serviços beneficiam-se substancialmente da ampliação do mercado interno. Isto não implica a realização de grandes investimentos na expansão da capacidade produtiva.

Na verdade, o dinamismo do mercado consumidor, no contexto regime de acumulação de dominância financeira, acaba valorizando as atividades comerciais e financeiras das empresas estrangeiras em detrimento das atividades produtivas. Portanto não se pode associar o desengajamento produtivo do capital estrangeiro à ausência de um mercado consumidor assalariado dinâmico e à consolidação de uma base primária exportadora. O duplo movimento de desindustrialização/reprimarização no caso brasileiro não se enquadra no padrão

exportador de especialização produtiva. Na verdade, é um reflexo a subordinação do país a lógica financeira do capitalismo contemporâneo (*op. cit.*, p.104).

Neste sentido, haverá que se ponderar as afirmações em relação ao mercado interno. À primeira vista, parece-nos que as duas teses não são, como querem Moreira e Sebag, completamente, excludentes. Por um lado, estes afirmam um mercado interno como elemento dinâmico da economia brasileira que, devido ao desengajamento produtivo das multinacionais na lógica financeirizada atual do capitalismo global, depende, fundamentalmente, das importações para suprir sua demanda. No entanto, o que aparece é, obviamente, a dependência que as importações têm em relação às divisas existentes para sua compra no mercado internacional. As principais fontes de divisas possíveis estão ligadas aos altos juros, às exportações, às privatizações, aos empréstimos e à produção nacional. Nos parece que o que vimos ao longo deste trabalho nos permite afirmar que todas estas fontes estão submetidas às transferências de seus excedentes para as economias centrais através de diversas modalidades de remuneração do capital estrangeiro. Se, naquele momento em que os autores escreviam seu artigo, a economia brasileira conseguia dividir o excedente gerado entre todas às frações de classe que o reivindicavam e, ainda, conseguia importar para o mercado interno é, centralmente, por uma conjuntura, relativamente, favorável. Resta claro que o excedente disponível, no país, não tem como prioridade a ampliação e o sustento de um mercado interno vigoroso. Não está, contudo, descartada a possibilidade de um mercado interno, conjunturalmente, dinâmico, assim como, conjunturalmente, no mesmo período, permitiu-se o arrefecimento da superexploração. O tema é que, em termos estruturais, este não tem capacidade para dinamizar a economia nacional. Em outras palavras, estamos reafirmando a hipótese, segundo a qual o mercado interno pode ser, momentaneamente, dinâmico em uma economia dependente, por diversos fatores, sem, com isso, configurar um elemento dinamizador da mesma.

Sob outro vértice, é preciso, também, explicitar que o produtor segue não sendo consumidor das mercadorias que produz, mas de mercadorias produzidas em outras economias e, portanto, permanece a possibilidade de ser, com efeito, superexplorado. Como vimos, aliás, o próprio crédito configura uma modalidade de superexploração, no período atual, ao expropriar, financeiramente, os rendimentos do trabalho. Por fim, complementaríamos o anterior, indicando que as possibilidades de ampliação da participação das classes trabalhadoras no mercado interno – diminuição do desemprego, aumento do emprego formal, aumento do salário-mínimo e acesso ao crédito –, nos parecem, primeiro, elementos conjunturais ligados a uma política econômica – o que se distingue, por sua

superficialidade, do padrão em si, como indicado por Osorio (2014b) – assentada na conjuntura comercial internacional favorável para o Brasil daquele momento e pelo excesso de capitais financeiros estrangeiros ávidos por destinos lucrativos. E, de outra parte, o produto de certa distribuição possibilitada pela sucção regional do excedente por parte do subimperialismo brasileiro. Isto, portanto, não justificaria a superação da cisão entre esferas de consumo, indicada por Marini (2005a), mas indica a possibilidade de tendências conjunturais ao arrefecimento da superexploração da força de trabalho em conjunturas favoráveis. O período desfavorável atual, contudo, parece confirmar a tese de uma tendência conjuntural, em voga naquele momento, ligada mais à política econômica do que, de fato, a um traço do padrão atual de reprodução do capital. A agenda atual do governo golpista aponta mesmo para o aprofundamento daquela cisão indicada por Marini e da retomada em tempos de crise de um padrão de acumulação assentado na mais brutal superexploração.

3.2.3. O minério de ferro: um esboço para a reconstituição do ciclo de acumulação e reprodução de um eixo prioritário da economia brasileira

A título ilustrativo, tomemos o minério de ferro e tentemos reconstituir seu ciclo de acumulação e reprodução do capital²⁸. Poderíamos fazê-lo com a soja, algum ramo das carnes, do petróleo ou mesmo com a indústria automobilística, por exemplo. A escolha desta mercadoria foi mediada pelo contato com trabalhos sérios e completos sobre o assunto, pela pressa e pela importância que a mineração tem em Minas Gerais. Pois bem. Posto isso, sua escalada nos rankings das exportações brasileiras está, centralmente, ligada à recente demanda chinesa no mercado mundial – demanda que, ao ser, rapidamente, respondida, levou o Brasil ao lugar de terceiro maior explorador da *commoditie*, em 2011, atrás, somente, da própria China e da Austrália e a segundo exportador mundial, atrás, também, da Austrália. Esta atividade se beneficia, largamente, da qualidade do minério brasileiro – segundo Cilo (2012), o índice de concentração de ferro nas jazidas brasileiras chega a 68% contra uma média

²⁸ A análise que segue foi, em grande medida, embasada no artigo de Bruno Milanez (2013), *A Rede Global de Produção (RGP) de Minério de Ferro: empresas, Estado e agentes de contestação*. Este se vale, também, de dois importantes estudos que, de seu modo, nos ajudaram. Trata-se do projeto de assistência técnica de Luiz Felipe Quaresma, *Perfil da mineração de ferro* (2009) e do *Estudo prospectivo do setor siderúrgico* de José Murilo Mourão (2008). Seus marcos teóricos, no entanto, são bastante distintos do nosso e, por isso, tivemos que adequar os dados ali colhidos. Isto os exime, portanto, de qualquer erro presente neste texto. Esta menção serve, também, para não ficarmos repetindo as citações aos três trabalhos ao longo desta seção.

mundial que varia entre 55% e 62% – e das amplas reservas disponíveis no país – só perdemos, de novo, para a Austrália (INTERNATIONAL TRADE CENTER, 2013). A mineração de ferro, no Brasil, está, altamente, concentrada em Minas Gerais – responsável por 69% da produção nacional – e no Pará (29%) (DNPM, 2010) e leva a intensos reordenamentos espaciais, nos termos de Harvey (2004), pelo eixo econômico.

Para a investigação da primeira fase de circulação do minério de ferro, infelizmente, escasseiam dados referentes a composição do capital que financia o setor. No entanto, se tomarmos sua principal empresa – a Vale, responsável por mais de 80% da produção – é possível, precariamente, estipulá-la, a partir da base acionária da mesma²⁹. Neste âmbito, equilibram-se o investimento estrangeiro (em torno de 49%) com o investimento nacional que se divide em uma parcela que se encontra em mãos do BNDES (próxima de 6%) e o restante com acionistas nacionais – é interessante notar o protagonismo dos fundos de pensão, nesta fatia. Nos parece importante sinalizar que o investimento estatal nesta área é crucial. Com efeito, para fins de logística, infraestrutura e gestão dos empreendimentos seria possível – com mais tempo – localizar vultosos direcionamentos do orçamento público, isenções fiscais, concessões de terra, de licenças ambientais e favorecimentos político-econômicos em, absolutamente, todos os níveis, seja este, portanto, municipal, em municípios mineradores, estadual ou nacional.

Ainda na etapa inicial, apesar de já se configurar como uma etapa da produção por corporificar, materialmente, aquele dinheiro da fase inicial, importam os custosos processos de prospecção do solo. Ou seja, esta primeira movimentação de pesquisa para a identificação, dimensionamento e caracterização das jazidas minerais. Nesta fase exploratória envolvem-se, centralmente, pequenas empresas terceirizadas e as próprias mineradoras que desenvolveram, recentemente, capacidade própria de prospecção. Com efeito, a principal empresa estatal de prospecção – a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – passou por um largo processo de sucateamento que não lhe confere mais papel relevante neste cenário (MILANEZ, 2013).

A fase de produção, propriamente, dita corresponde ao momento de extração do minério em minas a céu aberto e conforma um procedimento, altamente, predatório. Primeiro, do ponto de vista, da natureza que sofre danos irreparáveis decorrente da explosão de montanhas inteiras, dos rejeitos gerados no processo e das características do ordenamento socioespacial minerador. Por outro lado, da perspectiva da força de trabalho envolvida, esta se caracteriza pela intensidade do trabalho, pela precariedade em termos de regime laboral – as

²⁹ A mesma se encontra em: <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/company/shareholding-structure/Paginas/default.aspx>.

terceirizações predominam no setor – e pela baixa absorção do setor em mão-de-obra. Com efeito, grande parte da contratação da força de trabalho se dá, temporariamente, no momento de implantação das minas e tudo indica uma brutal superexploração da mesma durante a produção (COELHO, 2017).

Quanto aos meios de produção (BERTASSO e CUNHA, 2013), no que diz respeito ao maquinário e equipamentos, é importante ressaltar que o Brasil investe pouco por metro quadrado na mineração. Ou seja, se comparado, por exemplo, à Rússia, China, Estados Unidos, Austrália, e Canadá, nosso país só investe mais que o primeiro em relação à área explorada. Se as condições geológicas favoráveis, no Brasil, podem explicar parte do fenômeno, não há dúvidas que a possibilidade que a superexploração oferece deve favorecer o menor investimento na produtividade do trabalho. A proveniência das máquinas e equipamentos, no setor, é, fundamentalmente, estrangeira, contando aí com a participação direta das empresas estrangeiras em serviços de engenharia e consultoria especializada e com a formação profissional em universidades fora do país. A inserção tecnológica no setor, neste sentido, está, essencialmente, ligada à importação estrangeira das mesmas. Neste âmbito, há, de fato, um claro distanciamento universitário do desenvolvimento tecnológico para o ramo, assim como, uma histórica desagregação do empresariado nacional ligado a esta esfera (Chaves e Chierigati, 2002). A segunda fase da produção se refere ao beneficiamento, ou seja, na separação – e, por vezes, readensamento – do minério de ferro do restante do material extraído. Este momento, normalmente, está ligado, também, às mineradoras, se dá próximo às dependências da própria mina e é de baixíssimo custo, dada a qualidade do minério brasileiro. Consiste, no Brasil, principalmente, na britagem – de elevado consumo energético e baixa eficiência operacional – e na lavagem simples para redução de impurezas (MILANEZ, 2013).

O segundo momento da circulação envolve, primeiro, uma ampla atividade logística, intimamente, conectada à mineração (MILANEZ, 2013). Pelas características desta mercadoria e do grande volume envolvido na comercialização da mesma, seu transporte depende de modais de grande capacidade. Este é um fator central dos ordenamentos socioespaciais, pois grande parte dos custos do minério de ferro estão relacionadas a este âmbito. O transporte rodoviário, portanto, é inviável e, historicamente, a mineração tem um vínculo importante, por terra, com as vias férreas e, quando se trata do comércio internacional, com o transporte marítimo mineral. Para se ter uma dimensão da importância da mineração na atividade ferroviária brasileira basta sinalizar que, em 2012, o transporte de minério de ferro e de carvão mineral foi responsável por 76% do total de carga transportada no país (VILAÇA, 2013). Da mesma forma, o Estado brasileiro permite a

concessão de importantes estradas de ferro do país para empresas do setor mineral e, por outro lado, investe pesados recursos na construção de portos de escoamentos para viabilizar a comercialização da produção, nos quais os terminais de minério são específicos e, muitas vezes, controlados pelas próprias empresas mineradoras. No geral, os compradores internacionais se responsabilizam pelo transporte transoceânico, mas, pela importância destes custos para a formação dos preços do minério de ferro, grandes empresas mineradoras têm se aventurado nesta esfera, na tentativa de otimizar o momento. Entre os portos brasileiros aqueles que têm maior participação na exportação de minérios são o Porto de Tubarão, em Vitória/ES (Vale); Porto de Ubu, em Anchieta/ES (Samarco); Terminal de Itaguaí, no Rio de Janeiro/RJ (Vale); Ponta da Madeira, em São Luís/MA (Vale), Terminal de Ilha Guaíba, no Rio de Janeiro/RJ (Vale); Terminal de Granéis do Porto de Itaguaí, em Itaguaí/RJ (CSN); e Porto de Santana, em Santana/AP (Anglo Ferrous Amapá) (MILANEZ, 2013).

Por fim, o minério de ferro é, obviamente, um bem de capital e, portanto, depende da demanda da indústria siderúrgica, com as quais convergem importantes interesses político-econômicos, pelas *matérias-primas* ferro e aço. Isto parece importante, já que, em momento de *desindustrialização* do padrão de reprodução, cabe aos mercados internacionais o grosso da realização desta mercadoria. Para se ter ideia, em 2011, das 398 milhões de toneladas comercializadas, apenas 30% foram destinadas ao mercado interno – se tomarmos, o minério de ferro pelotizado à proporção de pelotas exportadas chega à 90% (DNPM, 2012). Os mercados se identificam, assim, primeiro, com as siderúrgicas de ferro-gusa nacionais, localizadas, principalmente em Minas Gerais, mas bastante pulverizadas num elevado número de empresas (MILANEZ, 2013). Estas siderúrgicas mineiras destinam 60% de sua produção para o mercado interno. Em segundo, este ferro-gusa pode ser encaminhado para as aciarias para ser transformado em aço, onde se concentram quatro grandes grupos – dois, altamente, internacionalizados e dois com caráter de grande empresa familiar (as privatizações da década de 1990 têm grande responsabilidade por esta configuração. Os mercados internacionais, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2013), do total de minério e pelotas exportados, em 2012, a China foi responsável pelo consumo de 52%, o Japão por 10%, a Coreia do Sul por 5% e os Países Baixos por 4%.

Em suma, o ciclo de reprodução do capital deste setor estratégico da economia brasileira encontra-se, em sua primeira fase de circulação, depende de grandes capitais privados, tanto estrangeiro, quanto nacionais e do Estado brasileiro. Em sua fase de produção, impera, praticamente, uma situação de monopólio da empresa Vale que concentra sua atividade extrativa nacional, principalmente, em Minas Gerais, mas, também, no Pará – um

estudo mais amplo deveria seguir a base internacional desta atividade como traço subimperialista desta multinacional brasileira. Importa o maquinário e o conhecimento ligado às tecnologias necessárias, atualmente, enquanto a força de trabalho superexplorada atua, intensamente, terceirizada em favor de baixos investimentos em equipamento de ponto. Esta mercadoria, em sua segunda fase de circulação, se realiza, centralmente, em mercados estrangeiros. A dependência com a demanda chinesa é flagrante, assim como, sua sujeição à deterioração de seus termos de troca – em 2011, no auge do preço desta *commodity*, o Brasil exportou, aproximadamente, 275 milhões de toneladas por 31 bilhões de dólares, já em 2016, as 345 milhões de toneladas do minério foram vendidas por menos de 12 bilhões de dólares. Situação à qual tem reagido aumentando sua produção para realizar mais quantidade de mercadoria. A importância da logística, para este setor, é decisiva pelas características da mercadoria e, para o transporte, monopoliza estradas de ferro e portos de escoamento. A concentração do excedente produzido e realizado é flagrante e decorre, centralmente, da situação de monopólio vigente no setor e de cumplicidade político-estatal. O legado socioeconômico do setor é, com isso, absolutamente, depredante, tanto do ponto, estritamente, econômico, em que os volumosos recursos estatais e privados, não se redistribuem com as frações trabalhadoras envolvidas. Do ponto de vista estratégico, o setor entregue pela privatização da Vale, em maio de 1997, não se movimenta no marco do fortalecimento de um projeto nacional dignificante para as maiorias do país. Pelo contrário, numa dinâmica, altamente, espoliativa, agudiza as contradições econômicas, sociopolíticas, ecológicas e culturais da sociedade dependente brasileira, conformando um alto grau de resistência organizada contra o modelo extrativista vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação percorreu um longo caminho para chegar ao último esboço da seção anterior e, na pressa própria dos prazos acadêmicos, tentamos descobrir o acúmulo existente no sentido de atualizar a teoria crítica, em geral, e a teoria marxista da dependência, em particular. Este percurso nos permitiu abrir novos horizontes e aprofundar temas caros e, nesta sessão, pretendemos iniciar um primeiro balanço do processo. Esperamos, com isso, abrir o debate necessário das teses contidas neste trabalho, assim como, explicitar suas insuficiências e possíveis caminhos futuros³⁰.

Começamos pela primeira sessão: a recuperação histórica e a contextualização da TMD. Em suma, há que se admitir que é uma reconstrução incompleta demais para as conclusões que chega. É preciso, com isso, assumir esta tarefa de maneira séria para cobrir lacunas recorrentes neste campo. A tese central do apartado nos parece clara. A formulação da TMD está, intimamente, ligada à vinculação orgânica de seus intelectuais com organizações da nova esquerda em uma conjuntura de acirramento da luta de classes na América Latina. Sua inserção, inicialmente, na Polop é que subsidiou as teses posteriores. É no seio destas organizações que surgem as teses que impulsionaram as análises posteriores. Mesmo André Gunder Frank, desde uma vinculação mais acadêmica – não academicista, é preciso sublinhar – se nutre destes debates e a experiência marxista de Marini é uma continuação deste percurso. O complemento disto implica o entendimento de que conjunturas de agudização das contradições societárias em que as esquerdas têm peso sociopolítico suficiente para apresentar projetos históricos alternativos ao capitalismo forjam, por sua vez, avanços ímpares no campo da produção de conhecimentos.

Pois bem. Dito isto, seria importante deixar claro que tal vinculação militante não é, obviamente, privilégio dos intelectuais da TMD. Ou seja, há milhares, senão milhões, de outras experiências teóricas exemplares desta organicidade, na América Latina, e uma narrativa abrangente seria um aporte fundamental à tese defendida. Na realidade, permitiria sair de uma falsa polêmica em que, nos parece, arrisca-se cair sobre quem seria, então, mais militante. Delimitado o campo da práxis militante, poderíamos indagar o fundamental: o que permite que certas análises sejam mais potentes que outras? Quais são as origens geo-históricas e sociopolíticas para este patamar de renovação da teoria social necessária aos

³⁰ Há inúmeros trabalhos que avançam nas veredas indicadas nas próximas páginas. Não os desconhecemos. Apenas, optamos por não os citar para que esta parte não se prolongue desnecessariamente.

saltos qualitativos? Do modo como a narrativa se apresenta a resposta dada é, ainda, unilateral demais para ser suficiente. Por outro lado, compreender melhor o oposto, também, é central. Uma reconstituição detalhada da reversão do acúmulo crítico existente, no Brasil, nos anos ditatoriais e neoliberais, é, absolutamente, urgente. Perguntas que nos instigam, particularmente, são: porque na reconstrução do campo crítico brasileiro – do qual o Serviço Social é uma expressão – não se retoma a TMD? Qual a razão para o recurso sistemático à fontes tão ecléticas – weberianas, keynesianas, foucaulteanas, entre tantas outras? Novamente, a tese do aniquilamento físico e do isolamento político não nos parece suficiente. Seria importante uma apreensão deste movimento que permitisse vislumbrar as interações contraditórias entre as distintas posições teórico-políticas em jogo, inclusive, no campo crítico, mas, principalmente, sua vinculação sócio-histórica concreta e os atores reais envolvidos, desde este complexo emaranhado de instituições estrangeiras e nacionais interessadas na hegemonia intelectual em disputa.

A segunda sessão deste capítulo nos permitiu entrever as potencialidades que a TMD pode trazer na análise das formações dependentes latino-americanas, a partir de seu arcabouço clássico. A chave está, desde então, na compreensão que tentamos explicitar da seguinte maneira: a unidade do sistema mundial é a acumulação capitalista que, para ser assegurada, lança mão de formas, geo-historicamente, particulares de reprodução. A inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, os mecanismos de transferência de valor e de superexploração da força de trabalho, o eixo exportador da economia, a cisão entre as esferas de consumo e o subimperialismo são expressões desta perspectiva basilar da TMD. Diante disto, é preciso reconhecer que a centralidade que Marini toma no seio da TMD não conseguiria justificar a referência, praticamente, unívoca na reconstituição do núcleo teórico do campo. Com efeito, incorreram, nesta jornada, outros intelectuais que deveriam aparecer mais efetivamente. Isto contribuiria, inclusive, para enriquecer o marco teórico com as categorias e análises pertinentes ao tema que ficaram de fora.

Além disso, a insistência e o rigor com que estes autores e estas autoras recorreram a Marx, encontra neste trabalho um grave desvio. Foi, de fato, desde o estudo sistemático dos clássicos que a TMD foi formulada e recuperar esta tradição é, absolutamente, inadiável. Mais do que tradição em seu sentido dogmático, é preciso tomá-la como um método criativo de investigação da realidade e a TMD nos parece um exemplo disto. A interpretação aberta dos clássicos provou, neste marco, sua fecundidade. Por fim, o estudo da TMD não nos leva só aos clássicos europeus, mas retoma um riquíssimo fio condutor: o do pensamento crítico latino-americano. Com efeito, resgatar Marini, por exemplo, somente, com Marx – ou seja,

sem o pensamento crítico do continente – seria tão preocupante quanto o oposto. Somos da opinião que a TMD só se compreende dentro das coordenadas de um acúmulo contraditório e coletivo sobre as razões da miséria latino-americana. Neste sentido, a explicitação daquelas influências mais ocultas pode encobrir contribuições centrais. Porque Mariátegui é, repetidamente, citado como precursor da TMD, por exemplo? Ou qual o peso da influência de Guerreiro Ramos? E, ainda, como contribuíram as obras de Eric Williams, Ramiro Guerra ou Sergio Bagú? São, apenas, algumas das questões, ainda, latentes.

O capítulo dois teve um caráter, marcadamente, exploratório. A partir das referências clássicas sobre o capitalismo contemporâneo, buscamos construir uma ideia daquilo que lhe é característico. Passamos a entender que as transformações substantivas, desde os anos 1970, justificam a periodização e, no fundo, conformamos, na primeira sessão, essencialmente, a seguinte concepção do processo: as dificuldades de valorização produtiva do capital levou à explosão financeira contemporânea. No entanto, este não foi um processo automático, nem autônomo. Pelo contrário, envolveu, por um lado, complexos reordenamentos mundiais sob os auspícios da constituição de um novo padrão de acumulação da economia estadunidense para assegurar, fundamentalmente, que a *financeirização* viabilizasse as transferências de valor necessárias à economia central. Por outro, esta esteve apoiada sobre uma *reestruturação produtiva* que, baseada na generalização da superexploração no mundo, funcionou como contra tendência contemporânea à queda tendencial da taxa de lucros. Na sessão seguinte, quisemos vincular esta análise à ideia de uma nova fase do imperialismo e, com isso, encontramos traços distintivos centrais deste imperialismo contemporâneo. Sua espacialização e *financeirização* permitiu concebê-lo como (re)organização contínua de ordenamentos socioespaciais e articulação permanente entre acumulação ampliada e originária em seu caráter, intrinsecamente, espoliador. Sua nova feição facilita a constatação da capacidade solitária, atual, dos Estados Unidos de articular um conjunto de Estados nacionais que passam a se responsabilizar pela viabilização das condições internas necessárias às coordenadas estadunidenses.

Esta parte carece, no entanto, da recuperação do debate clássico sobre o imperialismo. Isto provocou certas inseguranças e incompreensões em âmbitos decisivos do tema. Por exemplo, qual a ligação histórico-concreta do imperialismo com o capitalismo dos monopólios? Ou seja, definitivamente, qual a articulação possível entre as análises do capitalismo contemporâneo e do novo imperialismo? Seria o capitalismo contemporâneo uma nova fase do imperialismo, na medida em que, nos termos leninianos, o imperialismo é a fase monopólica do capitalismo e que esta fase ainda não foi superada? Ou, então, estaríamos mais

próximos, como para Hilferding e Bukharin, do imperialismo como a superestrutura do capitalismo monopolista contemporâneo? Nos parece que a ausência de Ernest Mandel, assim como, de outras referências importantes do campo como Ellen Wood e Samir Amin, por exemplo, contribui, também, para estas confusões teóricas. Além disso, falta, como no capítulo anterior, o aporte marxiano. Com efeito, as contribuições do livro III de *O Capital* seriam valiosas neste momento para tratar, adequada e principalmente, a conformação do sistema de crédito, o capital a juros e o capital fictício. Por fim, pensamos que a tarefa pendente se resume, em suma, à conformação totalizante da unidade geo-histórica entre *financeirização e reestruturação produtiva* num novo padrão mundial de acumulação do capital. Em outras palavras, o desafio teórico está na combinação contraditória entre capital financeiro, revolução tecnológica, deslocalização, composição orgânica do capital, reorganização da gestão produtiva, superexploração mundial da força de trabalho e agudização das transferências de valor para as economias centrais. Mesmo se isto se esboça, neste capítulo, estamos, ainda, distantes de uma verdadeira unidade dialética destas esferas cruciais do capitalismo contemporâneo em seu padrão de reprodução como um todo.

O terceiro capítulo reconecta a América Latina ao capitalismo contemporâneo e o faz ao entender que à nova etapa do imperialismo corresponde uma nova fase da dependência. De fato, as transformações recentes impactam as economias periféricas, demandando novos papéis e imprimindo-lhes novas estruturas socioeconômicas. Assim como o amadurecimento do capitalismo, no pós-guerra dos anos 1950, gestou uma nova divisão internacional do trabalho, a financeirização e reestruturação produtiva do novo padrão mundial de acumulação de capital engendrou, também, sua divisão internacional do trabalho. Nestas coordenadas é que mudam os mecanismos próprios da dependência e reestrutura-se o padrão reprodutivo do capital vigente no continente. A consolidação de cadeias produtivas mundiais desintegra aquele padrão industrial anterior e chamam as economias locais para outras tarefas. *Desindustrialização, reprimarização* do eixo exportador, especialização produtiva, dependência científica, transferência financeirizada de valor para o centro e novo subimperialismo são, portanto, componentes do novo padrão exportador de especialização produtiva, característico deste novo lugar das economias latino-americanas no padrão mundial de acumulação capitalista.

As contribuições de Jaime Osório, neste sentido, confirmam o cenário latino-americano. Nos concentramos, então, mais detidamente, sobre o caso brasileiro e nos deparamos, centralmente, com dois questionamentos, ainda, por serem respondidos satisfatoriamente. O primeiro diz respeito à estreiteza do eixo exportador brasileiro em relação ao PIB nacional. Com efeito, este destoa das proporções presentes em outras economias

latino-americanas. A pergunta se traduz, portanto, da seguinte maneira: poderia um setor, aparentemente, tão pequeno dinamizar uma economia da envergadura da brasileira? Nossa intuição é que sim e que os setores secundários que o eixo exportador subordina são, na realidade, muito mais importantes do que o que aparece na medição do PIB. No entanto, esta é uma investigação que terá de ser feita posteriormente. O outro questionamento relevante adviera das teses de Carlos Moreira e Emmanuel Sebag. Para os mesmos, a cisão das esferas de consumo, própria de uma economia exportadora, que Osorio retoma de Marini – e que vimos, no capítulo I – excluiria a possibilidade de um mercado interno dinâmico. Esta tese, segundo os mesmos, contradiria o movimento de fortalecimento e de dinamismo atuais do mercado interno brasileiro. Nos esforçamos por esboçar uma resposta nos seguintes termos: o eixo exportador dinamizador da economia brasileira, não precisou, conjunturalmente, excluir um mercado interno brasileiro dinâmico. Entretanto, a viabilidade deste mercado interno esteve, na realidade, como os próprios autores indicam, ligada à disponibilidade de crédito familiar barato, um arrefecimento momentâneo da superexploração da força de trabalho brasileira e o recurso às divisas internacionais para a importação dos produtos destinados ao abastecimento do consumo interno. Uma vez a conjuntura favorável superada, já no final da década passada, distingue-se, perfeitamente, que o excedente nacional e o capital financeiro têm destino prioritário e que a agudização da superexploração é um mecanismo usual em tempos de crise – a austeridade fiscal vigente como política de Estado, as reformas trabalhista e previdenciária confirmam, grosso modo, esta tese. Ou seja, a conjuntura atual parece confirmar que o fortalecimento do mercado interno está fora dos planos hegemônicos para a economia brasileira. É possível, também, que, ao não distinguir o mercado interno entre consumo de bens-salários e bens suntuários, os autores não consigam caracterizar as classes consumidoras. Este elemento está contemplado em Osorio e Marini ao localizar uma pujante capacidade de consumo das classes burguesas nacionais, fruto da concentração de renda existente em níveis bárbaros na sociedade brasileira. Isto, no entanto, não responde ao fato, facilmente, observável no Brasil, atualmente, que setores populares tiveram certa participação no consumo de uma faixa de bens duráveis incomum até o momento. É outra pergunta que ficará pendente, mas que, ao que nos parece, urge por uma resposta adequada.

Por último, nos aventuramos numa sessão sobre um setor dinamizador da economia brasileira para, a partir da proposta metodológica do padrão de reprodução do capital, tentar reconstituir seu ciclo capitalista. Esta seção é, na realidade, um experimento. Apesar de ser, absolutamente, incompleta, a análise nos deu certa segurança de que o esquema proposto funciona para a investigação de esferas concretas da realidade. Não se pode, obviamente, tirar grandes conclusões deste momento de nosso texto, apenas vislumbrar as potencialidades de uma proposta que, se levada a cabo, apropriadamente, pode gerar frutos importantes. Fica, então, o desafio de aprofundar o exercício e ampliá-lo para lograr uma caracterização articulada mais totalizante e representativa dos movimentos reais da economia brasileira. Este seria um fundamento determinante para avançar na proposta do padrão e completar, portanto, este quadro com suas consequências sobre a conformação das classes sociais, no Brasil, os arranjos necessários para a constituição dos blocos no poder, atualmente, e seus impactos sobre o Estado e os regimes políticos vigentes.

No fundo, este é, exatamente, o objetivo de longo prazo que o resultado atual é,

somente, uma pequena contribuição. Quando começamos, estávamos interessados em compreender, profundamente, as razões do golpe em marcha, desde, pelo menos, 2015. Talvez isto não transpareça, imediatamente, mas os desdobramentos deste acontecimento recente, também, por isso, moveram os estudos aqui materializados. Nos parece que o desvelamento rigoroso dos processos que subjazem às movimentações recentes é uma das tarefas prementes. É preciso compreender, de uma vez por todas, as razões que levaram as esquerdas brasileiras à impotência e as condições que permitiram a ofensiva conservadora no país. Sem rodeios, é nossa responsabilidade impulsionar a autocrítica – inclusive, teórica – necessária para reconstruir um caminho, este sim, capaz de reverter o quadro vigente.

As fórmulas, ainda hoje, nas cúpulas petistas, no entanto, acusam, fundamentalmente, a traição e trabalham, arduamente, para, dentro dos limites do regime atual, restaurar o regime anterior. Em atitude similar aos golpeados de 1964, o golpe, muitas vezes, parece surgir como um *raio num céu azul*. Nesta versão, de fato, estava tudo bem até dar tudo errado e, não raro, uma vez restaurada a normalidade, em 2018, basta voltar a fazer o que já estava sendo feito. Nestes termos, a política desaparece, assim como a economia política do Brasil, aliás. Não parece haver mais disputas interna, nesta arena, em meio ao *melhorismo*: quem se oporia a um Brasil melhor? Nestas coordenadas, se é melhor, deve ser melhor para *todos*. Assim, os inimigos internos, de certa forma, desaparecem, já que não se trata de enfrentar frações que, na verdade, estão dentro dos arcos de aliança deste projeto.

É trágico, seguir bradando um *Brasil de todos*, dentro da institucionalidade vigente, após a definição unificada da burguesia por um caminho que passa por uma agressiva ofensiva contra os setores da esquerda organizada. No entanto, o mais grave segue sendo o que permite estas superficialidades em relação à análise da realidade brasileira. A reedição e grande aceitação de programas em que a burguesia industrial brasileira retoma um lugar progressista, no país, deve ser encarada de maneira séria, pois é preocupante. Nesta versão, a mesma confronta-se, suposta e justamente, ao rentismo e ao parasitismo do capital financeiro internacional, em luta contra a *desindustrialização*. Carrega, portanto, uma interpretação peculiar das transformações capitalistas contemporâneas. Por outro lado, a ausência de uma caracterização concreta do Estado, seu aparato e, portanto, dos limites da institucionalidade burguesa, também, arrasta largos e decisivos setores sociais numa direção que deve ser questionada criticamente. Em linhas gerais, são interrogantes pendentes para um balanço da estratégia do mais importante setor de esquerda do país. Sua confrontação merece, ao que nos parece, o tratamento adequado das particularidades da dependência brasileira para não seguir oferecendo falsas saídas, mas um horizonte condizente com a necessária dignidade e

soberania popular brasileira e latino-americana.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Marisa Silva. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2012.

AMARAL, Marisa Silva. Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo. *Pensata*, Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v. 3, p. 80-96, 2013.

_____. Lenin, el imperialismo como fase y reflexiones sobre el imperialismo hoy. *Cuadernos de Economía Crítica*, v. 6, p. 23, 2017.

AMIN, Samir. *La desconexión en tiempos de implosión del capitalismo global*. Entrevista por Irene León. 2012. Disponível em: <http://www.fedaeaps.org/alternativas/la-desconexion-en-tiempos-de>. Acessado em: 22 Agosto 2017.

ARUTO, Pietro; GOMES JÚNIOR, Evaldo. Padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva e a produção social do espaço nas regiões brasileiras. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, v. 20, p. 226-238, 2016a.

ARUTO, Pietro; GOMES JÚNIOR, Evaldo. Considerações sobre a apropriação de renda da terra agrícola nas economias dependentes: apontamentos para o Brasil. In: IX Jornadas de Economía Crítica e XI Colóquio de la Sepla, 2016, Córdoba. Anais de la IX Jornadas de Economía Crítica e XI Colóquio de la Sepla, 2016b.

BAGÚ, Sergio. *Economía de la Sociedad Colonial*. México: Grijalbo, 1992.

BAMBIRRA, Vania. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México: Ediciones Era, 1983.

BAMBIRRA, Vania. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BEIGEL, Fernanda. Academic Dependency. In: *GDN*, vol. 2, 2011.

_____. Centros y periferias en la circulación internacional del conocimiento. In: *Nueva Sociedad*, nº 245, mayo-junio de 2013.

_____. El nuevo carácter de la dependencia intelectual. In: *Cuestiones de Sociología*, Nº 14, 2016, UNLP-Argentina.

BERTASSO, Beatriz Freire; CUNHA, Adriana Marques da. *Segmento de máquinas e equipamentos para extração mineral*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia / Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), 2013.

BREDA, Diógenes Moura. Revolución científico-técnica y la nueva división internacional del trabajo: impactos sobre el capitalismo dependiente latinoamericano. Dissertação (mestrado), Universidad Nacional Autónoma de México, PósGrado em Estudios Latinoamericanos, México, 2015.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados – Revista de ciências sociais*, vol.25, nº 3, 1982.

CARCANHOLO, Reinaldo. *Sobre o conceito de mais-valia extra em Marx*. 2000. Disponível em: <http://www.calameo.com/read/000140749829ad8e81336>. Acessado em: 16 ago 2017.

CARCANHOLO, Reinaldo; SABADINI, Maurício de. Capital fictício e lucros fictícios. In: GOMES, Helder. (org.). *Especulação e lucros fictícios*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. As contradições do desenvolvimento associado. *Estudos CEBRAP*, nº 8, 1974. Disponível em:

http://cebrap.org.br/bibliotecavirtual/arquivos/as_tradicoes_do_desenvolvimento_e.pdf. Acessado em: 11 ago 2017.

_____. Notas sobre el estado actual de los estudios de la dependencia. In: *Problemas del subdesarrollo latinoamericano*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. *Estudos CEBRAP*, nº 23, 1979. Disponível em:

http://cebrap.org.br/bibliotecavirtual/arquivos/as_desventuras_da_dialetica_c.pdf. Acessado em: 11 ago 2017.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CECEÑA, Ana Esther; BARREDA, Andres. La producción estratégica como sustento de la hegemonía mundial. Aproximación metodológica. In: *Producción estratégica y hegemonía mundial*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1995.

CEPAL. *Estudio econômico de América Latina*. 1949. Disponível em:

repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1003/1949_es.pdf. Acessado em: 11 julho 2016.

CHAVES, Arthur Pinto; CHIEREGATI, Ana Carolina. *Estado-da-Arte em Tecnologia Mineral no Brasil em 2002*. Relatório de Pesquisa. Centro de Gestão de Estudos Estratégicos. Maio, 2002.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros. In: CHESNAIS, François. (org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CILO, H. O novo Eldorado da mineração. In: *ISTOÉ DINHEIRO*. Edição Nº 754. 16 de março de 2012.

CLARK, Colin. *The conditions of economic progress*. Londres, 1951.

COELHO, Tádzio Peters. Minério-dependência e alternativas em economias locais. *Versos*, 1(3), 1-8, 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Coelho-2017-Min%C3%A9rio-depend%C3%Aancia-e-alternativas-em-economias-locais-Versos.pdf>.

Acessado em: 19 ago 2017.

CUEVA, Agustín. Sobre exilios y reinos: (Notas) críticas sobre la evolución de la sociología sudamericana. In: *Revista Estudios Latinoamericanos*, vol. 3, nº 4, UNAM, 1988.

DARLING, Victoria. Investigación social y compromiso intelectual: reflexiones sobre la construcción de conocimiento en el Centro de Estudios Latino-Americanos de la UNAM. In: *Nueva época*, nº 25, 2010. p. 49-74.

DNPM. *Anuário Mineral Brasileiro 2010*. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral. 2010.

_____. *Sumário Mineral*. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral. 2012.

DOS SANTOS, Theotonio. *Socialismo o fascismo*. 1969. Disponível em: <http://ru.iiec.unam.mx/3098/1/SocOFas.pdf>. Acessado em: 13 julho 2016.

ECHEVERRÍA, Bolívar. *El discurso crítico de Marx*. México: Ediciones Era, 1986.

FIORI, José Luis. Introdução. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, José Luis.(org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANK, Andre Gunder. *Latin América: underdevelopment or revolution*. New York: Monthly Review Press, 1969.

FRANKEL, Herbert. *The economic impact of under-develop countries*. Oxford, 1952.

FURTADO, Celso. Brasil: de la republica oligarca al Estado militar. *Brasil Hoy*, Siglo XXI, México, 1966.

GEREFFI, Gary. Las cadenas productivas como marco analítico para la globalización. In: *Revista Problemas del desarrollo*, vol. 32, nº 125. México: IIEc-UNAM, 2001.

GONZÁLEZ, Horacio. *O que é subdesenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo; RODRIGUEZ, Régine. *La nouvelle sociologie et la crise de l'Amérique latine*. In: L'Homme et la société, N. 6, 1967. p. 37-47.

GOUVÊA, Marina Machado. Financeirização?, ?globalização? e Imperialismo no século XXI: apontamentos sobre o atual padrão de reprodução de capital. In: *Anales del VI Encuentro de Economía Política y Derechos Humanos*, 2012.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

INTERNATIONAL TRADE CENTER. *Trade map: trade statistics for international business development*. 2013. Disponível em: <http://www.trademap.org>. Acesso em 19 Agosto 2017.

JAUMONT, Jonathan; VERSIANI, Renata. A pesquisa militante na América Latina. In: *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 1, 2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21833/15906>. Acessado em: 22 Agosto 2017.

LAPAVITSAS, Costas. *Financialised capitalism: direct exploitation and periodic bubbles*. 2008. Disponível em: <http://www.leftlibrary.com/lapavitsas1.pdf>. Acessado em: 29 Julho 2017.

LEWIS, William Arthur. *The theory of ecomic growth*. Londres, 1955.

LUCE, Mathias Seibel. *A economia política do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: uma história conceitual*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo. Jul. 2011.

_____. *La expansión del subimperialismo brasileño*. 2008. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=76977>. Acessado em: 17 agosto 2017.

_____. *A superexploração da força de trabalho no Brasil*. In: Revista Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, n. 32, jun. 2012. p. 119-141.

_____. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *Crítica Marxista* (São Paulo), v. 36, p. 129-141, 2013.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo: Editora Vozes/Polis, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. *El subimperialismo brasileño*. 1971. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/>

_____. *El reformismo y la contrarrevolución: Estudios sobre Chile*. 1976. Disponível em: http://marini-escritos.unam.mx/003_libros_marini.html. Acessado em 13 julho 2016.

_____. *El ciclo del capital en la economía dependiente*. 1979a. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/058_ciclo_capital_dependiente.html. Acessado em: 12 julho 2016.

_____. *Plusvalía extraordinaria y acumulación del capital*. 1979b. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/057_plusvalia_extraordinaria.html. Acessado em: 17 agosto 2017.

_____. Sobre el patrón de reproducción del capital em Chile. In: *Cuadernos CIDAMO*, número 7, México, 1982. Disponível em: http://marini-escritos.unam.mx/061_reproduccion_capital_chile.html. Acessado em: 20 novembro 2016.

_____. La crisis teórica. In: *América Latina: integración y democracia*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993.

_____. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. *La teoría social latinoamericana*. Tomo IV. México: Ediciones El Caballito, 2000.

_____. Dialética da Dependência. 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini. Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005a. p. 137-180.

_____. Sobre a Dialética da Dependência. 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini. Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. p. 181-194.

_____. Memória. 1990. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini. Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005c. p. 57-134.

_____. Razones del desarrollismo. 1978. In: MARTINS, Carlos Eduardo (org.). *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100830092707/06razones.pdf>. Acessado em: 03 setembro 2016.

_____. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2012a.

_____. Prefácio. In: MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2012b.

MARINI, Ruy Mauro; MILÁN, Margara. (coord.). *La teoría social latinoamericana*. México: Ediciones El Caballito, 1995.

MARTINS, Carlos Eduardo. CESO. In: SADER, Emir. (coord.). *Enciclopédia latinoamericana*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl. *El Capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973. Disponível em: <https://kmarx.files.wordpress.com/2010/08/marx-karl-el-capital-3-tomos.pdf>. Acessado em: 04 setembro 2016.

_____. *Le Capital*. Livre I, sections V à VIII. Paris: Flammarion, 1985.

_____. *Le Capital*. Livre Premier. Paris: Quadrige, 1993.

_____. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: _____. *A Revolução antes da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2009a. Vol. II, Cap. II, p.199-336.

_____. *El Capital*. Tomo III, Vol. 6. México: Siglo XXI Editores, 2009b. Disponível em: http://www.socialismo-chileno.org/febrero/Biblioteca/Marx/marx_3_6.pdf. Acessado em: 03 setembro 2016.

_____. *O Capital*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

MELLO, Eduardo Granzotto. *A formação do subsistema penal federal no período dos governos Lula e Dilma (2003-2014)*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2015.

MERCADANTE, Aloizio Oliva. *As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula*. 2010.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. *A Rede Global de Produção (RGP) do Minério de Ferro: empresas, Estado e agentes de contestação*. 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2013-A-Rede-Global-de-Produ%C3%A7%C3%A3o-RPG-do-Min%C3%A9rio-de-Ferro-empresas-Estado-e-agentes-de-contesta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acessado: 23 Agosto 2017.

MOREIRA, Carlos Américo. Uma reflexão sobre a dinâmica do investimento direto estrangeiro no Brasil num contexto de liberalização comercial e de desregulamentação financeira. In: BRAGA, Elza Maria (Org.). *América Latina: transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

MOREIRA, Carlos; SEBAG, Emmanuel. Um novo padrão de especialização produtiva?. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 38, p. 90-106, Junho 2014.

MOURÃO, José Murilo. *Estudo prospectivo do setor siderúrgico: minério de ferro e pelotas situação atual e tendências 2025*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. 2008

ONU. *Measures for the development of under-develop countries*. Nova York, 1951.

OSORIO, Jaime. *Superexplotación y clase obrera: el caso mexicano*. In: Cuadernos Políticos,

n.6, México D.F., editorial ERA, octubre-diciembre 1975. p.5-23.

_____. *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependência.* México: Miguel Angel Porrúa-UAZ, 2004.

_____. *Explotación redoblada y actualidad de la revolución.* México: UAM-X, 2009.

_____. El nuevo patrón exportador de especialización productiva em América Latina. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, nº 31, p. 31-64, fevereiro 2012.

_____. Fundamentos de la superexplotación. In: *Razón y revolución*, nº 25, Buenos Aires, 2013.

_____. *O Estado no Centro da Mundialização.* São Paulo: Outras Expressões, 2014a.

_____. *La noción de patrón de reproducción del capital.* In: Cuadernos de Economía Crítica, Año 1, nº 1, La Plata, Argentina, Outubro 2014b.

_____. *Fundamentos de la superexplotación.* In: *Razón y Revolución*, nº 25, Buenos Aires, 1º semestre 2013. Disponível em: <http://revistaryr.org.ar/index.php/RyR/article/view/117/116>. Acessado em: 03 setembro 2016.

PAINCEIRA, Juan Pablo. *Central Banking in Middle Income Countries in the Course of Financialisation: a study with special reference to Brazil and Korea.* Doutorado (Tese), University of London, Faculdade de Estudos Orientais e Africanos (SOAS), 2011.

PAIVA, Beatriz; OURIQUES, Nildo. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte?. In: *Revista Katálysis*, UFSC, julho-dezembro 2006. p. 166-175.

PAIVA, Beatriz Augusto de; ROCHA, Mirella; Carraro, Dilceane. Política Social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. *Ser Social* (UnB), v. 12, p. 147-175, 2010.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate. *Comunicação&política*, v.29, nº 2, p.068-094

PREBISH, Raúl. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas.* 1949. Disponível em: <http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>. Acessado em: 11 julho 2016.

QUARESMA, Luiz Felipe. *Perfil da mineração de ferro.* Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2009.

ROSTOW, Walt Whitman. *The process of economic growth.* Oxford, 1953.

SEKI, Allan Kenji. Discurso novo-desenvolvimentista, governo neoliberal: o pt e o aprofundamento da dependência e da financeirização das relações sob o capital. *Educação e Políticas em Debate*, v. 4, p. 362-375, 2016.

SOTELO VALENCIA, Adrian. *El mundo del trabajo em tensión.* México: Plaza y Valdes Editores, 2007.

_____. *A reestruturação do mundo do trabalho.* Uberlândia: EDUFU,

2009.

_____. *Los rumbos del trabajo: superexplotación y precariedad social em el siglo XXI*. México: UNAM, 2012.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. *Política Social no Brasil: notas críticas a partir da Teoria Marxista da Dependência*. In: Revista Conexão Geraes, CRESS-MG, 2º Semestre 2014. P.25-33.

_____. Fundo público e políticas sociais no capitalismo: considerações teóricas. In: *Serviço Social e Sociedade*, v. 1, p. 318-339, 2016.

TAVARES, Maria da Conceição. O desenvolvimento industrial latino-americano e a atual crise do transnacionalismo – algumas questões. *Estudos CEBRAP*, nº 13, 1975. Disponível em:

http://cebrap.org.br/bibliotecavirtual/arquivos/o_desenvolvimento_industrial_latino_american_o_a.pdf. Acessado em: 11 ago 2017.

TRASPADINI, Roberta. Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina. Tese (doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2016.

VILAÇA, Rafael. *Transporte ferroviário de cargas no Brasil. 8o Encontro de Logística e Transportes*. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. 06 Maio 2013.